

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
CENTRO DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS – MESTRADO EM TEOLOGIA

TEREZINHA SUELI DE JESUS ROCHA

**A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO CATÓLICA LIBERTADORA NO BRASIL DURANTE
AS DÉCADAS DE 1960, 1970 E 1980**

CURITIBA
2011

TEREZINHA SUELI DE JESUS ROCHA

**A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO CATÓLICA LIBERTADORA NO BRASIL DURANTE
AS DÉCADAS DE 1960, 1970 E 1980**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Teologia, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Rogério Azevedo Junqueira

**CURITIBA
2011**

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

672h
011

Rocha, Terezinha Sueli de Jesus
A história da educação católica libertadora no Brasil durante as décadas de
1960, 1970 e 1980 / Terezinha Sueli de Jesus Rocha ; orientador,
Sérgio Rogério Azevedo Junqueira. -- 2011.
132 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do
Paraná,
Curitiba, 2011
Bibliografia: f. 128-132

1. Teologia da libertação. 2. Igreja e problemas sociais - Brasil -
Igreja Católica. 3. Marginalidade social. I. Junqueira, Sérgio Rogério
Azevedo. II.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-
Graduação em
Teologia. III. Título.

CDD 20. ed. – 261.83



Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Centro de Teologia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Teologia

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 021 DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Terezinha Sueli de Jesus Rocha

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil e onze, às catorze horas, reuniu-se na Sala de Dissertação e Defesa – Segundo Andar do Centro de Teologia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores, Sérgio Rogerio Azevedo Junqueira, Antonio Boeing, Lubomir Zak e Mary Rute Gomes Esperandio, para examinar a Dissertação da candidata, **Terezinha Sueli de Jesus Rocha**, ano de ingresso, março de dois mil e dez (2010). Programa de Pós-Graduação em Teologia – Mestrado, Linha de Pesquisa: Teologia e Sociedade. A mestranda apresentou a dissertação intitulada: “**A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO CATÓLICA LIBERTADORA NO BRASIL DURANTE AS DÉCADAS DE 1960, 1970 E 1980**”. A candidata fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos membros da banca e após a defesa a candidata foi APROVADA pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 15 h 30 min. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Membros da Banca:

Prof. Dr. Sérgio Rogerio Azevedo Junqueira _____

Presidente/Orientador.

Prof. Dr. Antonio Boeing _____

Convidado Externo

Prof. Dr. Lubomir Zak _____

Convidado Externo

Profª. Drª. Mary Rute Gomes Esperandio _____

Convidada Interna

CIENTE

Prof. Dr. Mario Antonio Sanches

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia- *Stricto Sensu*
PPGT - PUCPR



Ao Deus, que é minha força,
dedico a alegria desse trabalho.
Aos meus pais, familiares, amigos,
professores e Irmãs Felicianas, dedico
a realização feliz deste momento da vida.

AGRADECIMENTOS

O meu agradecimento ao Deus da minha vida e a Maria, mãe de Jesus, por toda a alegria desta missão, a mim confiada, desenvolvendo uma pesquisa onde a ação do Espírito Santo se mostra visível, em todos os momentos em que a Igreja se reúne para pensar em ações, a favor da humanidade.

Agradeço especialmente ao Professor Doutor Sergio Rogério Azevedo Junqueira, que com muita competência, dedicação e paciência, motivou cada etapa da pesquisa, com a sua inteligência e diligência, incentivando e apoiando cada conquista.

Quero agradecer muito, o maravilhoso esforço e a grande dedicação da Professora Doutora Mary Rute Esperandio, ao fazer as interferências necessárias especificamente em aspectos de articulação e cientificidade acadêmica apresentados na pesquisa.

Fico muito agradecida pelo empenho, seriedade, sensibilidade e disponibilidade do Professor Doutor Antonio Boeing que com sua perspicácia conseguiu entrar no mundo desta pesquisa, valorizando cada aspecto e cada realidade nela apresentada.

Grata também pela marcante participação do Sacerdote Doutor Lubomir Zak, trazendo com muita competência, a experiência do Continente Europeu.

Agradeço muitíssimo, a toda a Equipe Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná em especial ao Professor Doutor Mário Sanches e o Professor Doutor Márcio Luiz Fernandes, o meu muito obrigada!

Agradecimento muito especial às queridas Irmãs Felicianas, pela valorização, consideração, apoio, colaboração e compreensão, durante toda esta caminhada. Deus recompense por tudo!

“E a dignidade humana descansa na liberdade, que nos assemelha ao próprio Deus, pela qual a pessoa humana estabelece relações com o mundo, com os outros e com o próprio Deus” (ANTONCICH, 1982, p. 58)

RESUMO

Esta pesquisa objetiva situar a Educação Católica Libertadora no contexto histórico brasileiro, entre as décadas de 1960, 1970 e 1980, ressaltando a importância do estabelecimento de novas relações entre os seres humanos, a natureza e o Transcendente. O presente estudo procura levantar os fatos ocorridos nestas três décadas fazendo um questionamento sobre o compromisso e os reflexos da Educação Católica Libertadora no Brasil, durante o período em que o movimento político autoritário torturou, executou, cassou professores, parlamentares e juízes, instalou a censura e propiciou a mídia tendenciosa e alienante. Busca também analisar pontos importantes da História da Educação Católica Libertadora no Brasil, valorizando as diversas posturas assumidas pelos educadores frente aos desafios da época, identificando a importância da missão educacional libertadora, na luta contra a exclusão e a discriminação escolar e social. Ressalta a importância de se encontrar a razão e o sentido da vida, despertando para a convivência fraternal e o desejo do infinito existente em cada ser humano, abrindo caminhos para a dimensão humana da fé. O núcleo do trabalho é o método histórico, valendo-se de pesquisas em fontes documentais para descrever os acontecimentos históricos ocorridos e registrados, a fim de se chegar o mais próximo da verdade dos fatos, verificando a informação através da ligação com as causas e as consequências da mesma. Os principais autores que fazemos referência na pesquisa são: Paulo Freire (2005), Ricardo Antoncich (1982), Gustavo Gutiérrez (1975), Leonardo Boff (1889), Moacir Gadotti (2000), Leandro Rossa (1993) João Batista Libânio (1983) e Danilo Gandin (2008), personagens que fizeram história com seus posicionamentos sobre a Educação Libertadora. O método histórico organizando os referenciais e eventos ocorridos colaboram na melhor compreensão e significação da realidade do estudo documental. Esta pesquisa tem uma grande importância, porque procura fazer o resgate dos pontos mais relevantes da História da Educação no Brasil, em um tempo e um momento especial para a nação. São pontos importantes, que deverão ser lembrados e, portanto registrados, a fim de manter viva na memória a história vivida e sofrida pelo povo brasileiro, onde a Educação Libertadora teve importante papel na busca da cidadania.

Palavras-chave: Contexto Histórico, Educação Libertadora, Cidadania.

ABSTRACT

The objective of this research is to situate Liberating Catholic Education within the context of Brazilian History during the decades of 1960, 1970 and 1980, highlighting the importance of establishing new relations among humanity, nature and the Transcendence. This study seeks to highlight the events in these three decades questioning commitment and the impact of Liberating Catholic Education in Brazil during the period in which the political authoritarian movement tortured, executed, suppressed teachers, legislators and judges, and censoring the media it became biased and alienating. This research, also seeks to examine important points in the history of Liberating Catholic Education in Brazil, highlighting the different conducts adopted by educators facing the challenges of the time, identifying the importance of the liberating educational mission, the struggle against exclusion and discrimination at school and in socially. It also emphasizes the importance of discovering the reason and meaning of life, the awakening to the fraternal coexistence and the desire of the infinite existing in each human being, opening the way for the human dimension of faith. The core work is the method; relying on research of documental sources to describe the historical events which had occurred and were registered in order to get as close as possible to the factual truth, verifying the information through the relation of the causes and consequences thereof. The principal authors referred to in the survey are: Paulo Freire (2005), Ricardo Antoncich (1982), Gustavo Gutiérrez (1975) Leonardo Boff (1889), Moacir Gadotti (2000), Leandro Rossa (1993), João Batista Libânio (1983) and Danilo Gandin (2008), personages who made history with their stand on Liberating Education. The historical method references and organizing events, assist in better understanding the reality and significance of documentary study. This research has great significance, as it seeks to make the rescue of the most relevant of the History great significance because it seeks to recuperate the most relevant facts of the history of Education in Brazil, at a this time of a special moment for the nation. Important are the points that should be remembered and therefore recorded in order to keep alive the memory of the history lived and suffered by the people of Brazil where the Liberating Education played an important role in the pursuit of citizenship.

Keywords: Historical Context, Liberating Education, Citizenship.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AEC** - Associação de Educação Católica
- AI** - Ato Institucional
- CELAM** - Conselho Episcopal Latino- Americano
- CIEC** - Conselho Interamericano de Educação Católica
- CLAR** - Conselho Latino-Americano de Religiosos
- ALN** - Aliança Libertadora Nacional
- CNBB** - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CRB** - Conferência dos Religiosos do Brasil
- FUNAI** - Fundação Nacional do Índio
- MASP** - Museu de Arte de São Paulo
- MEB** - Movimento de Educação de Base
- OIEC** - Organização Internacional de Educação Católica
- USP** - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 GÊNESE HISTÓRICA..... | 15 |
| 2.1 CENÁRIO BRASILEIRO ONDE A EDUCAÇÃO CATÓLICA VIVEU O COMPROMISSO DE LIBERTAÇÃO..... | 15 |
| 2.1.1 Caracterização das décadas | 15 |
| 2.1.2. Fatos Históricos..... | 20 |
| 2.2.3. Fatos Culturais | 27 |
| 2.1.4. Fatos Políticos..... | 31 |
| 2.1.5. Fatos Econômicos..... | 36 |
| 2.1.6. Aspectos Eclesiais..... | 39 |
| 2.1.7. Aspectos Educacionais | 45 |
| 3. CONCEPÇÃO, FILOSOFIA E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO CATÓLICA LIBERTADORA NO BRASIL | 49 |
| 3.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO | 49 |
| 3.1.1. Concepções Pedagógicas e Filosofia da Educação..... | 49 |
| 3.1.2. Filosofia da Educação Libertadora | 54 |
| 3.1.3. História da Educação Libertadora e consequências da sua ação | 57 |
| 3.2. CONTEXTO ONDE A EDUCAÇÃO LIBERTADORA NASCEU E SE DESENVOLVEU | 61 |
| 3.2.1. Contexto Histórico | 61 |
| 3.2.2. Educação Libertadora em Medellín e Puebla | 67 |
| 3.2.3. Educação Libertadora para a Igreja: envolvimento e características. | 74 |
| 3.2.4 Educação Católica Libertadora no Brasil..... | 79 |
| 3.2. EDUCAÇÃO LIBERTADORA E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO | 84 |
| 3.3.1. Reflexão sobre Teologia da Libertação e Educação Libertadora | 84 |
| 3.3.2. Diálogo entre Educação Libertadora e Teologia da Libertação | 86 |
| 3.3.3. Teologia da Libertação e Educação Libertadora no Brasil | 90 |
| 3.3.4. Realidade da América Latina no contexto da libertação..... | 92 |
| 4. EDUCAÇÃO LIBERTADORA NAS ESCOLAS CATÓLICAS DO BRASIL | 95 |
| 4.1. A EDUCAÇÃO LIBERTADORA NAS REALIDADES DAS ESCOLAS CATÓLICAS | 95 |
| 4.1.1 Escolas Católicas do Brasil e o desafio da Educação Libertadora | 95 |

| | |
|--|-----|
| 4.1.2. História e Missão da Associação de Educação Católica de Brasil | 99 |
| 4.1.3. A E C do Brasil: presença católica na educação brasileira | 105 |
| 4.2. ASPECTO IMPORTANTE: DESAFIO DO ENSINO RELIGIOSO NA AEC DO BRASIL..... | 109 |
| 4.2.1. Ensino Religioso na AEC | 109 |
| 4.2.2. Congressos Nacionais na vida da AEC do Brasil | 111 |
| 4.2.3. Compromisso dos Educadores da Libertação na AEC..... | 114 |
| 4.2.4. Desencontros na caminhada educacional libertadora da AEC do Brasil..... | 117 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 121 |
| REFERÊNCIAS | 128 |

1 INTRODUÇÃO

Tendo como foco principal de estudo o tema Educação Católica Libertadora no Brasil, esta pesquisa quer resgatar a história vivida no país, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, quando a ditadura militar acabou com o conceito de democracia, instalando a opressão, reprimindo a força de expressão e eliminando a possibilidade de se ter opinião e liberdade de pensamento. Dentro deste tema fazemos o seguinte questionamento:

Qual o compromisso e os reflexos da Educação Católica Libertadora no Brasil e qual o seu papel, durante esse período em que o movimento político autoritário, torturou, executou, cassou parlamentares, professores e juizes, instalou a censura e propiciou a mídia tendenciosa e alienante?

A pesquisa foi iniciada com o cenário brasileiro das décadas de 60, 70 e 80, situando o leitor na época em questão. Esse foi o tempo em que a educação católica viveu com maior intensidade o seu compromisso de libertação, enfrentando conflitos, incertezas, perseguições e mantendo a consciência de que a vida precisa ser preservada, pois foi para que todos tenham vida e vida em plenitude que Jesus Cristo veio ao mundo e entregou sua vida pela humanidade. O projeto de vida de Jesus Cristo fundamenta e dá suporte a um dos maiores compromissos da Educação Católica Libertadora, que se realiza no assumir a missão de resgatar a dignidade da vida humana.

Estes acontecimentos ganham maior importância para a Igreja Católica, justamente pelo fato da Educação Libertadora no Brasil, ter nascido na década de 60, estendendo sua ação mais significativa até a década de 80, período em que estão incluídas as duas grandes Conferências Episcopais Latino-Americanas. Medellín e Puebla caminharam identificando e reconhecendo os reflexos dos acontecimentos na sociedade, tendo como referência a reflexão crítica, a conscientização, a libertação da opressão, a transformação social e a cidadania.

O método histórico, utilizado para descrever os acontecimentos ocorridos e registrados a partir da pesquisa das fontes, está embasado em bibliografias específicas, como meios necessários para entender as ações e encaminhamentos da Educação Libertadora. A abordagem da pesquisa sendo histórica e documental enfrentou diversos impasses, pois os registros oficiais sobre o tema são poucos e

encontrar os documentos necessários para o desenvolvimento da pesquisa foi um grande desafio. Enriquecedores foram os registros dos Cadernos, Boletins e Revistas da AEC do Brasil, (Associação de Educação Católica do Brasil) fruto dos congressos organizados por essa Instituição. No procedimento quanto ao levantamento das fontes históricas, necessário se fez valer-se também de relatos de pessoas históricas. Todos esses fatores foram imprescindíveis ao favorecimento da compreensão sobre a dinâmica da Educação Libertadora no Brasil, visto que aqui ela encontrou maior resistência que em outros países da América Latina.

O referencial bibliográfico foi organizado de forma a atender aos aspectos históricos e assim ajudaram na melhor compreensão deste estudo documental. Esse método de estudo permitiu a fundamentação teórica para a pesquisa. Na sequência, veio a conversa com as pessoas que vivenciaram, de alguma forma essa realidade e, portanto relatam a história com muita veracidade. Inclusive esta autora vivenciou alguns fatos desse período. Por fim, a escrita efetiva exigiu mais pesquisas, a fim de cumprir a missão de registrar com a maior fidelidade possível os fatos históricos.

A pesquisa descreve aspectos e recolhe informações importantes, a fim de obter a síntese dos acontecimentos e chegar à verdade objetiva. Recolhidas as informações constantes na história, nos fatos e na experiência, tornou-se possível destacar a importância da Educação Libertadora no Brasil durante estas décadas, como ciência da educação, dentro de um ideal e de uma prática de libertação.

Figura 1 – Causas, Fato, Consequências



Fonte: Autora

Partindo dos fatos e da vivência em uma sociedade organicamente injusta, pode-se entender porque a Educação Libertadora ganhou força nas décadas de 60, 70 e 80, visto que no aspecto de conscientização, a educação para a liberdade é uma força poderosa na luta contra a opressão e as desigualdades sociais. Nesta proposta está em evidência a situação social do país, a conscientização da comunidade sobre os problemas da sociedade, a criação da autonomia e os meios de superação desses problemas, a fim de ressaltar a importância, a razão e o significado da vida em fraternidade, despertando para a dimensão humana da fé. O compromisso deste tema é ser um caminho para que se possa resgatar a História da Educação Católica Libertadora vivida no Brasil durante as três décadas, identificando a importância da missão educacional no processo de libertação.

No primeiro capítulo, são apresentados alguns fatos e aspectos da História do Brasil, em diálogo com o processo de surgimento da Educação Libertadora, pois foi certamente pela necessidade de libertar da opressão em que vivia o povo brasileiro, que a Educação Libertadora teve espaço para nascer, tornando-se um dos fatores mais importantes no processo de democratização da nação. No segundo capítulo, com base em documentos publicados sobre o tema, são analisados os diferentes papéis exercidos pelos educadores da libertação, junto aos movimentos sociais e políticos da época. Também neste capítulo situa-se a Teologia da Libertação que nasce juntamente com a Educação Libertadora, uma ajudando a outra, a fim de alcançarem seu objetivo comum de libertar a humanidade da opressão. Chegando ao terceiro capítulo, ainda que o recorte histórico em que se situa a questão da AEC esteja parcialmente encerrado, tem-se plena convicção de que esta associação merece destaque pelo seu compromisso com a causa da libertação durante estas décadas.

Desenvolver esta temática possibilitou vislumbrar ações e determinações pertinentes, desde as primeiras experiências no campo da Educação Católica Libertadora no Brasil. O objetivo geral da pesquisa é situar a Educação Católica Libertadora no contexto histórico brasileiro, entre as décadas de 1960, 1970 e 1980, ressaltando a importância do estabelecimento de novas relações entre os seres humanos, a natureza e o Transcendente.

Os objetivos específicos da pesquisa são: analisar pontos importantes da história da Educação Católica Libertadora no Brasil, durante as décadas de 60, 70 e

80, valorizando as diversas posturas assumidas pelos educadores frente aos desafios da época; identificar a importância da missão educacional libertadora, na luta contra a exclusão e a discriminação escolar e social e ressaltar a importância de se encontrar a razão e o significado da vida, despertando para a convivência fraternal e o desejo do infinito existente em cada ser humano, abrindo caminhos para a dimensão humana da fé.

Portanto entende-se que o objeto pesquisado, situar a Educação Católica Libertadora no contexto histórico do Brasil durante os anos de 60,70 e 80, está em um primeiro momento lançado para posteriores pesquisas, enriquecendo a caminhada da educação para a libertação. Procurou-se no decorrer da pesquisa, recolher todos os dados possíveis para que nas considerações finais pudéssemos contemplar o que nos propusemos desde o início do trabalho.

2 GÊNESE HISTÓRICA

2.1 CENÁRIO BRASILEIRO ONDE A EDUCAÇÃO CATÓLICA VIVEU O COMPROMISSO DE LIBERTAÇÃO

Ao se pesquisar a História da Educação Católica Libertadora no Brasil, durante as décadas de 60, 70 e 80, teve-se necessariamente que enfatizar a realidade social, política, cultural, econômica e educacional da época, a fim de compreender o que levou tantas pessoas ao enfrentamento de situações de risco para a sobrevivência com dignidade. E foi dentro desta realidade e da necessidade de libertação, que nasceu a Educação Libertadora como resposta aos anseios da população brasileira e latino-americana. Estas décadas estão permeadas de acontecimentos marcantes vividos pelo povo brasileiro, que corajosamente venceu as dificuldades de cada situação lutando por dias melhores, mesmo em meio ao sofrimento e opressão, vindos da ditadura militar.

Dentro deste contexto destacam-se as lideranças que deram sua importante contribuição, mostrando qual o papel da educação na sociedade e como os educadores assumiram o compromisso de luta pela vida digna. Esta pesquisa quer abrir espaço para o que precisa ser considerado e priorizado, em vista de melhorias em uma sociedade que tem como marca a exclusão e a marginalização, fatores não incluídos na proposta de Jesus Cristo que veio “para que todos tenham vida e vida em plenitude.” (JOÃO 10,10) A intenção deste estudo é ser um fator importante na motivação e no compromisso de fazer acontecer o Reino de Deus para a humanidade, reino de paz, fraternidade, justiça, solidariedade e igualdade.

2.1.1 Caracterização das décadas

Será feita a caracterização de cada uma destas décadas: 1960, 1970 e 1980, de acordo com o ponto forte que marcou época, buscando em todos os seus aspectos, o que de mais importante aconteceu em um país tropical, de gente alegre e otimista, enfrentando as situações com garra e coragem, e causando admiração aos que tiveram o privilégio de acompanhar os acontecimentos. Hoje, esse povo

continua causando orgulho aos pesquisadores que se admiram com tamanha coragem e capacidade criativa.

Trazendo neste espaço os fatos importantes ocorridos nas três décadas, quer-se rememorar as experiências marcantes e profundas que o Brasil vivenciou quando das grandes transformações econômicas, políticas e sociais, passando de certa ingenuidade coletiva dos anos 50, para as dificuldades políticas da ditadura militar, que provocaram reações espantosas na população das décadas de 1960 e 1970, chegando às consequências vividas nos anos 80. Ressalta-se que foi neste cenário que nasceu a Educação Libertadora, como resposta aos acontecimentos e angústias da população, pela liberdade que lhe fora roubada. Gutiérrez define esta situação de opressão vivida na América Latina, com a seguinte descrição:

Estamos, na América Latina, em pleno processo de fermentação revolucionária. Situação complexa e movediça, que resiste a interpretações esquemáticas e exige contínua revisão das posições adotadas. Seja como for, a insustentável situação de miséria, alienação e espoliação em que vive a imensa maioria da população latino-americana, pressiona, com urgência, a encontrar o caminho de uma libertação econômica, social e política. Primeiro passo para uma nova sociedade. (GUTIÉRREZ, 1975, p. 85)

O que Gutiérrez descreve como insustentável situação de miséria, alienação e espoliação, aconteceu com muita intensidade e de uma forma peculiar no Brasil, assim como em muitos outros países da América Latina, que também sofreram com a repressão.

Uma das características desta época no Brasil foi a acentuada sequência de mudanças significativas e contrastantes, que fizeram dos anos 60, 70 e 80, a marca registrada de uma sociedade que foi se transformando espetacularmente, para depois de trinta anos ganhar o rosto que hoje podemos ver. Esta sequência de mudanças chama a atenção de estudiosos e pesquisadores que conseguem ver na história o fenômeno de adaptação deste povo, às exigências de cada momento.

Nos anos 60, o Brasil descobria-se como potência cultural e diversas iniciativas estavam nascendo em todas as áreas da sociedade. A costumeira criatividade do povo brasileiro estava aflorando a cada dia e as oportunidades aparecendo com uma rapidez inacreditável! A competência da população brasileira e a capacidade de soluções para os problemas nacionais eram assustadoramente fantásticas!

Nesse sentido surgiu a iniciativa de um grupo de educadores do nordeste que dentro do projeto de alfabetização dos adultos, de Paulo Freire, fez a diferença por conscientizar alfabetizando e alfabetizar conscientizando e marcou a História da Educação no Brasil. Essa iniciativa aponta alguns dos princípios norteadores da Educação Libertadora, que cria autonomia, conscientiza e promove o ser humano. Porém, o golpe militar acabou com a possibilidade de crescimento, abortou os projetos de mudança e transformação para melhor e, durante muitos anos o Brasil não só parou, como também retrocedeu no seu crescimento e desenvolvimento como nação.

As consequências destes fatos repercutiram imediatamente em todas as áreas da sociedade, fazendo o Brasil transformar-se em um país sofrido, com o povo oprimido e experimentando o temor. E mesmo que o povo estivesse cheio de coragem para lutar e enfrentando até a morte se preciso fosse, “o sonho acabou”, como escreveu João Valdecir Batistiole:

O ano de 68 foi o tempo do protesto... No mundo todo, a recusa de se deixar incorporar pela sociedade de consumo capitalista; o grito de liberdade nos países que alcançaram o socialismo ... Em todo lugar, o desejo de construir um mundo nascido da fantasia e da imaginação (em oposição a um mundo racional e tecnológico), sem hipocrisia, comodismos, nem medos. O idealismo desses pensamentos é evidente. Mas mesmo os pensamentos idealistas tem consequências (não idealistas). Desejar a liberdade, o socialismo, a democracia, o prazer de viver, são coisas que os impérios políticos e econômicos fundados na ordem e no progresso não podem suportar, senão desmoronam como castelos de areia. São as regras do jogo. E eles ganharam... E o sonho acabou! Não só acabou, mas amanhecemos num dos pesadelos mais negros que a história conheceu. (BATISTIOLE, 1982, p.147)

O ano de 68 deixou marcas profundas e os anos 70 foram marcados pela continuidade da repressão, a censura geral, a falta de liberdade, o controle total dos atos e atitudes do povo e assim os brasileiros viram cair por terra todos os sonhos do progresso anunciado nos inícios dos anos 60. Nesse tempo, a juventude ainda não havia desistido de sonhar e na ilusão dos seus ideais, foi à luta para readquirir seus direitos perdidos, mesmo que isso significasse perder a vida. Estas décadas trazem as marca da luta, do sofrimento, da crueldade, da opressão e da tortura em inúmeros brasileiros que buscavam o melhor para a sociedade e a nação.

Havia muita tensão com relação ao destino de jovens, estudantes, artistas, professores e tantas outras pessoas, que faziam manifestações desafiando o sistema e ficando sujeitos a toda a espécie de represálias vindas da ditadura. Mesmo assim, existia na população uma coragem e esperança que não se sabia de onde vinha! Aos poucos a nação brasileira conseguia se levantar, contando com a valiosa contribuição de educadores por excelência, do povo engajado nas diversas pastorais, religiosos conscientes do seu compromisso com a vida, jornalistas corajosos e um grande número de estudantes envolvidos na situação política e social do país, recuperando a esperança de uma vida um pouco mais digna. Philip Potter, prefaciando o livro *Brasil nunca mais*, escreve:

Fazemos isso em nome de Jesus Cristo que foi torturado e crucificado para que tivéssemos vida em toda a sua plenitude. Na cruz, Jesus intercedeu pelos seus torturadores, 'Pai, perdoa-lhes, pois não sabem o que fazem'. Foi este Jesus que falou a seus discípulos, assim como a nós: 'Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará'. E aquela verdade é conhecida e praticada quando se é justo e se afirma a dignidade de cada ser humano. (POTTER, 1985, p.18-19)

Mas, um fato novo surge no início dos anos 70, provocando muita tristeza na vida das pessoas, especialmente das famílias do mundo inteiro e que aos poucos chegou também ao Brasil. Alguns jovens brasileiros aderiram ao que se chamava de *fuga perigosa*, a droga. Não foi possível impedir que a juventude se envolvesse com essa realidade. A maconha seduziu jovens, intelectuais, artistas e, sutilmente começou a entrar nas escolas, tornando-se um fenômeno universal.

Aparecem muitas doenças novas e principalmente a AIDS apavorou a população, pois esta era realmente uma sentença de morte aos que a contraíam. Não existia um tratamento para a doença e as formas de transmissão eram somente suposições sem muitas certezas cientificamente provadas. Havia já na época, a possibilidade da transmissão através da seringa para a introdução das drogas, além de ser esta uma das doenças sexualmente transmissíveis. Nesse período a AIDS foi a causadora de muitas mortes, por ser desconhecido ainda o tratamento e a sua efetiva prevenção. Paralelamente ao fato da doença e o vício das drogas, que se espalhou por todas as regiões brasileiras, inclusive nas cidades do interior, veio também a conseqüente questão de conseguir drogas através da prostituição.

As famílias foram perdendo sua paz e muitos jovens perderam a saúde, a vontade de viver e de lutar por dias melhores e também a perspectiva de futuro. Mas alguns brasileiros continuaram com a esperança de que nem tudo estava perdido. E confirmando esse sentimento, os efeitos da luta e do sofrimento aparecem nos inícios dos anos 80 graças ao empenho de muita gente corajosa, que não desistiu apesar das dificuldades e foi preparando o grande momento da libertação. Um grupo grande desta mesma juventude não deixou de lutar, de acreditar, e de continuar na batalha pela liberdade e dignidade de vida.

Em 1983 e 1984, o país se empolgou com o movimento das *Diretas Já!* A campanha das eleições diretas para Presidente da República, somente não se consolidou porque o Congresso não teve coragem de efetivar sua aprovação propiciando então, que fosse eleito Tancredo Neves em janeiro de 1985. Esta vitória foi expressão da sociedade civil, contra o candidato dos militares. Tancredo Neves morre antes de assumir concretamente a nação e com sua morte, o vice José Sarney assume a presidência do país.

A década iniciada com a grande virada, a população mais esclarecida, conscientizada dos seus direitos e deveres para com a nação e ainda a força e a esperança de cidadãos engajados em movimentos de mobilização nacional trabalhando clandestinamente para possibilitar a mudança substancial na sociedade, acaba não realizando o ideal sonhado. É interessante notar, que a partir da vitória da população e derrota das forças militares, a militância esmorece e a década de 1980 termina sendo considerada como a década perdida!

Foi uma grande perda para o desenvolvimento da nação, pois esta década teve um início brilhante fazendo a população sonhar com a reabertura política e a possível democracia. Uma década que teve um desenrolar inesperado. Não houve nos finais dos anos 80, nenhum movimento de impacto e de transformação, nada que pudesse fazer crescer como deveria esta nação que tanto lutou pela libertação.

O desânimo toma conta da população e o que era esperança transforma-se em apatia e indiferença, sentimento que abateu a nação já a partir de 1985 e se estendeu até a década de 90. Os anos oitenta somente marcaram época, pelo fato de ser este o momento em que a tecnologia estava em alta. Este foi o tempo conhecido como a *era da informação* e queda da *era industrial*. Na época, o grande anseio educativo foi sentido a partir da necessidade de se preparar melhor os

grupos técnicos e operários capazes de absorver a nova tecnologia indispensável para possibilitar a passagem e de fazer avançar e consolidar o modelo capitalista na América Latina.

2.1.2. Fatos Históricos

Serão citados alguns fatos históricos marcantes ocorridos nos anos 60, 70 e 80 salientando que existe uma infinidade de outras situações também merecedoras de destaque. Estas foram décadas ricas em termos de sonhos, rebeldias e lutas pelos ideais de liberdade, de fortalecimento dos conceitos de igualdade social e direitos humanos, através de movimentos estudantis, quando jovens conscientes dos seus direitos e deveres, corajosamente saíam pelas ruas desafiando os perigos e dando sua vida pela nação.

Potter escreve sobre os fatos vividos por ele durante quase quarenta anos, acompanhando o movimento ecumênico mundial, que sempre destacou a promoção dos direitos humanos e a dignidade inviolável da pessoa humana. Em 64 seria realizada no Brasil, a reunião da comissão geral da Federação Mundial de Estudantes Cristãos, porém com o golpe militar, a reunião teve que ser realizada em país vizinho. “Estávamos então e continuamos a estar preocupados com o destino de estudantes, professores e intelectuais que desafiavam o sistema político, econômico e social e que estavam sujeitos à detenção sumária e à tortura.” (POTTER, 1985, p. 15)

A opção pela libertação criou muitos mártires no Brasil e em toda a América Latina e é necessário reconhecer a verdadeira identidade brasileira, através das faces desfiguradas do povo sofredor. É preciso reconhecer a face dos torturados, mas também a face dos torturadores e acordar a consciência, a fim de trabalhar na promoção do respeito para com todos e na criação de uma sociedade mais justa. Nestas palavras do então Cardeal Arns, que acompanhou de perto toda a trajetória do povo, está uma definição pertinente da realidade, onde a imagem de Deus na pessoa é que salvará e preservará o Brasil e o mundo: “A imagem de Deus, estampada na pessoa humana, é sempre única. Só ela pode salvar e preservar a imagem do Brasil e do mundo.” (ARNS, 1985, p. 213)

No término dos anos 50, o Brasil lutava para conseguir espaço de destaque mundial, em todas as áreas da sociedade. Queria libertar-se da fama de país de *segunda classe*. A cultura popular e musical brasileira, resultado da miscigenação das culturas européia, africana e indígena, carregava o complexo de *segundo* em tudo e instalava-se aqui a *síndrome de vice* na maioria do povo brasileiro. Isso tinha uma razão, pois o Brasil ficou com o título de vice no mundial de futebol de 1950, no Rio de Janeiro, depois, Marta Rocha foi vice no concurso Miss Universo de 1954. Neste mesmo ano, o Brasil foi desclassificado no mundial de futebol, na Suíça.

Em 1958 o Brasil começa a mudar o cenário! Então veio a vitória do futebol, na Copa do Mundo na Suécia, que marcou o início de uma nova caminhada, com o sentimento de ressurreição para os brasileiros, trazendo alegria e fazendo o povo sentir uma pontinha de orgulho pelo Brasil, agora olhado como país importante no contexto mundial.

Nasce em toda a nação, um grande sentimento de esperança que potencializou muitos setores da sociedade, principalmente a indústria automobilística brasileira e vieram os momentos de glória para muitos atletas, especialmente jogadores de futebol como os inesquecíveis Pelé e Garrincha. Ainda no esporte, houve a conquista do bicampeonato mundial de futebol em 1962 no Chile, as vitórias de Maria Esther Bueno no tênis e outras conquistas de afirmação nacional fizeram da década de 60 um período de grande exacerbação do nacionalismo.

Com a inauguração de Brasília em 1960, surgiram outras oportunidades de crescimento. Cidade projetada pelos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemayer, Brasília ajudou o governo do então Presidente Juscelino Kubitschek a tirar proveito político, aumentando o sentimento de patriotismo, com o *slogan 50 anos em 5*. Em todos os tempos acontecem fatos que exercem influência na população como um todo, e simultaneamente a esses acontecimentos, muitos outros problemas de ordem social vão surgindo.

Um dos grandes problemas da época era o número enorme de analfabetos entre o povo brasileiro, o que motivou a Igreja a assumir também essa área, devido à grande precariedade de recursos para esse fim. Foi criado então o MEB, (Movimento de Educação de Base) com o objetivo de conscientizar o povo de sua dignidade, para o exercício de suas responsabilidades individuais e sociais, procurando juntamente com a alfabetização, alcançar a promoção do ser humano.

Anunciar a mensagem de Jesus Cristo para todos e em especial, para aqueles que estão à margem da sociedade foi o objetivo desse projeto. Conforme escreve Monte, o MEB foi criado pelo episcopado brasileiro, para que a alfabetização acontecesse como forma de suprir ao menos um pouco, a necessidade da população analfabeta dos anos 60 quando quase metade da população brasileira não sabia ler:

Quase 50% da população brasileira era analfabeta. O Brasil, no mundo, era o 6º país em analfabetismo. Fazia-se necessário um número imenso de salas de aula e mais de 600.000 professores para alfabetizar esse povo. Tanto a formação desses professores, como a construção de salas de aula, requeriam, com urgência, uma soma de dinheiro que estava inteiramente fora das possibilidades da nação. Era preciso que instituições particulares se unissem ao governo na grande tarefa de alfabetizar o povo. Foi pensando nisso que grande parte do episcopado brasileiro, reunido em Natal, deliberou criar o Movimento de Educação de Base, que pudesse cobrir grande parte do território brasileiro. (MONTE, 1985, p. 8)

Conscientizando as massas, o MEB procurou despertar nas pessoas, atitudes de mudança, cooperação, consciência crítica, consciência criadora e princípios de solidariedade, sendo um dos mais preciosos meios para se exercer uma pastoral evangelizadora. O processo de conscientização na educação passa por três estágios importantes, que gradativamente aprofundam a tomada de decisão para atuar na situação real. O primeiro estágio é a sensibilização diante das realidades, o segundo é a percepção dos fatos reais e o terceiro é a reflexão que proporciona a argumentação e a posterior ação de acordo com a realidade dos fatos. Com estas ações comunitárias, o cidadão estava apto a sondar a realidade existencial, detectar as exigências para um bem futuro e passar da postura passiva para uma postura ativa na sociedade, sendo visto como um ser engajado e membro importante na sua comunidade.

A Igreja mobilizou os leigos, interessou-se de modo sistemático e objetivo, pela formação religiosa e assumiu como objeto próprio de sua ação pastoral o resgate da dignidade humana. Estar a serviço, como agente de transformação, era o que a sociedade brasileira mais necessitava no momento, e hoje também, pois permanece a importância dos valores humanos, sobretudo da justiça social, do convívio fraterno, do respeito às liberdades pessoais, dos direitos e deveres, da dignidade, da solidariedade e da exigência do bem comum. De acordo com o pensamento de Junqueira, no processo de humanização, a linguagem e a ação

produzem condições de vida atribuindo valor e sentido à vida humana: “O processo de humanização, que se realiza em base ao conhecimento, à linguagem e à ação, produz um conhecimento que se situa, nas condições materiais de produção de vida, nos valores e no sentido que se atribui à existência.” (JUNQUEIRA, 2002, p. 106)

Em todos esses movimentos da vida humana e da vida da Igreja, a realidade brasileira continua sendo um questionamento para o clero, que percebe na história muitas situações nada dignificantes, paralelamente a tantos valores e aspectos positivos existentes na população. E em Puebla, os Bispos se manifestam e documentam este fato: “A realidade latino-americana faz-nos experimentar amargamente, até aos extremos limites, esta força do pecado que é a contradição flagrante do plano de Deus.” (CELAM, 1980, 412)

Durante todas essas décadas, muitos países da América Latina também sofreram com o processo de militarização do Continente, que foi intensificando-se pela exigência do capitalismo internacional, fazendo com que os países latinos se modernizassem, a fim de absorver a necessidade de expansão do capital internacional. A Aliança para o Progresso, a Doutrina da Segurança Nacional e o slogan que orientava os governos militares *Segurança e Desenvolvimento* faziam parte do contexto modernizador. Conforme lemos no Documento de Puebla, os Bispos Latino-Americanos mostram sua preocupação com a realidade nacional, que explora e oprime os cidadãos:

A doutrina da segurança nacional, entendida como ideologia absoluta, não se harmonizaria com uma visão cristã do homem enquanto responsável pela realização de um projeto temporal nem do Estado como administrador do bem comum. [...] Submete o indivíduo ao serviço ilimitado da suposta guerra total contra os conflitos culturais, sociais, políticos e econômicos e, através deles, contra a ameaça do comunismo. Ante esse perigo permanente, real ou possível, se limitam, como em toda a situação de emergência, as liberdades individuais; e a vontade do Estado se confunde com a vontade da nação. O desenvolvimento econômico e o potencial bélico sobrepõem-se às necessidades das massas abandonadas. (CELAM, 1980, 549)

Nesta situação de conflitos em que se encontra o país, a população precisa lutar e ter esperança para poder sobreviver. E assim, em cada uma das décadas, os acontecimentos se apresentam em alternâncias de fracassos e sucessos, alegrias e

tristezas, sempre de acordo com a necessidade política, obrigando o povo a adaptar-se a cada nova situação, sendo desrespeitado em seus direitos fundamentais. Seriam necessários muitos anos de reflexão para compreendermos tudo o que se passou com o povo, nestes mais de vinte anos de repressão e tortura. O sentido da luta pela libertação aumentava a cada dia e o povo buscava recursos para atingir a meta da dignidade e da cidadania.

A população indígena vivenciou um fato importante, com a criação da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) trazendo esperança de dias melhores para os nativos que sofriam com os efeitos das interferências em sua cultura. A esperança era grande, mas os objetivos não foram totalmente atingidos. Em São Paulo foi inaugurado, o MASP (Museu de Arte de São Paulo) com toda a exuberância que possui até hoje e marco cultural para todo o Estado. O Congresso Nacional promulga em 1967, a nova Constituição Brasileira que substituiu a de 1946.

As décadas de 1960, 1970 e 1980 foram marcadas por realidades muito difíceis para o povo brasileiro, cheias de contrastes e impactos gritantes que envolveram toda a sociedade, a partir do apogeu e depois o declínio do golpe militar. A ditadura militar foi uma experiência pesada e revoltante, especialmente para a juventude que no auge dos seus sonhos viu cair por terra, esperanças de melhorias, de paz, de serenidade e de sucessos. Os horrores da repressão, as punições desumanas aplicadas aos presos políticos, trouxeram muita tristeza para as famílias brasileiras.

Estas décadas tiveram fortes reflexos da ditadura militar e ao mesmo tempo, o lento declínio desse regime opressor e autoritário, que ainda levaria mais de dez anos para cumprir o seu ciclo. Em março de 1979, o General João Baptista Figueiredo assume a presidência do Brasil, fator visto pela história como de grande importância no processo de abertura para a democracia desejada e esperada por toda a população.

Grandes obras chamadas faraônicas foram realizadas na época. Uma delas foi a Transamazônica, onde muita gente perdeu a vida durante a sua construção. Outra foi a construção da Ponte Rio Niterói, diminuindo a distância e minimizando o desgaste dos trabalhadores, que ainda hoje atravessam a ponte diariamente para seguir ao seu trabalho.

A década de 1980 marcando o fim da era industrial e o início da era da informação viu acontecer fatos de grande impacto. Alguns deles foram: a *Guerra das Malvinas*; o ato simbólico que marcou o fim da *Guerra Fria* no dia 9 de novembro; a *Queda do Muro de Berlim* trazendo esperança para os povos envolvidos e tantos outros fatos que deixaram marcas na história da humanidade e conseqüentemente na vida dos brasileiros.

No ano de 1988 foi promulgada a nova Constituição Brasileira, e apesar da euforia da população, alguns críticos alertavam para o desequilíbrio entre os benefícios e as obrigações na Carta Magna. Em 1989 se realiza a primeira eleição direta para presidente, tendo sido vencedor Fernando Collor de Mello e mais tarde, em 1992, o próprio povo se manifesta e sai às ruas pedindo impeachment.

A história foi mostrando que quem viveu durante o tempo da ditadura militar, perdeu a autonomia e a liberdade de expressão, porém conservou o ânimo para lutar pelos seus ideais. Os que viveram a experiência depois da ditadura e poderiam escolher entre esperar acontecer ou fazer o caminho, acabaram escolhendo na maioria dos casos, viver sem razão e morrer sem lutar.

Os brasileiros vivem, na década após a ditadura, sem a ideologia que foi reivindicada por aquela geração e perdem a vontade de lutar e de fazer acontecer. Como diz a canção na voz de Geraldo Vandré, “quem sabe faz a hora, não espera acontecer,” música composta durante a repressão, intitulada: “Pra não dizer que não falei das flores”, fazer a hora e não esperar acontecer, foi talvez o passo que faltou para o Brasil conquistar o que havia perdido durante a ditadura.

A enorme apatia e a falta de perspectivas dos anos oitenta, com a ausência de crítica e ética dos anos noventa, trouxeram sem dúvida os efeitos sentidos, hoje na sociedade brasileira. As palavras de Ventura definem este fenômeno, que produziu uma síntese original de desprezo e impaciência em toda uma geração. “Tudo isso explica por que um dos traços dessa geração foi uma desconfiança que, misturada a uma febril exaltação com o aqui e o agora, produzia uma original síntese de desprezo ao passado e impaciência com o futuro.” (VENTURA, 1988, p. 46)

A crescente preocupação com as mudanças sociais estruturais são o impulso da grande transformação, iniciando assim o novo momento desta caminhada, pois a cada situação que se apresenta na sociedade, é necessário tomar posição e lutar para o bem da humanidade. Conforme escreve Brighenti, em

seu livro: *A Igreja perplexa*, a cada novo desafio e nova realidade, exige-se novo agir de acordo com a necessidade do momento: “Diante dos novos desafios, que colocam novas perguntas, apresenta-se o imperativo de novas respostas. Já não podemos continuar sendo os mesmos num mundo que não é mais o mesmo.” (BRIGHENTI, 2004, p. 119)

A partir da década de 80, nasce e cresce a sociedade da informação, causando impacto e mudanças na vida da humanidade. Siqueira fala desses benefícios que “funcionam como alavancas da economia, da casa, do entretenimento, da escola, do trabalho, da produtividade industrial do governo eletrônico e de todos os benefícios sociais daí decorrentes.” (SIQUEIRA, 2006, p. 17) São tecnologias que transformam a vida da sociedade, especialmente com a ascensão do computador, da microeletrônica, do software, da internet, das tecnologias sem fio, *wireless*, da fotônica, do armazenamento de massa, *mass storage*, da nanotecnologia, das redes e da convergência digital. Comunicações e atualizações em ritmo galopante, edifícios inteligentes, roupa inteligente, calçados inteligentes, economia digital, teleducação, telemedicina e tantas outras novidades desta área, que a cada dia surpreende a humanidade, pela enorme capacidade de inovações.

São tecnologias com possibilidades de mudar a vida da população para melhor ou não, dependendo da consciência de cada cidadão, pois com esses avanços a humanidade tende a perder-se no individualismo, desvalorizando a convivência e encontrando dificuldades para viver a solidariedade. Aqui surgem os aspectos mais importantes e preocupantes para a vida da humanidade, pois há sempre o risco de se priorizar a tecnologia em detrimento do ser humano.

Nesse quadro de surpresas, impactos, impasses e transformações, tudo deve ser reavaliado. A ética, a fraternidade, o respeito pelo ser humano e a paz entre as nações através do diálogo, que nas palavras de Küng, são imprescindíveis para o desenvolvimento dos povos: “Não haverá coexistência humana sem uma ética mundial por parte das nações. Não haverá paz entre as nações sem paz entre as religiões. Não haverá paz entre as religiões sem o diálogo entre as religiões.” (KÜNG, 1998, p. 186)

É importante visualizar que todas as questões trazidas pelos avanços científicos e tecnológicos, mostram que há muitos motivos para redefinirmos o papel

da Educação Libertadora e nos reeducarmos. O respeito pelos direitos humanos, o papel da mulher na sociedade moderna, a desagregação das famílias e a angústia vinda dos problemas com as drogas, manifestam a necessidade do resgate urgente, da ética e do respeito pela humanidade.

Leonardo Boff escreve sobre o processo de evolução e também da tomada de consciência e da decisão necessária para que a humanidade possa continuar vivendo de forma digna:

Analistas, especialmente vindos da biologia, das ciências da terra e da cosmologia, nos advertem que o tempo atual se assemelha muito às épocas de grande ruptura no processo de evolução, épocas caracterizadas por extinções em massa. Efetivamente, a humanidade se encontra diante de uma situação inaudita. Deve decidir se quer continuar a viver ou se escolhe sua própria autodestruição. (BOFF, 1998, p.31)

Desafios e esperanças são a mola propulsora da vida humana e uma das formas de assumir esses desafios, é através da educação que liberta e que humaniza, que conscientiza e que traz autonomia aos seres humanos. Faz-se necessário lutar com todas as forças para que o ideal de vida que o Cristo veio trazer possa ser realizado na fé e na esperança de dias melhores.

2.2.3. Fatos Culturais

O aspecto cultural da década de 60 surpreende por ser uma geração culturalmente evoluída, com muita profundidade e de grande cumplicidade especialmente com a linguagem escrita. Na sequência dos fatos, porém, não foi mais permitida tal cumplicidade devido à violenta repressão que proibia a manifestação da expressão. Mesmo assim alguns brasileiros conservaram uma coragem imensa e uma capacidade enorme de atitudes audaciosas. Escreviam, liam, cantavam e dramatizavam a realidade. Conforme Ventura, a leitura se tornou mania entre os brasileiros dessa época e algumas obras literárias forneciam condições para que a leitura se tornasse tão intencional, quanto intencional era a escrita: “A leitura de um livro, um filme, ou um quadro, eram capazes de descobrir sentidos, significados e, sobretudo, mensagens, nem sempre vislumbradas pelo próprio autor.” (VENTURA, 1988, p. 55)

A música se apresenta como um dos pontos mais fortes na história do Brasil e um dos fatores importantíssimos dessa época foi o sucesso impactante da bossa nova, com aceitação internacional. Os talentos musicais brasileiros foram sendo reconhecidos nos outros países! A cultura musical brasileira foi acompanhando todas as mudanças e com a afirmação da bossa nova e o surgimento espantoso, porém talentoso, das músicas de cunho social apresentadas nos Festivais de Música Brasileira, principalmente os da TV Excelsior e TV Record, os artistas nacionais conquistaram seu espaço. Surgiram as composições sociais de Sérgio Ricardo, Gilberto Gil, Chico Buarque de Holanda, Caetano Veloso, Geraldo Vandré, Teo de Barros, Torquato Neto, Heraldo do Monte, Airton Moreira, Hilton Acioli e muitos outros expoentes da MPB que causam orgulho aos brasileiros, por fazerem da Música Popular Brasileira, presença marcante no cenário internacional.

Compositores não engajados nos movimentos sociais, também passaram a compor músicas de fundo social em função da censura imposta pelos governos militares da época. A Música do Brasil ganha corpo quando realiza em 1965, o I Festival de MPB e com a canção *Arrastão*, de Edu Lobo e Vinícius de Moraes, Elis Regina faz sucesso no cenário artístico brasileiro e no final da década, Geraldo Vandré dá seu recado com a canção: “Pra não dizer que não falei das flores,” entre outras canções que foram símbolo de liberdade e resistência democrática. Especialmente a composição de Vandré, censurada, tornou-se hino de resistência do movimento em oposição à ditadura militar. O refrão: “Vem, vamos embora / que esperar não é saber / quem sabe faz a hora / não espera acontecer”, foi interpretado como uma chamada à luta armada contra os ditadores. Percebe-se nestes fatos, que o espaço para o nascimento da Educação Libertadora está sendo propiciado pela própria realidade nacional.

Um dos principais incentivadores da música no Brasil foi o compositor e radialista Carlos Imperial, que fundou em 1958 o Clube do Rock, no Rio de Janeiro, onde se apresentavam e se reuniam os amantes do rock; nesse clube iniciaram suas carreiras Roberto Carlos e Erasmo Carlos. A parcela de público que preferia músicas oriundas do rock passou a ter seu espaço musical com programas específicos na televisão cujo ápice foi o programa *Jovem Guarda* iniciado em 1965 com Roberto, Erasmo e Vanderléia permanecendo no ar pela TV Record durante muitos anos.

A grande divulgação de cantores americanos de rock através do cinema e das gravadoras ajudou também o nascimento do rock brasileiro com ampla divulgação da mídia nos anos 60, sob a influência da Jovem Guarda e dos Beatles. No final desta mesma década o *Tropicalismo* entra como importante evento cultural brasileiro. Este movimento de vanguarda, liderado por Caetano Veloso, Rogério Duprat, Gilberto Gil, Júlio Medaglia e outros, fazem sucesso com as composições: *Tropicália*, *Domingo no Parque*, e *Alegria, Alegria*, onde era incentivada a universalização da música brasileira inclusive com utilização de guitarras elétricas e absorção de vários gêneros musicais: pop-rock, música de vanguarda, frevo, samba, bolero e outros.

Assim, na década de 60, três novas grandes vertentes musicais podem ser identificadas: bossa nova, músicas sociais de festivais e rock da jovem guarda; evidentemente músicas com ritmos tradicionais como samba, samba canção, música sertaneja, músicas de carnaval e músicas regionais continuaram a ter seu espaço, com menos divulgação e menor sucesso que as três citadas. Nesse clima de lutas, nasceram no Brasil, belíssimas músicas, muitas delas relegadas ao esquecimento. A MPB, (Música Popular Brasileira) é um dos aspectos mais ricos e importantes da cultura brasileira, retratando costumes, ideias, valores de cada época e relatando também, mesmo que sutilmente, muito da realidade vivida na ditadura militar.

Aqui estão sinalizadas algumas das características da Educação Libertadora, pois na música havia o fator conscientização, especialmente na MPB. Nos anos 70 os músicos que fizeram sucesso foram: Gilberto Gil, Roberto Carlos, Tom Jobim, Erasmo Carlos, Chico Buarque, Rita Lee, Clara Nunes, Jair Rodrigues, Raul Seixas, Tim Maia, Caetano Veloso, João Gilberto, Gal Costa, Maria Betânia. A Bossa Nova conquista Nova York, com os músicos compositores e cantores brasileiros: João Gilberto, Carlos Lira, Sérgio Mendes, Carmem Costa e outros. Muitos cantores e bandas nacionais fizeram sucesso nos anos 80, entre eles, Ney Matogrosso, Blitz, Pára-lamas do Sucesso, Titãs, Roberto Carlos, RPM, Cazuza, Engenheiros do Havai, Biquine Cavado, Ultraje a Rigor, Kid Vinil, Ira!, Barão Vermelho, Camisa de Vênus, Leo Jaime, Legião Urbana, Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil.

A grande novidade da televisão em cores começa a se tornar popular no final dos anos 70 e a TV Tupi, faz a primeira transmissão em cores da televisão brasileira. A programação que fez sucesso na época foi: Vila Sésamo, Sítio do Picapau-Amarelo, A Grande Família, Chico City, entre outros de igual qualidade. Hoje, com transmissão em 3D, a era digital chegou com toda a força e já consegue dar uma noção dos avanços que virão!

No cinema, o filme brasileiro *O Pagador de Promessas*, dirigido por Anselmo Duarte, recebe a Palma de Ouro do Festival Internacional do Filme de Cannes em 1962, na França. Pela primeira vez um filme brasileiro ganha o prêmio máximo do festival. Esta conquista confere ao Brasil todo o talento artístico que hoje é reconhecido mundialmente. Em 1980 o cineasta brasileiro Glauber Rocha lança no Brasil o filme *Idade da Terra*. O Brasil teve em sua história muitos talentos reconhecidos internacionalmente, que até hoje mostram sua incrível capacidade em todos os eventos que participam. Destaca-se também o carnaval, que aos poucos tornou o Brasil conhecido mundialmente, atraindo turistas de todos os continentes.

A moda nestas décadas foi a mais ousada e arrojada possível. O modo de se vestir, de se pentear e de se maquiar, traduzia a rebeldia e a revolta dos jovens que usavam esses recursos como forma de protesto contra a realidade política e social, do país e do mundo. O cabelo comprido usado pelos rapazes e as saias curtas usadas pelas meninas, queriam mostrar a sua revolta contra a sociedade. Esta foi a época da consciência política, da vivência da cidadania, da luta pelos direitos humanos e juntamente com esses aspectos também foi a época dos protestos, das rebeldias e dos vícios fortalecidos pela situação social do país.

A Seleção Brasileira de Futebol, conquista pela segunda vez, a Taça Jules Rimet ao vencer a Tchecoslováquia no final da 7ª Copa do Mundo, em julho de 1962. E ao mesmo tempo, esta foi também a época em que o futebol esteve em pauta, contribuindo para a alienação do povo: *noventa milhões em ação*.

Com todos estes momentos de vitórias e também derrotas, o esporte brasileiro retoma o seu espaço e consegue permanecer entre os destaques mundiais, garantindo visibilidade juntamente com os melhores do mundo. Todos estes fatos ajudam a reconquistar a autoestima dos brasileiros que já é um povo otimista por natureza, mas também precisa destes incentivos. Muitos foram os

acontecimentos que fizeram do Brasil um país extremamente forte na América Latina.

Diversos eventos ocorridos nestas décadas fizeram do Brasil um país reconhecidamente valorizado como potência em diversas áreas da sociedade. Embora alguns acontecimentos tenham sido menos positivos para o país, ainda assim os brasileiros encontram muitos motivos para se orgulhar. Este é um povo muito criativo, comunicativo, otimista e esperançoso, o que possibilita o sucesso nos empreendimentos nacionais.

2.1.4. Fatos Políticos

Observando a evolução política no Brasil dos anos 60,70 e 80, pode-se ver claramente o processo de mudança ocorrido desde o regime militar autoritário, iniciado em 1964, até a sua transformação em regime ditatorial no ano de 1968, com ciclos de repressão e ciclos de liberalização. E retomando a história desde os anos 60, constata-se que, lentamente, foi aumentando na população, o grau de conscientização política. Os brasileiros foram criando a consciência crítica sobre os problemas e carências do povo, acirrando com isso, as disputas ideológicas entre os vários segmentos da sociedade.

No ano de 1963 o Brasil volta ao sistema presidencialista. O ato do Congresso segue decisão do plebiscito realizado no dia 05 de janeiro, com nove milhões de eleitores optando pela volta do presidencialismo. A Capital do Brasil é transferida do Rio de Janeiro para Brasília. Jânio Quadros é eleito Presidente da República e no ano seguinte, renuncia. Após os acontecimentos na administração do presidente Jânio Quadros e com a ascensão de João Goulart em 1961, aumentaram os conflitos sociais, resultando no golpe militar de 1964, tirando do poder o presidente João Goulart e dando início à ditadura. Este foi o momento de suprema decadência da sociedade brasileira! Florestan Fernandes escreve sobre a repressão e a acomodação absoluta: “O que não possui sentido é a internalização da repressão, sob o argumento de que a uma repressão absoluta seria mais adaptativo e inteligente antepor-se uma acomodação passiva também absoluta.” (FERNANDES, 1980, p. 257)

No dia 1º de abril de 1964, João Goulart (Jango, como era conhecido) retornou a Brasília e em seguida para o Rio Grande do Sul. Brizola sugeriu um novo movimento de resistência, mas Goulart não acatou para evitar *derramamento de sangue*, uma guerra civil. Jango exilou-se no Uruguai e mais tarde na Argentina, onde veio a falecer em 1976. Em 2 de abril, o Congresso Nacional declarou a vacância de João Goulart no cargo de presidente, entregando o cargo de chefe da nação novamente ao presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli e no dia 10 de abril, João Goulart teve seus direitos políticos cassados por 10 anos, após a publicação do Ato Institucional Número Um (AI-1). O AI-1 baixado em 1964, foi uma medida estratégica, pois os políticos estavam reticentes quanto aos caminhos que seriam tomados pelo governo. O convencimento demandaria tempo e propiciaria espaço aos depostos ou à oposição de se reorganizar. A decisão radical foi o Ato Institucional.

Em 1966, é criado no Brasil, o fundo para o trabalhador e em 20 de dezembro, o Presidente Castelo Branco, efetiva a aplicação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), iniciativa esta que deu aos profissionais aquilo que lhes é de direito, pelos anos de dedicação ao trabalho e que até então não havia. Certamente este foi um fator importante para que os benefícios e leis trabalhistas pudessem ser pensados à frente. Toma posse, em 1967, como Presidente do Brasil o Marechal Artur da Costa e Silva, eleito diretamente pelo Congresso, como candidato de Castelo Branco.

O Congresso Nacional em 1967, promulga a nova Constituição Brasileira, que substitui a de 1946. Em julho é realizada no Rio de Janeiro, a *Passeata dos Cem Mil*, reunindo estudantes, intelectuais, artistas, padres e mães, autorizada pelo governo federal. O governo militar brasileiro decreta o fim das eleições diretas para Prefeitos em 68 cidades de *segurança nacional*, inclusive as capitais estaduais. Em outubro morre o estudante José Guimarães, em confronto entre os alunos da Faculdade de Filosofia da USP e da Universidade Mackenzie, centro de São Paulo. Em novembro é criado o Conselho Superior de Censura.

O Ministro da Justiça do Brasil, Luís Antônio da Gama e Silva anuncia, em cadeia nacional de rádio e televisão, a edição do Ato Institucional n. 5 e do Ato Complementar 38 que decreta o recesso do Congresso Nacional. O governo passa a ter poderes absolutos sobre a nação. Com o recesso, o Executivo fica

autorizado a legislar, suspender os direitos políticos de qualquer cidadão e cassar mandatos parlamentares. O AI-5 foi o quinto da série de decretos emitidos pelo regime militar brasileiro nos anos seguintes ao Golpe militar de 1964, no Brasil. Este sobrepondo-se à Constituição de 67, e às constituições estaduais, dava poderes extraordinários ao Presidente da República e suspendia muitas garantias constitucionais.

Nesta situação de extrema opressão, quais seriam os sonhos da juventude que passava por inúmeras formas de dominação? Quais as suas ilusões, suas lutas? Batistiole descreve o cenário da liberdade encarcerada, a cultura embotada e a vida fragmentada, onde cada pessoa no dia a dia, somente cumpre o seu papel no grande espetáculo:

E o espetáculo foi montado. Título: "A geração A.I. 5". Identidade: "Os filhos do silêncio". Ação: "Silêncio, por favor!", "Dirijam-se à direita", "Proibido falar... e também pensar", " Assinale com um xis a alternativa correta". A liberdade encarcerada o desejo proibido, a cultura embotada, o trabalho dobrado... Nem vez, nem voz. A vida se fragmenta: o cotidiano é cumprir cada qual seu papel. Pais, professores, religiosos, participam do espetáculo imperial. (BATISTIOLE, 1982, p.148)

A *geração AI-5* apresenta o cenário do Brasil, durante o tempo da ditadura militar, a repressão e a luta pela libertação. É esta a realidade vivida pela população brasileira da época e que propicia o nascimento da Educação Libertadora, como resposta aos anseios de libertar da opressão o povo que não tem voz nem vez.

Em 1969, toma posse em Brasília o General Emílio Garrastazu Médici, um governo de tortura e terror total! Em julho, os músicos e compositores Caetano Veloso e Gilberto Gil, partem para seu exílio na Inglaterra, depois de ficarem encarcerados durante dois meses. Em novembro, a polícia de São Paulo sob o comando de Sérgio P. Fleury, mata o guerrilheiro Carlos Marighella, líder da ALN (Ação Libertadora Nacional).

Fazendo um paralelo entre esses eventos políticos observa-se a eliminação dos líderes partidários, sindicatos e todos os movimentos políticos ligados ao populismo. Depois veio a política de retorno à normalidade, com a finalidade de constitucionalizar o regime durante o governo de Castelo Branco. Em seguida, veio a política do alívio com Costa e Silva e durante os enfrentamentos, a luta armada e o aparelho repressivo militar, vem a política da distensão, no governo Geisel. E por

fim, a repressão aos movimentos sociais, trabalhadores rurais e urbanos e principalmente movimentos sindicais. Somente nos anos 80, a partir do governo de João Figueiredo, é que houve a política de abertura.

O general Ernesto Geisel assume a Presidência do Brasil, em 1974 e é extinta a luta armada. A abertura dá alguns sinais de vida. Em 1976 acontece a morte de João Goulart oficialmente, vítima de um ataque cardíaco, no município argentino de Mercedes Corrientes em 6 de dezembro de 1976. Há suspeitas por parte de familiares, colegas de política e outras personalidades de que João Goulart tenha sido assassinado por agentes da Operação Condor. No ano de 1979 começa um processo de abertura política com o General João Batista Figueiredo assumindo a presidência do Brasil e sendo este, o último presidente militar eleito, pois a partir desta gestão os militares perdem espaço. Neste mesmo ano, 1979 veio a Lei da Anistia e em 1982 as eleições diretas para governador, porém ainda não para presidente.

A apatia que marcou estas gerações, a alienação, o tolhimento no sentido de participação ativa do povo na vida da sociedade, trouxe um prejuízo enorme para a nação. Aos poucos foi possível perceber tudo o que havia sido feito com as gerações durante estas décadas. Ventura define assim a situação onde os governos, durante a ditadura, fazem com que as gerações se marginalizem na clandestinidade e na delinquência, quando escreve que “os vários governos da ditadura fizeram o possível para marginalizar as duas gerações, empurrando uma para a clandestinidade e ajudando a outra a permanecer na delinquência.” (VENTURA, 1988, p. 49)

A década de 80, apesar de muito mais amena que as outras, com a característica de apatia geral, teve também em sua história alguns acontecimentos de valor e com repercussões importantes para a nação. Em 1981 Rondônia deixa de ser território e passa a ser um estado da federação, mudando a geografia do Brasil. O atentado ao Riocentro, em 1981 coloca em alerta os militares, pois fica evidente a falta de segurança e a fragilidade do sistema, com a tentativa de ataque a bomba no pavilhão Riocentro. Aqui começa a decadência do Regime Militar no Brasil, dando lugar ao restabelecimento da democracia.

Diretas Já! 1984! Este foi o momento mais brilhante da história nacional! O Brasil conquista com muito esforço o que havia perdido há duas décadas. E em

1983 e 1984, as lideranças culturais e políticas lançaram o movimento das *Diretas Já*, empolgando o país com a campanha pela eleição direta para Presidente da República, mesmo não sendo aprovada pelo Congresso. Este foi o movimento que pediu a volta das eleições diretas para presidente do Brasil. Em eleições indiretas Tancredo Neves, que não era militar, foi eleito em janeiro de 1985. Essa vitória simbolizou a vontade da sociedade civil contra o candidato dos militares, e retomou o respeito ao querer do povo. Tancredo faleceu antes de tomar posse, causando impacto na população inteira e quem assumiu a presidência foi o vice José Sarney, dando continuidade ao processo final da Ditadura Militar no Brasil.

O Brasil em 1988 teve mais dois territórios que passaram a ser estados da federação: Amapá e Roraima. No dia 5 de outubro de 1988, surge outro acontecimento histórico importante para o povo brasileiro. É promulgada a nova Constituição Brasileira, Constituição da República Federativa do Brasil, que proporcionou mudanças radicais nos rumos da política do país e está ainda hoje em vigor. Também em outubro deste mesmo ano, é criado o estado de Tocantins.

Durante estas três décadas, a educação teve a sua parcela de contribuição nos acontecimentos da história. Fazendo um levantamento das situações vividas na educação e na sociedade em geral, constata-se a brilhante atuação, especialmente dos educadores comprometidos com a educação para a libertação e conscientização e que como consequência desta ação, sofrem perseguições. Mas isto não os desanima, ao contrário, se mostram ainda mais corajosos diante dos desafios que surgem.

Leonardo Boff diz que é necessário transformar muitas situações, “mas para poder fazê-lo precisamos saber viver neste mundo, gostar deste mundo, ao menos até o ponto requerido pela alegria de viver, e suportá-lo em suas condições concretas, enquanto não conseguimos transformá-lo.” (BOFF, 1998, p. 24) E foi assim que muitas pessoas continuaram na luta pela libertação.

Em 1989, quase trinta anos após o golpe militar, aconteceu a primeira eleição direta para presidente da República e foi eleito Fernando Collor de Mello, que não ficou muito tempo na administração do país, pois em ato extremamente democrático, o povo se manifestou exigindo sua saída do governo. O impeachment acontece em 1992, mostrando a força de um povo unido, embora exista consenso de que o

impeachment só foi possível, porque existia interesse das forças superiores para que isso acontecesse.

2.1.5. Fatos Econômicos

A economia durante estas décadas teve seus altos e baixos e já nos anos 60 perdeu seu dinamismo. A estagnação foi contínua por conta da crise política que iniciou com a renúncia de Jânio Quadros, desempenhando papel importante na economia do Brasil. Após sua renúncia, não houve no Brasil muita consistência econômica até 1964. A inflação atingia altos picos durante o governo de João Goulart e os investimentos nacionais e estrangeiros caíram, gerando fracassos econômicos.

O processo de substituição nas importações e as novas indústrias não criaram empregos suficientes para proporcionar o crescimento rápido da população urbana e a renda estava mais concentrada. O novo regime estabelecido em 1964 visava o controle da inflação e investimentos do capital estrangeiro entre outras providências e atitudes tomadas para haver uma recuperação econômica como o arrocho no setor salarial, o aumento de impostos, a contenção de gastos públicos.

A modernização e o fortalecimento dos mercados de capitais foram essenciais para o crescimento econômico. Foram criadas inúmeras maneiras de créditos e financiamentos para ajudar pequenas e médias empresas, fortalecendo a economia. No período de 1964 até 1974, foram tomadas muitas medidas fiscais para incentivar a industrialização no Nordeste e no Norte, surgindo estímulos para exportações e turismo, além do incentivo ao mercado de ações.

É importante saber que o governo fazia uma política cambial para evitar a supervalorização da moeda brasileira, o cruzeiro, à medida que a inflação subia. E apesar de tantos incentivos, não houve condições suficientes para o desenvolvimento, pois a estagnação da economia brasileira que se originou em 1962, persistiu até 1968 por necessidade de tempo e subsídios para fazer planos e atrair investidores estrangeiros.

A partir de 1968 a economia brasileira teve um salto significativo, com PIB que de 3,7% passou a 11% sendo a indústria o setor que mais se expandiu no país. Observa-se que o Brasil graças à sua população, conseguiu durante esse tempo,

diversificar bastante a estrutura das mercadorias de exportação. Batistiolle mostra como o Brasil sofre com a implantação de um modelo econômico a serviço dos interesses da burguesia nacional e internacional que: “veio acompanhada de violenta repressão da qual somos vítimas, em todos os aspectos da vida material e intelectual, tal como reza a Ideologia da Segurança Nacional.” (BATISTIOLLE, 1982, p. 147 - 148)

Houve uma grande abertura em relação à economia, valorizando o comércio exterior, que importou e exportou mais, no ano de 1964 do que em outros anos. O notável aspecto do crescimento econômico brasileiro se deu por haver um grande e crescente envolvimento do Estado na economia. As empresas do governo lideravam com o aço, a mineração, os produtos petroquímicos, a energia elétrica, e bancos estatais. A economia teve seu ponto alto na década de 1970, quando viveu a fase do *milagre econômico*. Nessa década, os Estados Unidos entraram em recessão após a crise do petróleo. O Brasil, ainda sob o impulso desse fenômeno econômico, não sofre os efeitos dessa primeira crise do petróleo, utilizando reservas cambiais e empréstimos internacionais para equilibrar sua deficitária balança comercial.

Isso foi possível somente até que o *milagre econômico* entra em declínio e o Brasil sofre com intensidade os reflexos da segunda crise, tendo a inflação acelerado seu ritmo de crescimento, através dos seguidos aumentos dos preços de combustíveis, no mercado interno. O crescimento econômico aconteceu principalmente pela influência e participação do Estado na economia brasileira. A distribuição de renda, de acordo com o censo de 1970, concentrou-se ainda mais, mesmo após tanto crescimento. Em média, 25% dos trabalhadores no Rio de Janeiro e São Paulo recebiam um salário mínimo ou menos, sendo no Nordeste uma situação ainda pior.

Quase metade da população brasileira não tinha fornecimento de água, esgoto e energia elétrica, somente 3% da população tinha telefone, além disso, existiam intensas variações regionais. Para explicar o problema, alguns críticos atribuíam o fato à falta de investimentos na educação e na área de saneamento e, outros, aos salários muito baixos. Outro fator que justificava a concentração de renda se deve ao fato de que grupos de rendas mais elevadas estão mais favorecidos a poupar do que os grupos de renda mais baixa. A poupança brasileira cresceu muito no final da década de 50 até o início de 70.

Pesquisas mostram que grande parte do crédito indexado do Banco de Habitação, com recursos retirados do fundo de garantia, foi usada para financiar habitações da classe média e alta com infraestruturas urbanas para essas classes e não casas para os pobres. O governo da época, não procurou resolver os problemas do desequilíbrio regional, entre Sul, Sudeste, Norte e Nordeste.

Ao iniciar a década de 1980, a população se apresenta um pouco mais esclarecida, com a consciência e o espírito crítico aguçado, chegando até ao sonho da abertura política e à volta da democracia. Nesse momento, a economia não apresentava indicadores muito animadores, pois o Brasil convivia com índices econômicos apenas razoáveis e a inflação era crescente. Contudo, havia muita esperança e a luta continuou apesar da realidade apresentar poucas perspectivas positivas.

O país teve que conviver com diversos planos econômicos, promessas decepcionantes que desestabilizavam a economia provocando prejuízos para um grande número de empresas. A inflação chegou a atingir 365% ao ano, sem perspectiva de diminuição. Muitas pessoas consideram os anos 80 como a década perdida, pelos avanços que o Brasil deixou de fazer na área social e na área econômica.

Em 5 de novembro de 1982, na gestão de João Batista Figueiredo, entra em funcionamento a usina hidrelétrica de Itaipu, maior geradora de energia limpa e renovável. Grande investimento que trouxe ao país muita visibilidade. Moradores de Guaíra realizam protestos, e artistas prestam homenagem à beleza das águas, aos saltos que acabam encobertos pelo reservatório. Alguns turistas, ansiosos por se despedir das Sete Quedas, morrem em janeiro de 1982 com a queda de uma passarela sobre o rio. Ao longo da faixa de 170 quilômetros submersos entre Foz do Iguaçu e Guaíra, 8.519 propriedades urbanas e rurais são alagadas na margem brasileira, e os donos são indenizados. O município de Guaíra passa a receber royalties da Itaipu pelo alagamento das Sete Quedas.

Em 1986 foi criado no Brasil o Plano Cruzado, um plano econômico do governo Sarney que tinha como objetivo reduzir a inflação com o tabelamento dos preços. Nesta época a população foi incentivada a ser *fiscal do Sarney*, colaborando com o sucesso do plano, que continha um conjunto de medidas econômicas com o objetivo de conter a inflação. Tudo foi acontecendo de uma forma que,

aparentemente deu resultado. Com o governo Fernando Henrique Cardoso, consolidou-se esse plano de resgate da economia brasileira, através do Plano Real. Uma das chamadas situações emergentes dessa época, que aos poucos se foi incorporando na humanidade foi o processo de globalização mundial, com seu significado ampliado para aqueles que percebem a verdadeira dimensão dessa realidade, ou conseguem ver de uma forma dinâmica esse acontecimento. Conforme afirmação de Leonardo Boff é uma nova fase da humanidade:

O seu significado vai além da dimensão econômico-financeira com seus mercados entrelaçados e as interligações políticas, sociais e culturais entre os Estados e povos. Ela é tudo isso. Mas fundamentalmente representa uma nova fase da humanidade e da história da própria Terra. Os povos que estavam há milênios dispersos em suas regiões e culturas começaram a se pôr em movimento e a se encontrar na mesma Casa Comum que é o Planeta Terra. Surge uma nova consciência coletiva de que a Terra e a humanidade constituem uma única e complexa realidade com o mesmo destino comum. (BOFF, 1998, p. 12)

Todos estes fatores contribuíram para que o Brasil tomasse o rumo que hoje se pode ver. Todos esses dados enriquecem a visão de universo, ganham nova dimensão na história da humanidade e redimensionam o destino de cada ser humano, fazendo surgir um novo padrão civilizatório. Os reflexos das ações empreendidas especificamente no Brasil, muitas vezes com finalidades oportunistas e sem o sentido da solidariedade, fraternidade e bem comum, trazem suas consequências para a sociedade. Há que se empreender ações cujo eixo articulador seja a busca do verdadeiro sentido da vida devolvendo ao ser humano a dignidade de filho de Deus.

2.1.6. Aspectos Eclesiais

Muitos foram os acontecimentos eclesiais que possibilitaram melhorias para a sociedade brasileira, durante a história deste povo de Deus. E são inúmeros os personagens que fizeram a diferença nesses eventos, tendo o Evangelho de Jesus Cristo como base e fundamento da sua ação. Um dos acontecimentos importantes que mudaram a história da Igreja no mundo inteiro foi o Concílio Vaticano II. Grande encontro realizado na Igreja Católica, com os bispos de todo o mundo, durante os anos de 1962 a 1965 em diversas sessões, na cidade do Vaticano. De enorme

dimensão e com a abertura que a Igreja demonstrou durante as reflexões desse encontro, o evento hoje é considerado como um marco realmente, *da e para* a história da Igreja Católica.

A partir desse encontro, em todos os acontecimentos da história da Igreja, a referência passou a ser, o Concílio Vaticano II. Este foi o XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica Apostólica Romana, criado com o objetivo de discutir as ações da Igreja nos tempos atuais. Na homilia de abertura, deste Concílio, o Papa João XXIII deixa bem claro que a sua intenção é procurar apresentar aos seres humanos a íntegra e pura verdade de Deus e sua vontade para a humanidade, de modo que todos possam compreendê-la e vivê-la. O concílio Vaticano II foi convocado pelo Papa João XXIII em 25 de dezembro de 1961 e encerrado em 1965, pelo Papa Paulo VI. Documentos de importância incomparável foram escritos e estão acessíveis, em forma de livro chamado: *Concílio Ecumênico Vaticano II Documentos Conciliares e Pontifícios*. O Espírito Santo inspira os representantes da Igreja, reunidos em nome de Deus!

Esse tempo, parte do século XX, o Brasil viveu sob a ditadura militar, especificamente entre 64 a 85. Nessa época, os seguidores da chamada *verdadeira fé*, termo atribuído por Leonardo Boff a esse grupo da Igreja, acreditavam que um dos deveres da Igreja Católica era moralizar e cristinizar a política. Nesse mesmo período, destacam-se outros grupos dentro da Igreja Católica, que não compartilham com esse cristianismo engajado. Esta seria a *outra fé*, também termo atribuído por Leonardo Boff para definir a burguesa alienante, que se preocupa mais com questões espirituais, separadas da esfera política. Paralelamente temos os dois grupos, o que prefere ficar na alienação e o que busca olhar a situação de acordo com a visão dos *vencedores*, como escreve Eduardo Galeano em seu livro *Veias Abertas da América Latina*: “Um autor não especializado dirigia-se a um público não especializado, com a intenção de divulgar certos fatos que a história oficial, história contada pelos vencedores esconde ou mente.” (GALEANO, 1976, p. 285)

E assim a história foi continuando, ora omitindo fatos, ora sendo totalmente realista e ora provocando reações inesperadas. A repressão aumenta na América Latina e obriga o povo envolvido com a linha da libertação a viver se escondendo, a fim de não sofrer represálias. O grupo guerrilheiro se fortalece na maioria dos lugares, devido principalmente ao apoio das pessoas que acreditando ser este o

melhor caminho para a libertação, enfrentam corajosamente as dificuldades da sua opção e vivem os compromissos da solidariedade aos movimentos.

Para alguns grupos, a religião poderia ser uma atividade não política, como foi o caso do Movimento de Cursilhos da Cristandade. Havendo toda essa diversidade dos grupos de lideranças na Igreja Católica, foi possível trabalhar de forma eclética, respeitando posições e conscientizando tanto quanto possível. Em São Paulo, foi organizada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com o objetivo de mobilizar a opinião pública contra o governo de Jango e sua política, pois para muitos, ela culminaria na implantação do regime totalitário comunista no Brasil. Já em 1965, a forte repressão que se amplia na América Latina obriga os grupos e os movimentos de libertação, a viverem na clandestinidade. O movimento dos guerrilheiros ganha força em vários lugares com a presença de grande número de católicos e de agentes de pastoral. No engajamento político, encontra-se a aceitação entre fé e política, pois nessa dimensão não se pode dissociar fé e vida. Percebe-se que a grande tônica desse discurso político é o discurso religioso, e é a partir dos valores cristãos que essa política inseparável da vida é construída.

A política em sua essência é vida, como também economia é vida, da mesma forma que cultura é vida e religião é vida. Não se pode dissociar fé e economia, como também fé e cultura e fé e religião. Antoncich em seu livro *Ensino social da Igreja* faz referência ao que o Concílio enumera como práticas destruidoras da vida:

A dignidade da pessoa é inseparável de suas condições de vida. Por isso a defesa da pessoa é a defesa da vida. O Concílio enumera práticas que destroem a vida: qualquer espécie de homicídios... mutilações, torturas... encarceramentos arbitrários, deportações, escravidão, prostituição... condições degradantes de trabalho... (cf. GS 27c) Em síntese, não há pessoa solidária sem compromisso com a vida de todos, particularmente dos pobres e dos inimigos. A ética da pessoa solidária, ao mesmo tempo que nos abre ao social-pessoal (quer dizer, ao reconhecimento, no outro, de sua dignidade e direito à vida), nos abre também ao social-real para criar estruturas que reflitam as relações pessoais de solidariedade. (ANTONCICH, 1992, p.87 - 88)

Todos esses movimentos possibilitaram a abertura para a Igreja Católica mostrar que a realidade da América Latina tem um diferencial enorme em relação à realidade dos outros continentes e em especial à realidade da Europa,

oportunizando a criação das Conferências do Episcopado Latino-Americano. Essas conferências objetivam destacar problemas específicos deste continente, que traz as marcas da discriminação, da opressão e da marginalização social, buscando soluções emergenciais a favor da vida e da dignidade deste povo. A primeira Conferência do Episcopado da América Latina foi realizada no Rio de Janeiro no ano de 1955, do dia 25 de julho até 04 de agosto, no Colégio Sacré Coeur e apesar de sua repercussão não ter sido muito significativa, foi graças a esse início que a Igreja abriu caminho para o sucesso impactante das Conferências de Medellín e Puebla. Esta reunião eclesial foi convocada por iniciativa direta da Santa Sé. O organismo responsável por auxiliar o Vaticano nesta preparação laboriosa do evento foi a CNBB, que havia sido criada em 1952 e teve como seu primeiro secretário, nesse período, Dom Hélder Câmara.

O Papa Pio XII, em 1955, enviou uma carta para ser lida na abertura da Conferência e que foi tomada como horizonte de orientação dos trabalhos dos Bispos. Em seu texto, intitulado *Ad Ecclesiam Christi*, Pio XII faz um elogio à América Latina, afirmando acreditar que em pouco tempo, o Continente Latino estaria em condições de responder, à vocação apostólica designada pela Providência Divina. Vocação essa de ocupar um lugar na enorme tarefa de comunicar também a outros povos, os dons da salvação e da paz, através da evangelização que liberta.

No ano de 1968, foi realizada a II Conferência do Episcopado da América Latina. Os Bispos da América Latina reuniram-se em Medellín, na Colômbia, para refletir sobre a presença da Igreja na transformação da América Latina. Esta Conferência, graças a abertura às inspirações do Espírito Santo, teve grande repercussão para o povo de Deus. Os desafios da evangelização no Brasil e em toda a América Latina são imensos e os Bispos pedem que se leve em consideração a escandalosa realidade dos desequilíbrios econômicos da América Latina. O processo do desenvolvimento, com as injustiças estruturais, misérias, dependências, marginalizações, fruto de uma ordem social totalmente injusta, baseada no egoísmo e orientada para o lucro econômico, garantia a estabilidade de uma minoria privilegiada. O grito dos oprimidos pede por transformações, como escrevem os Bispos, anunciando o desejo de “passar do conjunto de condições menos humanas para a totalidade de condições plenamente humanas e de integrar toda a escala de

valores temporais na visão global da fé cristã, tomamos consciência da vocação original da América Latina.“ (CELAM, 1968)

É necessário ver o rosto concreto do povo que sofre e promover o encontro com Cristo, procurando transformar a realidade do contexto de marginalização e desrespeito aos direitos humanos. A subversão de valores culturais e cristãos, a desagregação familiar, crianças e jovens desorientados por não encontrarem seu lugar na sociedade, indígenas e afrodescendentes segregados, camponeses e operários explorados e ainda a situação dos desempregados, clamando por ações que estabeleçam uma convivência humana digna, a fim de construir uma sociedade justa e livre. A Igreja então se mobiliza e se reúne, a fim de pensar ações concretas para estas situações. Em Puebla, no ano de 1979, se realiza a III Conferência Episcopal da América Latina, e o tema da opção preferencial pelos pobres, veio dar continuidade aos apelos de Medellín, conclamando a todos para uma mudança nas estruturas sociais, políticas e econômicas que se apresentam injustas e mostram a necessidade de uma tomada de consciência, fazendo a conversão que promoverá vida digna para o povo latino. Os Bispos atentam para o fenômeno da desigualdade e da injustiça na América Latina, que gera uma situação de miséria e pobreza desumana em que vivem milhões de latino-americanos, fato visto como escândalo e ao mesmo tempo como *contradição com o ser cristão*.

Hoje, muitos anos após a realidade vivida nas décadas de 60, 70 e 80, ainda existem inúmeras expectativas na Igreja a caminho da libertação, pois à medida em que o país se desenvolve, novas situações vão surgindo e merecem a atenção de quem objetiva fazer o Reino de Deus acontecer, aqui e agora. Bento XVI faz uma chamada sobre o que Paulo VI já havia manifestado na época do seu Pontificado e que depois de tantos anos tem-se ainda a preocupação com as evoluções de situações críticas, já previstas. Vejamos: “das crises que foram sucedendo neste período, interrogamo-nos até que ponto as expectativas de Paulo VI tenham sido satisfeitas pelo modelo de desenvolvimento que foi adotado nos últimos decênios.” (BENTO XVI, 2009, p. 31)

O termo desenvolvimento passa a expressar aspirações coletivas por algo mais que pudesse arrancar os povos de seu atraso, pobreza e dependência. Na época, o grande anseio educativo foi sentido a partir da necessidade de se preparar melhor os grupos técnicos e operários capazes de absorver a nova tecnologia

indispensável para possibilitar a passagem e fazer avançar e consolidar o modelo capitalista na América Latina. Fazendo um resgate histórico, constata-se o quanto a Igreja da América Latina vem sendo pensada por seus representantes e especialmente quando o Papa Leão XIII convoca, por meio da Carta Apostólica, *Cum diuturnum*, o Concílio Plenário da América Latina. Este Concílio, realizado em Roma no período de 28 de maio a 9 de julho de 1899, inaugura as ações que permitirão ao Episcopado Latino-Americano alcançar maior integração e organização colegial. No ano de 1955 o Papa Pio XII, a pedido dos Bispos da América Latina, após a Primeira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, inaugura o CELAM, Conselho Episcopal Latino-Americano e três anos depois, mais um acontecimento importante, no dia 21 de abril de 1958, nasce a Pontifícia Comissão para América Latina.

No dia 30 de novembro de 1963, o Papa Paulo VI acrescentou o Conselho Geral da Pontifícia Comissão para a América Latina, com o objetivo de estudar os temas e os problemas de maior relevância para o continente latino, bem como propor sobre eles as sugestões oportunas. A atual organização da Pontifícia Comissão para a América Latina foi definida em 1988 pelo papa João Paulo II, por meio da Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, sobre a Cúria Romana, e da Carta Apostólica sobre a forma de *Motu Proprio Decessores Nostri*. João Paulo II unificou a Pontifícia Comissão para a América Latina com o Conselho Geral da Pontifícia Comissão para a América Latina. Tal organismo vindo dessa unificação, conservou o nome de Pontifícia Comissão para a América Latina. Assim a Igreja inspirada pelo Espírito Santo, busca atender às diversidades culturais e adentrar às realidades dos diversos continentes.

Um dos acontecimentos significativos para a realidade das décadas de 60 até 80 foi o inspirado surgimento das CBEs (Comunidades Eclesiais de Base). Ligadas principalmente à Igreja Católica e incentivadas pelo Concílio Vaticano II, se espalharam principalmente nos anos 1970 e 80 no Brasil e na América Latina. As CEBs consistem em comunidades reunidas geralmente em função da proximidade territorial, compostas principalmente por membros das classes populares, vinculadas a uma igreja, cujo objetivo é a leitura bíblica em articulação com a vida. Através do método *ver-julgar-agir*, as CEBs buscam olhar a realidade em que vivem *Ver*, julgá-la com os olhos da fé, *Julgar* e encontrar caminhos de ação impulsionados por este

mesmo juízo à luz da fé, *Agir*. A ação encontra respostas variadas segundo as circunstâncias, transcendendo os limites das igrejas. Estas comunidades impulsionaram a criação de clubes de mães, associações de moradores, inserção no movimento operário, e outras iniciativas que fortaleceram o movimento social. Cunha descreve o processo passo a passo, quando diz que:

A política deixa de ser apenas uma dimensão inevitável de todo agir, para ser um horizonte, uma intencionalidade, um dos elementos constitutivos do esforço de encarnação histórica da mensagem de Cristo. O primeiro nível foi pois o emotivo ético do sentir, indignar-se e protestar. A partir dele, e sobre sua base antropológica, a Ação Católica especializada desenvolveu a militância desdobrada em ver-julgar-agir. Medellín oficializou este esquema, ao tornar documentados em escritos oficiais os primeiros da Teologia da Libertação. Os imperativos históricos exigiram deste pensamento cristão uma articulação sempre mais definida, levando ao uso científico de instrumentos sempre mais elaborados e precisos de conhecimento, julgamento e atividade. O uso destes instrumentos aprofundou então a estruturação original em “analisar – interpretar à luz dos desígnios de Deus – organizar na Sociedade e na História (conscientizar). A base bíblica deste desenvolvimento foi o antiquíssimo Hino Cristológico de Filipenses 2, 5-11. (CUNHA, 1988, p. 38-39)

Durante a luta contra a ditadura militar, estes movimentos deram uma grande contribuição à redemocratização do Brasil. E a Teologia da Libertação junto com a Educação Libertadora, trouxeram esperança e motivação para a luta da população oprimida. Caminhando lado a lado, buscaram conscientizar a população dos seus direitos e deveres como cidadãos, vivendo na fraternidade os valores do Reino de Deus.

2.1.7. Aspectos Educacionais

A educação, a partir de 1964, passou por transformações profundas e muito mais transformações aconteceram após a ditadura militar. Este foi um tempo em que a área educacional no Brasil viveu muitas crises e interferências, redimensionando a sua história. Os acontecimentos do quarto período republicano, 1964 até 1984, marcaram a época, pois foram interrompidos os avanços alcançados pela sociedade brasileira e o conceito de liberdade passou pela ótica da segurança nacional. A dinâmica educacional girou em torno de professores e escolas sujeitando-se ao projeto amplo, sob a direção do Estado e tudo foi acionado em função do projeto

global. Ao mesmo tempo há a constatação da insuficiência de oportunidades educativas, a situação de pobreza agrava e aumenta o analfabetismo e deserção escolar, e as instituições educativas nada funcionais, trabalhando com meios fora de contexto e por fim, as escolas rurais sempre aquém das necessidades da época.

A partir de 1984 até 1996 acontecem muitas mudanças na área da educação. Após a hegemonia da Igreja, (séc. XVI a XVIII) e do Estado (séc. XVIII a XX), findando o monopólio do Estado e da Igreja, caminhou-se para a redefinição de poderes e regulamentações no seio da instituição escolar, onde o estado já não é mais a única referência, devido às forças sociais e profissionais que se articulam, assumindo as responsabilidades e fazendo surgir novas modalidades de ação escolar. É fato que quando a escola deixa de ser espaço unitário de um grupo privilegiado, havendo a universalização do ensino, inevitavelmente as contradições da sociedade serão, automaticamente trazidas para o espaço escolar. Conforme Antoncich: “Nossa sociedade não é nem deve ser a mesma no futuro em relação ao presente; nem a família nem a Igreja serão iguais.” (ANTONCICH, 1989, p. 58)

No final da década de 1970 em Puebla foi levantada a questão da Educação Libertadora, que já em Medellín havia sido discutida com vigor, por ser esse o conteúdo da educação para a justiça, que tem como consequência a libertação. Esse tema teve bastante repercussão, vindo de encontro com a reflexão de Paulo Freire nas suas duas obras: Educação como Prática da Liberdade e Pedagogia do Oprimido, confirmando que o caminho da libertação se faz com os oprimidos se libertando, pois nesse caminho *são os oprimidos que se libertam*. Há grande perplexidade em períodos de transição, inovação e transformação social e, como a educação tem uma dimensão política, o seu sentido é a busca do bem comum. Pelo fato de ser gerada pela sociedade, a educação não escapa a certos condicionamentos, pois de um modo ou de outro, são envolvidos pedaços da vida com a educação. Assim é para aprender e ensinar, para fazer e ser, para saber e viver, sempre a vida e a educação em contínua articulação. A experiência de vida vai amadurecendo as relações e vai acontecendo a conscientização. Foi nessa dinâmica que a partir da década de 60, a população de base aprendeu a recriar a educação de diversas formas, especialmente com a participação em sindicatos, comunidade de bairro, movimentos sociais e outras formas de articulações de acordo com suas regiões. Retransmitindo aos mais jovens essas culturas,

automaticamente foram se constituindo redes de transmissão do saber e com isso foi possível tornarem-se resistência à invasão de outros saberes. Libânio ressalta a força da mobilização que não se deixa anular pela opressão, dizendo:

E de um lado, pujante mobilização popular, que teve em nossa história vários momentos de eclosão, emergente vigorosa depois do silêncio imposto pela repressão política e policial dos governos depois de 64. Toda a efervescência popular da década de 60 é soterrada, mas não anulada. Nos subterrâneos da sociedade opressiva instalada naquela época, os canais populares corriam, alimentavam-se de mil e um artifícios, para com força inesperada romperem a crosta repressiva derramando-se abundantes na superfície estupefata da sociedade burguesa. Diante dessa inundação, a consciência católica não pode ficar insensível. Eram movimentos fazendo ver a situação de injustiça estrutural em que viviam. E muitos colégios católicos estavam conscientes de que de seus bancos emigravam aqueles/as que poderiam reforçar essa situação de injustiça, ou pelo menos simplesmente prolongá-la, ou então ser um agente de transformação. (LIBÂNIO, 1983, p. 32 - 33)

A esperança na educação se fundamenta em acreditar no ato humano de educar. Isso acontece tanto no trabalho pedagógico, quanto no ato político que se trava por outro tipo de escola, por outro tipo de mundo. Portanto, a educação pode ser ao mesmo tempo, movimento e ordem, sistema e contestação, reflexão e ação. Nas palavras de Speyer educação: “é, pois, toda a prática da vida humana. É um processo do homem que se realiza no mundo pela procura de seu *ser*. E, em todas as épocas e todas as culturas, o homem estabelece para si um *dever ser*, uma finalidade, um ideal a ser atingido.” (SPEYER, 1983, p. 13-14)

Nas Conferências Episcopais da América Latina, realizadas nessas três décadas e também nas Conferências mais atuais, evidencia-se a importância dos temas envolvendo educação e sociedade que são inquestionáveis e retratam o quanto a Igreja está aberta aos aspectos que ferem profundamente o ser humano na sua vivência em sociedade. O resultado destas discussões está nos documentos da Igreja que trazem já desde o Concílio Ecumênico, muitos temas envolvendo os problemas e a realidade da nossa sociedade. A história eclesial da América Latina mostra que tanto os temas sociais quanto os temas educacionais, estão sendo discutidos desde 1955, quando no Rio de Janeiro os Bispos reunidos na Primeira Conferência Episcopal da América Latina, discutiram sobre a deplorável condição de vida material em que vive a maioria dos povos Latino-Americanos. Na Conferência

de Medellín, os temas de grande repercussão: a promoção humana, a justiça, a paz, a família, a juventude, os meios de comunicação e a educação.

Desde Medellín, Segunda Conferência Episcopal até Puebla, Terceira Conferência Episcopal, a educação reflete a responsabilidade de não se limitar somente à formação intelectual, mas desenvolver no educando a responsabilidade por si e pelo mundo, abrindo espaço para a dimensão humana da fé. Na educação é necessário contemplar as dimensões: biológica, psicológica, social e transcendental do ser humano, conduzindo a pessoa a assumir valores em sua conduta, contribuir para o desenvolvimento da ética centrada na justiça e no direito, para assim construir a cidadania e propiciar a abertura ao Transcendente. Sanches escreve sobre as posturas éticas que interferem na vida da humanidade: “As diferentes e até mesmo opostas posturas éticas estão, muitas vezes, refletindo diferentes maneiras de compreender o ser humano” (SANCHES, 2007 p. 112) e a compreensão do ser humano é o ponto de partida, para se defender a dignidade humana. Um dos maiores compromissos da educação é ressaltar a importância de se encontrar a razão e o significado da vida, despertando para a convivência fraternal e o desejo do infinito existente em cada pessoa.

Um trecho do pronunciamento de Dom Hélder Câmara, sobre a missão do ser humano no mundo, destaca: “Nós, criaturas humanas – homem e mulher – fomos criados para despertar e reger a sinfonia universal, a comunicação entre todos os seres criados e o Criador...” (CÂMARA, 1983, p. 17). Portanto, é muito nobre esta missão, especialmente na área da educação, pois os educadores através da sua comunicação tornam possível a tarefa de *despertar* os seres humanos para a *comunicação com* o Transcendente e entre si, e assim *regem a sinfonia universal!*

No próximo capítulo serão apresentados: a concepção, a filosofia e o desenvolvimento da Educação Católica Libertadora. O contexto onde a educação para a libertação e a autonomia nasceu e se desenvolveu e também, como aconteceu esta forma de educar. E para finalizar, o diálogo entre a Educação Libertadora e a Teologia da Libertação.

3 CONCEPÇÃO, FILOSOFIA E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO CATÓLICA LIBERTADORA NO BRASIL

3.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

Educação é um tema que reporta imediatamente a desenvolvimento, crescimento, novas perspectivas, projeção cultural e principalmente promoção humana e transformação social. A educação tem o seu fundamento na busca constante de cada pessoa por sua própria identidade e seu empenho em vista do processo de humanização e personalização, culminando na aventura de encontrar os meios necessários para uma atuação transformadora na sociedade. A educação, via de regra, propicia a abertura ao novo, propõe pesquisas que levam a novas descobertas, traz a experiência do diferente e conseqüentemente, dá um salto de qualidade na vida humana e na vida de toda a sociedade!

E quando se trata de Educação Libertadora, é necessário que esta seja repensada a partir da ótica das mudanças ocorridas, pois em cada uma das realidades, se apresentam fatos de grande relevância, trazendo conseqüências importantes para a sociedade. As concepções, a filosofia e o desenvolvimento da Educação Libertadora, trazem na sua história, as conseqüências da sua ação, dentro do contexto da sua realização. Na realidade, o Brasil foi contemplado por dois acontecimentos que fizeram a diferença nas décadas de 60, 70 e 80, quando da realização das duas grandes Conferências Episcopais da América Latina. Medellín e Puebla marcaram a História da Educação Católica Libertadora no Brasil e com a ascendência da Teologia da Libertação coincidindo na mesma época, as suas ações foram reforçadas através dos movimentos de conscientização.

3.1.1. Concepções Pedagógicas e Filosofia da Educação

Educar significa criar possibilidades de novas conquistas, de mudanças, de desenvolvimentos, de desafios e de crescimentos, resultando em ações transformadoras da realidade, em vista do bem comum. A educação tem como concepção o processo de desenvolvimento individual e o seu traço mais original nos dias atuais, é o deslocamento de enfoque do individual para o social, para o político e o ideológico. Antoncich definindo o ato de educar descreve que educar é mais do

que tudo: “antecipar situações e capacitar os alunos de hoje para se desenvolver criativamente no mundo do futuro.” (ANTONCICH, 1989, p. 58)

Na sua essência, a educação é o esforço constante de cada pessoa, em realizar sua vocação de ser mais, buscando a forma histórica na qual está, para que possa encontrar-se consigo em plenitude de vida. Deus no Seu Plano de Amor quer todas as pessoas felizes e realizadas. O desafio para caminhar nessa missão, é sempre o de procurar construir uma sociedade com novos valores, com a cultura da partilha, da solidariedade, do companheirismo, da fraternidade, da ética e sempre buscando o sentido mais profundo da vida. Tepe aprofunda, em poucas palavras, o verdadeiro significado da vida e a importância de descobrir-lhe o sentido e a significação: “A vida é muito importante, mais importante ainda é descobrir-lhe o sentido.” (TEPE, 1977, p. 134) Através da educação é possível abrir um canal de descoberta para esses valores e para o verdadeiro sentido da vida.

O sentido cristão do acontecimento educativo reside na intencionalidade da ação educacional, decorrendo daí a promoção dos valores humanos no todo do processo didático e pedagógico. O caráter cristão da educação vincula-se ao sistema de vida das pessoas e compromete a natureza da intencionalidade do processo educativo. A dignidade humana tem nos seus princípios básicos a concepção de unidade e a síntese existencial que por razão ontológica, permite a visão de todas as coisas como harmonia da criação e redenção.

Cristo nos Evangelhos se mostra um homem livre e de olhos abertos para o essencial. Dedicado aos outros, especialmente os mais necessitados, com suas atitudes comprova que o Reino de Deus, é um Reino de paz, justiça e fraternidade. Sua mensagem é radical em relação ao que o Pai deseja para seus filhos. enxerga tanto as realidades mais complexas, como as mais simples e fixa o olhar no que é essencial. Evidencia o que as pessoas sempre souberam, mas que pela alienação não chegavam a ver, compreender e tomar posições. Busca para as pessoas a integridade que vem da nova criação, da reconciliação consigo mesmo, com os outros, com a natureza e principalmente com Deus.

Nesta perspectiva, a reflexão é fundamental e exige postura filosófica radical que envolve ponderação e percepção das circunstâncias que antecedam a ação didática. A postura reflexiva e a abertura ao diálogo irão buscar na flexibilidade, promover a renovação e inovação, numa constante crítica e revisão, proporcionando

condições de ações lúcidas. Os pontos importantes dessas reflexões são a valorização da pessoa, o despertar para os problemas existenciais, os critérios para julgar a realidade, a busca de soluções comunitárias para a superação dos problemas diagnosticados e assim assumir posição de *agente/sujeito* do processo libertador e transformador da realidade. Paulo Freire fez o caminho para a educação se tornar realmente transformadora e sempre reforçou a necessidade da crítica, para melhorar as relações dentro da educação.

Para que isso aconteça a educação precisa ser criadora, antecipando e articulando formas de transformação da sociedade, na personalização das novas gerações, aprofundando a consciência da dignidade humana, favorecendo a autonomia e promovendo o senso comunitário. No Documento de Medellín, os Bispos escrevem que a educação tem a missão de “capacitar as novas gerações para a transformação permanente e orgânica que o desenvolvimento supõe.” (CELAM, 1968, Educ. 4. 8)

A educação à luz dos valores evangélicos é horizonte, é utopia e essa compreensão, é diferente e provoca o assumir de causas e práticas contrárias muitas vezes, ao convencional. As situações e compreensões vão se ampliando e a abertura vinda dos novos tempos, faz nascer ideias e ideais, firmando propósitos e posicionamentos em relação ao ideal de práticas pedagógicas, com fundamentos na antropologia social que sustenta esta caminhada. Segundo Assmann e Sung, sem um processo de socialização, a humanidade não é socialmente competente para a convivência e é: “no cerne dessa questão crucial da nossa habilitação, para a convivência que se corre o risco do desencontro entre a competência para sobreviver e a competência para conviver socialmente” (ASSMANN; SUNG, 2000, p. 227)

O conhecimento necessário para uma prática educacional crítica baseada numa pedagogia ética e étnica, de visão de mundo, envolve uma variedade de valores, competências e habilidades que derivam da capacidade de uma reflexão crítica sobre a prática. O compromisso da educação para a libertação, à luz dos valores humanos e evangélicos é imenso e a responsabilidade é enorme para o alcance de todos os seus objetivos. O senso comum, a curiosidade, a estética, a ética e a étnica, a rigorosidade metodológica são alguns dos seus atributos. E ainda o respeito ao conhecimento do educando, a possibilidade de diálogo e a

corporeidade das palavras, através de exemplos. A convicção de que a mudança é possível, que a aceitação do novo é necessária, como é necessária a apreensão da realidade, a tomada de decisão, a felicidade e a esperança. A humildade, a tolerância, a segurança e por fim, a luta para defender seus direitos como cidadão e os direitos de todos, na vivência da fraternidade.

Com estas perspectivas e considerando todos os pontos na realidade social com suas tendências é necessário abrir os horizontes, a fim de assumir o compromisso educacional, dentro da linha libertadora e buscar a transformação da sociedade, através da esperança, dentro deste projeto utópico. Vivenciar um processo educacional pautado pelo compromisso cristão, através de uma abordagem reducionista e limitada, seria impossível.

A III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Puebla, reafirma em uma nova dimensão a importância da educação para a humanidade, a compreensão ampla do próprio conceito de educação, sua íntima relação com o contexto sociocultural, culminando com seu sentido transcendente. A educação é o esforço por construir-se, e reconstruir-se na busca da forma histórica na qual cada pessoa encontra-se consigo mesma em plenitude de vida e é substancialmente comunhão social. O ideal de fraternidade universal, a paz mundial, somente será uma realidade se houver a reverência às crenças, que além da tolerância, assume um profundo respeito mútuo, podendo conduzir à paz. Sabe-se que a preocupação básica de Puebla consistiu em como evangelizar hoje e amanhã na América Latina. A educação está situada no contexto de Puebla como meio para a comunhão e a participação, elementos que tem sua origem na própria identidade do homem visto à Luz do Evangelho: “Educar é falar da vida, do sentido da existência humana, do sentido das coisas e dos acontecimentos do mundo e da sociedade.” (CELAM, 1980, p. 38, n. 2.1)

É importante respeitar esses momentos ricos de libertação e através da educação que tem como objetivo a democratização, responder às exigências da sociedade. Sobre o valor da tarefa educacional, Antoncich escreve que a: “tarefa da educação é de grande valor e dignidade, pois se trata de capacitar a pessoa humana para viver com sentido sua própria vida, dentro do conjunto de uma sociedade que lhe permita crescer sempre mais a cada dia.” (ANTONCICH, 1989, p. 58)

A discussão a respeito das influências que sofre o educando, vivendo em uma sociedade dividida em classes e suas ideologias, confirma a necessidade de ver a educação como meio de libertação. Por isso é necessário, como disse Paulo Freire, proporcionar uma educação que não privilegie só a leitura das palavras, mas também a leitura do mundo, permitindo uma maior interação do indivíduo com o meio em que ele vive e desenvolvendo o raciocínio crítico no contexto da leitura, com o objetivo de criar condições de cidadania. Florestan Fernandes faz uma reflexão interessante sobre a educação para a libertação: “Se ainda podemos recorrer à escola e à educação como fator de libertação dos oprimidos, dispomos de reservas para ir além do que somos e para construir as premissas históricas da nascente civilização socialista.” (FERNANDES, 1990, p. 14)

A educação possibilita a conquista do poder autônomo, cultural, social e político. E se verdadeira, coloca as pessoas e as comunidades em conflitos tanto sociais, quanto ideológicos e também políticos, nem sempre superados facilmente. Mas é exatamente nesse contexto que as pessoas e as comunidades, irão se reconhecer na sua identidade mais profunda e aos poucos vão descobrir que estão vivendo a grande aventura do Reino de Deus. Reino de paz, que requer o esforço de reflexão para desarmar este mundo; de justiça superando as opressões e as gravíssimas desigualdades sociais; de liberdade e de diálogo, a fim de encontrar o caminho da fraternidade.

O fundamental na educação e especialmente na educação que tem como foco a libertação é a visão crítica e consciente do educando sobre as desigualdades sociais. Somente fazendo esse confronto com as realidades à sua volta, é que o educando poderá levar consigo o certificado de cidadão consciente dos valores sociais, morais, culturais, éticos e étnicos. A realidade é complexa e muitas vezes contraditória, assim ela obriga a pensar. Na interação com a realidade o educando aprende a identificar as causas dos problemas sociais, identifica valores vividos pela população e, no diálogo, busca alternativas viáveis. O desejo de transformação da sociedade, juntamente com a utopia projetando a sociedade ideal num tempo histórico, causa um núcleo de tensão que na prática educativa é perceptível e benéfica para o processo de interação. Desse processo de interação nasce a conscientização e cresce o significado de democracia participativa.

3.1.2. Filosofia da Educação Libertadora

A filosofia da Educação Libertadora perpassa o ideal do Evangelho de Jesus Cristo que promove a vida em sua plenitude. A educação que promove a libertação ganhou a nobreza de dignificar todos os seres humanos. Nela encontram-se os elementos que tornam a pessoa, sujeito do seu próprio desenvolvimento. É um meio de transformação social e é o anúncio explícito de Jesus Cristo, na busca da verdade humana e transcendente.

Portanto, a Educação Libertadora pode ser considerada como o movimento pelo qual o educando descobre-se como sujeito do seu próprio processo educacional e como ser relacional percebe que pode interferir nos acontecimentos da sociedade, exercendo sua cidadania para o bem comum, fazendo acontecer o Reino de Deus que é um Reino de justiça e de paz. E nessa dinâmica, o educando consciente da sua capacidade de exercer influência na comunidade onde vive, o faz no sentido solidário e fraterno.

A educação libertadora cumpre sua missão quando incentiva o aluno, a ser criativo, não se contentando apenas em decorar fórmulas, datas conceitos e ainda criando situações em que o aluno possa desenvolver a consciência crítica, procurando entender, raciocinar, e questionar as informações passadas, não aceitando passivamente o que lhe é apresentado, dando-lhe condições de agir para o bem da comunidade. O empenho dos educadores no compromisso com a missão de educar para a liberdade, também auxiliou no processo de libertação, durante a repressão. As práticas libertadoras, juntamente com as crescentes pressões dos movimentos populares e tantas outras forças sociais e políticas ajudaram no processo de acabar com o regime militar. Na década de 80, encerra-se um ciclo histórico e paralelamente algumas concepções e práticas pedagógicas, originadas durante este ciclo também perdem sua força, talvez por haver o sentimento de ter cumprido a sua missão. Freire afirma que:

Assim como o ciclo gnosiológico não termina na etapa da aquisição do conhecimento já existente, pois que se prolonga até a fase da criação do novo conhecimento, a conscientização não pode parar na etapa do desvelamento da realidade. Sua autenticidade se dá quando a prática do desvelamento da realidade constitui uma unidade dinâmica e dialética com a prática da transformação da realidade. (FREIRE, 1992, p. 103)

Sendo a Educação Libertadora essencialmente uma ação social e política, a articulação da educação em si, é uma dinâmica de integração que exige uma sinfonia, uma sintonia e uma harmonia, para ser vivida na proposta e na ação. A dimensão da Educação Libertadora se faz realidade, quando um determinado grupo de sujeitos está em interação e vivenciando a dinâmica da ação/reflexão, procura a verdade humana e transcendente e, consciente trabalha para a transformação e a justiça social.

A consciência crítica traz sempre três pontos de observação que são fundamentais para sua eficácia da ação-reflexão. O primeiro está relacionado aos condicionamentos externos, o segundo aos mecanismos do seu desenvolvimento e o terceiro refere-se à sua função. Os elementos constitutivos da Educação Libertadora são em sua essência, a pessoa como sujeito do seu próprio desenvolvimento, a educação como meio de transformação social, com foco na justiça e o anúncio explícito de Jesus Cristo. São estes os fundamentos que tornam a Educação Libertadora tão importante para a sociedade, que precisa dessa consciência, a fim de não isentar-se das responsabilidades em decisões de grande ou pequeno porte, pois cada acontecimento traz as suas consequências e na Educação Evangelizadora está intrínseca a Educação Libertadora.

A conscientização é um termo que está muito ligado ao conceito de Educação Libertadora e é certo que quando se quer dar condições de maior conhecimento aos educandos, provocando neles um comportamento que lhes permita romper o círculo de uma situação considerada como marginalizada, ou de maior vulnerabilidade, a sua consciência se tornará dinâmica. O seu nível de aspirações se elevará e certamente ele assumirá uma atitude crítica em relação àquela situação que até então, poderia lhe parecer natural.

A liberdade do ser humano é a meta da educação liberadora, pois é o discernimento, próprio da liberdade, fator decisivo na vida das pessoas. Pelo discernimento, o ser humano dá expansão ao seu compromisso com os outros e se adapta às situações. É criativo na disponibilidade à comunidade, sabe descobrir o que aqui e agora exige dele na solidariedade, cuja manifestação concreta e histórica está na vida de Jesus de Nazaré.

Algumas características fundamentais da Educação Libertadora estão na abertura ao diálogo, possibilidade criadora, afirmação das peculiaridades locais e

nacionais, na capacitação para a transformação, criando uma educação própria, neste caso, para o povo da América Latina e para a transformação social, pela justiça. Partindo da realidade de uma sociedade organicamente injusta, onde a falta de participação de todos nos bens produzidos e nas decisões importantes, é uma realidade, a proposta em termos educativos necessita ter forte vinculação social para assim o educando ser sujeito do próprio desenvolvimento e a educação ser o meio para a libertação.

O educador cristão assume a responsabilidade de conhecer e analisar as possibilidades da Educação Libertadora, como compromisso evangélico de libertação. A principal luta na transformação social é a mudança das estruturas de injustiça que propiciam aos ricos ficarem cada vez mais ricos e aos pobres permanecerem cada vez mais pobres. Muitos autores defendem a construção do saber, como mediação na apropriação do conhecimento que auxilia a formação de uma consciência política e crítica. A Educação Libertadora considera a produção do conhecimento na perspectiva dialética, tendo sua fundamentação na reflexão sobre a práxis que é a ação fundamentada em uma teoria, em vista de nova ordem das coisas: dialética, teoria e prática.

Nesse sentido, há o resgate da produção coletiva do conhecimento, o incentivo, a organização e a autonomia, desmistificando a realidade, provocando mudança de atitudes, articulando a dimensão crítica, privilegiando o processo, reinterpretando cada momento histórico, exigindo o compromisso e também a competência de todos os envolvidos.

Marins fala sobre Paulo Freire e a importância dos projetos de educação das massas, como o movimento de educação das bases, movimento de líderes sociais e as escolas radiofônicas, quando ganham importância quantitativa na comunidade e na Igreja. “Na base do importante processo conscientizador do clero e dos militantes da América Latina, não se pode deixar de mencionar Paulo Freire, o leigo brasileiro cujas ideias tiveram grande influência nestes últimos quinze anos de nossa Igreja.” (MARINS, 1979, p.19)

É muito importante a conscientização nos meios onde estão as pessoas de influência e os formadores de opinião, para que assim estes se transformem em multiplicadores e as transformações necessárias sejam possíveis dentro da sociedade como um todo. Com mudança de atitude é possível fazer muito pelo

social e estas mudanças são observadas em momentos fortes, quando educadores comprometidos com a sociedade, tornam-se os responsáveis por conscientizar a população dos seus direitos como cidadãos.

3.1.3. História da Educação Libertadora e consequências da sua ação

A História da Educação Libertadora é cheia de riquezas e ao mesmo tempo de sofrimento. Nasceu durante a repressão, como resposta às necessidades da época e após o golpe militar, como dimensão política da fé, em defesa dos povos oprimidos, tendo como objetivo principal a transformação social, por uma vida pautada pela justiça. Freire escreve que esse: “começo de compreensão e de percepção da realidade objetiva de opressão não se dá através de trabalho puramente intelectual. Esse começo já é o resultado de certa participação conflituosa do oprimido no contexto de opressão.” (FREIRE, 1988, p.83)

Quando o país assume o enorme desafio do desenvolvimento, faz-se necessário assumir também o processo civilizatório e assim, nasce na sociedade o desejo de conscientização para a emancipação e autonomia. O respeito à autonomia, o respeito à dignidade de cada pessoa, não é um favor que podemos conceder ou não, ele é um imperativo ético e onde se transgride a eticidade, não há fraternidade. Foi difícil para instituições de ensino assumir esse desafio libertador, pois a reação contrária da sociedade não permitia o avanço do processo.

Para as instituições que assumiram a prática libertadora, não tardaram as consequências e as reações das forças conservadoras da sociedade, que as consideraram como agentes agitadores e subversores da ordem estabelecida. Sentindo-se pressionados diante da reação da população privilegiada pelo sistema vigente, houve um esmorecimento. Com receio em virtude da proporção que os fatos ganharam através dos meios de comunicação de massa, educadores e escolas engajados na luta pela libertação através da educação acabaram por ter que optar entre o abandono da causa, ou o assumir o compromisso com coragem, apesar de sofrer com a repressão.

Esta situação não se restringe somente às instituições de ensino, mas é também uma situação de Igreja e de toda a sociedade. E a opção pela educação libertadora não é essencialmente opção por uma metodologia, é muito mais um

posicionamento político, que precisa ser assumido pelos religiosos, visto que os procedimentos educacionais e as posturas religiosas devem contribuir sempre para a transformação social, no resgate da dignidade do ser humano. D. Luciano Mendes de Almeida, traduz a ação dos educadores cristãos, centrada na pessoa de Jesus Cristo como o poço vivo:

Essa via forma o contexto sociológico maior dentro do qual os educadores cristãos de amanhã exercerão sua ação centrada na pessoa humana, amada por Deus e chamada a viver em comunidade. A pessoa de Jesus aí com toda a sua força inspiradora e questionadora. É esse o poço vivo do qual o educador irá haurir a sua espiritualidade evangelizadora e a força para continuar numa luta que muitas vezes parece fadada ao insucesso, mas que na realidade faz parte integrante da construção do Reino. (ALMEIDA, 1995, p. 9)

Lentamente foi que a consciência de libertação aconteceu para os brasileiros e a compreensão da urgência de rápidas transformações para superar as distâncias e desigualdades, só veio através de reflexão sociológica e analítica sobre o fenômeno do atraso e da pobreza dos países latino-americanos. Somente quando o povo conscientizou-se das desigualdades sociais, culturais, políticas e econômicas que caracterizam muitos destes países é que se passou a lutar pela libertação. Na experiência social e política do subdesenvolvimento, progressivamente é que estendeu-se a tomada de consciência sobre a necessidade de libertação.

Tendo como foco principal a nova consciência articulada, a atitude passa a ser dialética, de afrontamento face ao problema do desenvolvimento. Esse fenômeno passa a ser denunciado, implicando na recusa do sistema e sua estrutura subjugadora. A ruptura gera conflitos e a libertação veicula um valor ético e não apenas um dado científico. Procura reaver a autonomia e a independência através da intencionalidade e da práxis que liberta. A educação libertadora apresenta dois aspectos importantes: o aspecto político dentro de uma sociedade conflitiva, e o aspecto evangélico enquanto exigência de um evangelho social.

Muitas questões poderiam ser resolvidas se houvesse maior empenho por parte de alguns órgãos de influência. A questão da violência e a exclusão social que apesar dos esforços ainda não está resolvida. A questão da agressão ao meio ambiente que trará consequências desastrosas para a humanidade. O racismo e a intolerância, a insegurança, a corrupção, a fome, a miséria, as drogas que estão

acabando com a vida da humanidade e as doenças que muitas vezes se manifestam sem condições de cura, mesmo com o enorme avanço das Ciências. A tomada de consciência diante de situações como essas, provoca uma reação e a ação esperada seria a resposta aos anseios e aspirações da população. A ação somente será verdadeiramente libertadora quando a tomada de consciência consistir em uma educação que seja, conforme escreve Costa, problematizadora, integradora, crítica, impulsionadora da ação, dialogante, criativa e permanente:

- problematizadora, na medida em que apresenta as contradições básicas de uma situação existencial concreta com problemas que desafiam as pessoas nela envolvidas; - integradora, na medida em que possibilita às pessoas captarem o desafio como um problema que tem conexões com outros problemas; - crítica, na medida em que oportuniza a busca das causas sociais, políticas, econômicas e históricas de sua situação existencial; - impulsionadora da ação, na medida em que, ao responderem os desafios, as pessoas se sintam comprometidas e cada vez mais engajadas no processo de transformação da realidade; - dialogante, na medida em que elas são chamadas a conhecer, a elaborar o seu conhecimento, quando se encontram em autêntica comunhão com outras pessoas; - criativa, na medida em que oferece a elas a possibilidade de construir seu saber, partilhando suas experiências, inventando e reinventando seu mundo, criando sua cultura e forjando seu destino como seres históricos; - permanente, na medida em que, considerando os alunos como seres inacabados, numa realidade igualmente inacabada, lhes dá a chance de refazerem, na ação-reflexão, constantemente, sua realidade existencial, tendo em vista sua plena realização. (COSTA, 1991, p.81)

A educação não pode ser negligenciada e dentro da sua função vital, precisa interferir nos acontecimentos sociais, assumindo a responsabilidade de identificar os problemas, estabelecer princípios norteadores e transformar esses princípios em ação para o bem da humanidade. Esta é a função específica da Educação Libertadora, que tem três opções fundamentais: uma opção pela liberdade do ser humano, uma opção pelos expropriados e uma opção por uma sociedade democrática. Na proposta da Educação Libertadora está a amplitude e a consistência, possibilitando o crescer com as mudanças sociais que se vão delineando e que se realizam somente através da dialética entre a ação e a reflexão.

Teremos fôlego suficiente para assumir esse compromisso de libertação que se impõe ainda em nossos dias? Esta será a condição de respostas aos problemas educacionais, permitindo a convivência com a utopia da nova sociedade. Segundo Barbosa, “A mudança de perspectiva, do lugar social ou ponto de vista, passa pelo

processo de conversão, porque toca em todo o mistério da liberdade e da graça.” (BARBOSA, 2005, p. 67)

As constantes transformações e mudanças que acontecem dentro da sociedade, são provocadas particularmente pelo progresso da tecnologia e das ciências, que colocam nas mãos da humanidade, possibilidades de uma enorme magnitude e que ao mesmo tempo causam grande preocupação pelo que pode vir a ser feito com todas essas possibilidades. Dentro da sociedade atual, a educação precisa ter muito presente que sua função é desenvolver o aspecto do *ser* nos educandos, mesmo que tudo ao seu redor indique a supremacia do *ter*. O desenvolvimento do espírito solidário e fraterno nas relações entre educadores e educandos promoverá os espaços e a harmonia necessários ao crescimento do *ser*, que são em resumo, três aspectos principais: o transcendente que é fonte de liberdade na comunhão com o Criador, o exterior que é onde o ser humano se encontra com o outro e com sua realidade numa convivência fraterna e o interior onde cada pessoa se encontra na experiência profunda da própria consciência.

Estes espaços e a harmonia das dimensões do nosso ser, conhecer, escolher e amar são o reflexo de uma experiência profunda com o Criador, uma vivência harmoniosa com suas criaturas e a realização da fraternidade humana na convivência social. A educação e a promoção da vida humana são projetos que enobrecem a sociedade e aproximam de forma fantástica as pessoas do seu objetivo maior, que é viver a fraternidade e descobrir o verdadeiro sentido da vida.

Conhecemos a opção pela Educação Libertadora na medida em que encontrarmos espaços e esforços de compreensão do horizonte libertador e da descoberta do caminho a ser percorrido, na busca do bem comum. Nas palavras de Barbosa, o movimento de descoberta e de: “transformação cultural é provocado pela consciência crítica das pessoas, conferindo-lhes uma capacidade de desvelamento da realidade social, que é resultado da intervenção e criatividade do homem e passível de transformação.” (BARBOSA, 2005, p.69)

Um dos fatores mais importantes para o nascimento e desenvolvimento da educação que liberta, é o contexto onde a opressão necessita ser combatida, pois é nesse contexto que se faz necessária a libertação. Por isso, nas décadas estudadas, houve ambiente propício e espaço para que a Educação Libertadora pudesse acontecer.

3.2. CONTEXTO ONDE A EDUCAÇÃO LIBERTADORA NASCEU E SE DESENVOLVEU

O contexto em que a Educação Libertadora nasceu e se desenvolveu, foi repleto de acontecimentos fortes e exatamente por ser essa a realidade vivida na época, e pela necessidade de libertação, é que a sociedade viu como alternativa, esse processo libertador. Foi um tempo cheio de riquezas, ao mesmo tempo em que o povo enfrenta inúmeras dificuldades, quando especialmente na década de 60, o Brasil viveu sob o peso da ditadura, sendo assustadora a repressão e a tortura a que foram submetidos muitos brasileiros. A sociedade teve a oportunidade de assumir os desafios e mostrou sua capacidade de criar situações de cidadania e solidariedade.

3.2.1. Contexto Histórico

A Educação Libertadora teve na sua história momentos de alegria e momentos de apreensão por conta das situações, onde os interesses das classes dominantes se fragilizavam e a reação vinha imediatamente em detrimento da educação para a conscientização. Nos anos 50, a preocupação política e social era percorrer, o mais rápido possível, as fases cronológicas da indispensável passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento, que então foi considerado problema técnico e não político.

Essa etapa foi vista como característica da sociedade tradicional pré-técnica, antes de passar para a sociedade moderna técnica. Existiu muita euforia pelo desenvolvimento na América Latina e alguns movimentos de grupos tiveram papel importante dentro dessa realidade, animados pela Revolução Cubana, que teve resultado vitorioso! A teoria da dependência e os estudos do capitalismo periférico se fortaleceram no final desta década. Foi então que em 1959, Paulo Freire publicou sua tese de concurso para a cadeira de história e Filosofia da Educação, na Escola de Belas Artes de Pernambuco, fazendo críticas à educação desvinculada dos reais interesses do País e mostrando que o processo educativo só é eficaz, se consegue estabelecer relação com a realidade social, para ser agente de mudanças sociais.

Em 1968, os países maiores como Brasil e Argentina já viviam sob violenta ditadura militar e mais tarde o Chile também e outros países estavam vivendo sob o

império da ideologia da Segurança Nacional. A Educação Libertadora entrava em choque com os novos rumos ideológicos do Continente. No CELAM estava também acontecendo um processo de mudança, com o cuidado de usar termos que não levantassem suspeitas, a fim de que se pudesse trabalhar melhor para o bem maior da sociedade. Assim surge o tema da justiça, melhor aceito e menos marcado ideologicamente, naquele momento e naquela realidade. Libânio traduz toda esta situação da sociedade brasileira, que com uma elite gananciosa e com a democracia fragilizada, acaba refletindo os interesses das classes dominantes e provocando situações de profundas injustiças:

Não havia regime militar por mais autoritário e discricionário, que pudesse frontalmente opor-se a uma “educação para a justiça”. A expressão tinha a desvantagem de omitir o significante “libertação”, tão relevante e carregado de força, mas, por sua vez, permitia que se continuasse, sem tantos entraves, um trabalho educativo na linha de transformação estrutural da sociedade. Evidentemente, o tema da justiça é complicado, devido aos diferentes sentidos que o termo adquiriu. E, sobretudo porque a justiça passeia entre dois referenciais básicos: a legalidade na cidade e a igualdade entre os indivíduos. (LIBÂNIO, 1997, p. 16)

Na época, para Paulo Freire, a perspectiva de mudança restringia-se a criação de uma democracia representativa, dentro do horizonte do desenvolvimento capitalista liberal, já presentes os impulsos que fariam de sua pedagogia e de seu método, uma importante arma de transformação de estruturas de grande alcance. E assim foram lançadas as raízes, com as bases na crítica profunda de pressupostos que mais tarde trariam tantos benefícios para a sociedade. A educação libertadora foi esperança para um tempo forte, posicionamento novo para enfrentar outros desafios, sinal dos tempos e construção de uma nova sociedade, com o avanço irreversível que tomou o rosto que lhe foi dado. A pedagogia libertadora nasceu da experiência de uma necessária transformação.

Sentindo a situação de vulnerabilidade profunda nas condições humanas, circunstâncias que exigem uma tensão e luta contínuas, estruturações sociais frontalmente adversas e desrespeitadoras da dignidade humana, esmagando pessoas, gerou-se indignação ética profunda, solidária com as vítimas, fazendo tomar a decisão de colocar-se ao lado dos menos favorecidos. Podemos afirmar com toda a certeza, que a educação e especialmente a Educação Libertadora, é um dos principais instrumentos de continuidade da vida humana, pois permite que a

história, a vida, a lembrança e a cultura de uma comunidade sejam perpetuadas no imaginário do grupo social.

Um dos principais eixos da Educação Libertadora na proposta de Freire é a resistência à dominação e opressão dos menos favorecidos que ele chama de excluídos da sociedade capitalista, *os demitidos da vida, os esfarrapados do mundo*. Freire sempre acreditou na intenção de mudança, presente em cada ser humano, na conscientização dos explorados e também dos exploradores. Está presente já na alfabetização de adultos, proposta por Freire, a procura em resgatar a dignidade daqueles que durante toda a vida trabalharam para a riqueza da nação, e que acabaram sendo vítimas do sistema que os coloca como sendo descartáveis.

A Educação Libertadora, marco especial na história educacional do Brasil, principalmente durante as décadas de 1960 e 1970, foi luz em um tempo de crise e um passo importante para o enfrentamento dos novos tempos. Esse período não foi privilegiado pela historiografia, porém muitos pesquisadores e estudiosos, pautados em leituras do Evangelho que ressaltam a libertação, encontraram na mensagem libertadora de Cristo, uma das missões do Cristão que é a de esclarecer as consciências, a fim de libertar o ser humano, dignificando sua vida.

Nos finais da década de 1950 dois fatos apareciam e perturbavam o criador da educação conscientizadora e libertadora. Paulo Freire tinha a firme convicção de que um país analfabeto e com uma educação básica deficitária, nunca seria uma democracia verdadeira. A outra convicção de Freire era de que na educação tradicional ou modernizante, é fácil contribuir para com a manutenção da situação ao invés de facilitar a transformação social. Com a educação conscientizadora, que é o âmago da Educação Libertadora, é possível fazer acontecer o processo civilizatório e a emancipação do cidadão. Freire também escreve sobre sua posição em relação a Jesus Cristo, como História viva e exemplo de Pedagogo:

Costumo dizer que, independentemente da posição cristã em que sempre procurei estar, Cristo seria, como é, para mim um exemplo de pedagogo. [...] Verbo que se fez carne, História viva, sua pedagogia era a do testemunho de uma Presença que contradizia, que denunciava e anunciava. Verbo encarnado, Verdade Ele mesmo, a palavra que d'Ele emanava não poderia ser uma palavra que, dita, dela se dissesse que foi, mas uma palavra que sempre estaria sendo. Esta palavra jamais poderia ser aprendida se não fosse apreendida e não seria apreendida se não fosse igualmente por nós "encarnada". Daí o convite que Cristo nos fez continua a

nos fazer – o de conhecer a verdade de Sua mensagem na prática de Seus mais mínimos pormenores. Sua palavra não é som que voa: é palavração. (FREIRE, 1991, p. 55)

O início da década de 60 foi muito rico para os movimentos com perspectivas democráticas, que abriram espaço ideológico adequado para as devidas e necessárias transformações estruturais da sociedade brasileira. O movimento de educação de base, a atuação da Igreja com movimentos de conscientização e também o crescimento das organizações populares, acenavam para a possibilidade de mudanças profundas para o povo brasileiro. Mas veio o golpe militar de 1964 e com ele, o processo de democratização do país e os movimentos de organização popular foram amortecidos.

Em toda a América Latina, muitos países sofreram com o processo de militarização do Continente, intensificando-se pela exigência do capitalismo internacional, que fez com que a América Latina se modernizasse, a fim de absorver a necessidade de expansão do capital internacional. A Aliança para o Progresso, a Doutrina da Segurança Nacional e o slogan que orientava os governos militares Segurança e Desenvolvimento faziam parte do contexto modernizador. O povo da América Latina sofre com a repressão e precisa viver na clandestinidade e o movimento guerrilheiro vai crescendo com a presença de católicos e agentes de pastoral.

A relação de causa e de efeito, consequência da ligação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, vai sendo entendida como a dependência entre ambos. Um necessita do outro para poder acontecer e sobreviver como tal. Países subdesenvolvidos precisam existir para garantir a existência de países desenvolvidos. O desenvolvimento possui aspectos altamente espoliativos e dominadores, com o detalhe de serem habilidosamente camuflados pela ideologia dominante.

Durante a década de 70, houve resistência por parte de alguns setores da Igreja em relação à prática da educação libertadora, especialmente pela força repressora da maioria privilegiada, a quem não interessava a mudança das estruturas econômicas, políticas e culturais que são exatamente a garantia da continuidade dos privilégios, em detrimento das camadas populares sacrificadas pelo sistema. Hoje ainda vivemos uma luta constante e quase impossível, para

educar com intencionalidade, partindo da prática social e colocando no centro do trabalho temas e problemas políticos e sociais para a prática educacional, entendendo que a missão educativa é abrir caminho para a libertação dos oprimidos. Libânio fala sobre a dimensão libertadora, enquanto manifestação de superação das outras características da educação que possuem caráter alienante e reprodutor do sistema:

A dimensão libertadora manifesta-se especialmente na superação das outras duas características da educação em nosso continente, isto é, seu caráter alienante e reprodutor do sistema vigente. A alienação é considerada em relação sobretudo, com a prática interna educacional enquanto que a perpetuação do sistema é o aspecto político da educação. (LIBÂNIO, 1983, p.26)

Mas, tivemos nas décadas de 60 e 70 um grupo grande que foi protagonista nesse aspecto, um número significativo de educadores conscientes do seu compromisso e também alguns movimentos e instituições que deram seu apoio à educação libertadora, sendo possíveis, a partir daí dar os primeiros passos. Passos estes, bem decisivos na missão educativa libertadora. Vislumbrando a urgência de uma nova sociedade, uma nova humanidade, uma nova educação e uma nova escola, este tema torna-se reflexão sistemática e diária de muitos educadores, que sentem, como lemos em Rossa, a necessidade de repensar a “própria filosofia de educação a partir da ótica, da causa, do projeto e da prática dos oprimidos que lutam para se libertar.” (ROSSA, 1988, p. 13)

Paulo Freire menciona sempre o caráter essencialmente político da Educação Libertadora. A educação para liberdade e autonomia, implica uma opção política que se constrói através de toda a sociedade, alunos, professores, pais, artistas, jornalistas, políticos e enfim, a comunidade em geral: “Perguntar pela natureza da libertação, é já mover-se dentro da ótica criada pelo horizonte hermenêutico da libertação como nova consciência.” (SOARES, 1991, p.19) Sendo assim somos impotentes para captá-la, pois “a libertação está à mercê do mistério, retraída e recolhida na sua inacessibilidade.” (SOARES, 1991, p.19)

No início dos anos 80, a educação liberal na América Latina, parece *ceder terreno*, para a educação conscientização, que parte da realidade concreta do aluno, do seu cotidiano e principalmente a realidade social, as diferenças de classes e a necessidade de se criar a igualdade de condições. A Educação Libertadora

questiona as relações das pessoas entre si, com a natureza e com o Transcendente, objetivando a transformação dessa relação para o bem maior. Esse momento indica uma nova perspectiva, uma nova posição, um novo projeto sendo este o passo que possibilita ao ser humano, uma situação nova e vital de libertação da opressão.

No decorrer da década de 1980 surgiu espaço ideológico favorável para a tomada de consciência, a reflexão e a tematização da educação, como um processo mais amplo, o da libertação. Essa conscientização foi gerada aos poucos e elaborada no interior de uma reflexão social e política, sobre o fenômeno do atraso, da dependência e da pobreza nos países do terceiro mundo (subdesenvolvidos) comparados com os países do hemisfério norte (desenvolvidos), com toda a sua fortaleza e sua superioridade.

O tema libertação, nós encontramos sempre presente no decurso da história, muitas vezes com nome diferente, talvez até sem nome, muitas vezes encontraremos a liberdade negada, outras vezes a encontraremos reafirmada, porém ela sempre trará consigo as condições favoráveis para ser um fato de consciência histórica, que passa a ser significativo nas diversas áreas da sociedade. A libertação será sempre significativa na educação, na economia, na política, na medicina e saúde, na religião e crenças em geral, e em tantos outros setores que compõem a sociedade, exatamente por manifestar a extrema necessidade da conscientização, como maneira do ser humano compreender-se e situar-se face à totalidade do universo.

A libertação é a utopia e o horizonte que faz o ser humano assumir causas e práticas em vista do bem comum e que vai se ampliando à medida que se faz o caminho e se acompanha esse caminho, inspirando-se nos novos passos que vão surgindo, dentro da vivência especialmente cristã. Frei Betto aprofunda com suas palavras o sentido do ser cristão: “Ser cristão é querer transformar o mundo, de modo a resgatar o projeto original de Deus, aquilo que Ele queria para nós e consta da página da Bíblia: um paraíso na terra.” (BETTO, 2001, p.36)

A libertação acontece quando um grupo de pessoas interage, assumindo a dinâmica de uma ação e reflexão, na busca da verdade humana e transcendente, objetivando a transformação social, pela vivência da justiça.

3.2.2. Educação Libertadora em Medellín e Puebla

Ao se falar de Educação Libertadora em Medellín e Puebla, é necessário ter em vista alguns pontos e requisitos fundamentais para entrar no universo da libertação. O primeiro ponto é o amor à vida e aos princípios evangélicos de fraternidade. Depois vem o acreditar nas utopias que fazem a caminhada ficar mais confiante e por fim, crer na transformação da sociedade para o bem maior. Para tanto, é preciso ter dentro de si a coragem, a ousadia e a esperança, a fim de enfrentar as adversidades do dia a dia. É preciso também acreditar na integridade e na vontade de transformação existentes dentro de cada ser humano, principalmente dentro daqueles a quem a vida fechou portas para melhores oportunidades.

Na época em que a Educação Libertadora começou a se definir como realidade no Brasil, o povo brasileiro sofria com a realidade da repressão. Após o golpe militar, fortaleceu-se a consciência de uma necessária dimensão política da fé entre o clero católico, que percebeu a necessidade de uma nova presença na sociedade, como resposta à emergência histórica das classes populares. Surgiram então, algumas iniciativas da Igreja e uma delas foi a elaboração do Plano de Pastoral Orgânica em 1962, de onde nasceram as Comunidades Eclesiais de Base, *novo modo de ser Igreja*.

Nesse sentido o Concílio Vaticano II, deu um maior impulso para a visão social e cultural da realidade, uma nova visão da missão profética, missão transformadora da Igreja dentro de uma sociedade de conflitos. Certamente isto só seria possível com muito esforço, através da luta e da participação de todos numa mudança social, pautada no diálogo cultural para o progresso da humanidade. Com muita categoria, Libânio faz uma colocação inspirada e fala sobre o clima de abertura e ousadia sentido entre os Bispos, desde o Vaticano II até Medellín, que propiciou o compromisso dentro do contexto da América Latina:

Soprara na Igreja, desde o Concílio Vaticano II, um clima de abertura e de ousadia de experiências nos diferentes campos. A Igreja autodefiniu-se como servidora do mundo e de modo especial, dos pobres. Mas que significava tal compromisso num contexto de América Latina? Eis o desafio que os Bispos em Medellín procuraram responder. A educação Libertadora só se entende nesse contexto. (LIBÂNIO, 1997, p.17)

Na Conferência de Medellín este tema ganhou enorme proporção com a presença do Papa Paulo VI colocando-se claramente sob o signo da transformação e do desenvolvimento que atingem a humanidade, desde o aspecto econômico até o aspecto religioso. Conforme disseram os Bispos, esta é a certeza de se estar no limiar de uma nova época da história: “Época cheia de anelo de emancipação total, de libertação diante de qualquer servidão, de manutenção pessoal e de integração coletiva, de condições de vida menos humana para condições de vida mais humana.” (CELAM, 1968)

Em Medellín, a Educação Libertadora é inserida como fator básico e decisivo na transformação dos povos da América Latina. Considerada nas suas características de abertura ao diálogo e possibilidade criadora, capacitando para a transformação e afirmando as peculiaridades locais e nacionais, oportuniza a criação da nova educação exigida pelo povo da América Latina no despertar para o novo. Medellín proclamou que a educação deve ser criadora e antecipar o modelo de sociedade buscada para o povo da América Latina, esforçando-se para promover o senso comunitário nas novas gerações e aprofundar a consciência da dignidade humana desejada por Deus para toda a humanidade.

Em Medellín, os Bispos concebem a educação como fator de mudança e escrevem:

Desta forma, Medellín concebe a educação como fator de mudança no sentido pleno da palavra. É evidente que a educação não está a serviço da economia, do social ou do político. Mas é evidente que uma educação que não ajuda o homem, enquanto situado e condicionado pelos múltiplos anteriormente citados, não merece tal nome. A educação está chamada a fazer o homem passar de uma consciência, digamos ingênua, para uma consciência crítica da realidade na qual está imerso e pela qual está condicionada. Deste modo, poderemos esperar dela uma inicial força transformadora da sociedade tanto quanto esteja formando homens lúcidos e capazes de se comprometer na tarefa de fraternizar a sociedade e humanizar o mundo. (CELAM, 1980, p. 35 - 36)

Após Medellín, as vertentes personalistas e políticas, marcaram as transformações no setor educativo. Porém a corrente personalista conseguiu um espaço maior, tornando-se prática comum para muitos educadores e escolas na educação formal. Isto foi aparentemente natural, pois a concepção de Educação Libertadora na visão sociopolítica, não avançou como o esperado em Medellín,

prevalecendo aspectos psicológicos e pedagógicos, mais que sociopolíticos. Essa lacuna foi logo preenchida pela educação para a justiça ou para a construção de uma sociedade justa. Aos poucos a Educação Libertadora vai consolidando-se na dimensão personalista da educação, enquanto infelizmente, seu papel político fica em segundo plano, até quase desaparecer.

Era necessário manter o objetivo da mudança social e o documento final do Sínodo de 1971, “A Justiça no Mundo”, estabeleceu em seu texto que o seu objetivo principal é da educação para a justiça nos países em desenvolvimento, o despertar da consciência para o reconhecimento da situação concreta e o alcance da melhoria no mundo em transformação. Estas conhecidas expressões: libertação e desenvolvimento são *intercambiáveis*, na nomenclatura de Medellín e a educação libertadora deve ser entendida no horizonte da libertação, da promoção social, do resgate da dignidade da pessoa.

Ainda em Medellín, a educação é descrita como elitista alienante e reprodutora do sistema e a resposta a esta realidade tem como meta, superar toda essa carga negativa na prática dentro e fora dos muros das relações com o sistema sociopolítico da época. A Igreja da América Latina procurou discernir o querer do Senhor, em toda a história deste continente e para poder anunciar com fidelidade a mensagem do Reino de Deus, temos o caminho da volta cada vez mais profunda a Jesus Cristo, através dos valores de justiça, fraternidade, defesa dos direitos humanos e promoção da dignidade.

Antoncich escrevendo sobre a dignidade diz: “E a dignidade humana descansa na liberdade, que nos assemelha ao próprio Deus, na qual a pessoa humana estabelece relações com o mundo, com os outros e com o próprio Deus.” (ANTONCICH, 1982, p. 58)

Medellín considera o aspecto antropológico, trazendo à tona a grande verdade de que a libertação no sentido político é fruto da libertação no sentido antropológico. E confirma que para transformar a sociedade politicamente é necessário, além de atuar nos determinismos sociais e econômicos, o mais importante ainda é criar condições para a conquista pessoal da liberdade, por parte de cada ser humano. Nas palavras de Libânio vemos como no Documento dos Bispos está traçado um verdadeiro programa de Educação Libertadora:

O Documento dos Bispos traçou já um verdadeiro programa de educação libertadora, na linha tanto de estender a educação àqueles que estavam fora, quanto de transformar a educação formal sistemática, considerada abstrata, formalista, uniforme, passiva, bancária, mantenedora das estruturas sociais reinantes. O termo libertadora referia-se diretamente à transformação do educando em sujeito do próprio desenvolvimento e meio chave para libertar os povos de toda a escravidão. Pedia-se também que ela fosse criativa e antecipadora do novo tipo de sociedade que se busca na América Latina. (LIBÂNIO, 1997, p.17)

Este Documento dos Bispos conseguiu realmente delinear uma verdadeira proposta de Educação Libertadora, no sentido de transformar o educando em sujeito do próprio desenvolvimento e de uma forma criativa, conseguindo assim antecipar a nova sociedade tão necessária para a humanidade. Tendo presente a dignidade do ser humano, a possibilidade de agir e de influenciar na realidade da sociedade e com isso ajudar na mudança, na qualidade da mudança e na qualidade da vida dos seres humanos, é um avanço imensurável. Vale repetir um trecho do texto que diz que *é preciso agir!* Este foi o grito de Medellín, “Essa não deixou de ser a hora da palavra, mas tornou-se, com dramática urgência, a hora da ação.” (CELAM, 1968, 8)

A Exortação Apostólica de Paulo VI em 1975, *Evangelii Nuntiandi*, reforçou a reflexão pelo seu caráter de evangelização no mundo moderno. No final da década de 70, foi realizada a III Conferência Episcopal da América Latina, em Puebla e devido ao processo de abertura da Igreja para o aspecto social e político, temia-se por um retrocesso em relação especialmente à educação libertadora, quando o objetivo era colocar também a educação católica a serviço da transformação social. No texto de Puebla, o uso do termo libertação é bem discreto a fim de evitar a disputa ideológica dos grupos conservadores, contudo Puebla reafirma o conteúdo e a prática da educação libertadora e para a justiça.

Graças à caminhada comprometida e corajosa dos educadores e agentes de pastoral, não houve retrocesso e nesse sentido, a interpretação da educação evangelizadora reforçou o sentido de humanizar e personalizar, exercendo a função crítica e criando uma nova sociedade, verdadeiramente participante e fraterna. Em Puebla, com muito esforço e estratégias extremamente inteligentes, os Bispos souberam englobar as conquistas da educação, influenciando por seu objetivo evangelizador de anunciar Cristo, construir Igreja e defender o ser humano na

metodologia da comunhão e participação, dentro da opção preferencial pelos pobres.

Puebla coloca a educação como atividade humana que dentro da ordem da cultura, tem uma finalidade essencialmente humanizadora. Assim a educação é entendida em si mesma e também considerada, conforme está no Documento de Puebla: “não diretamente como mediação para transformação da sociedade, senão em si mesma como atividade humana, fazendo parte da cultura e, como tal, orientada para o pleno desenvolvimento humano, que está na raiz da humanização do mundo.” (CELAM, 1980, p. 86)

O clima entre os Bispos em Puebla, no ano de 1979, foi tenso por haver de um lado, os conservadores e de outro, um grupo menor, mas muito forte que sustentava a linha libertadora da teologia, da pastoral, das comunidades eclesiais de base e da educação, que no empenho pelo bem maior foram à luta, a fim de conseguir realizar seus ideais. Desse enfrentamento resultou um compromisso de postura amena em relação ao tema libertação, porém o mesmo tema voltava de modo vigoroso, embora não mais na reflexão teológica.

Por fim, no assunto educação o tema da libertação ficou em forma de evangelização. Tendo consciência de que a educação é parte integrante da missão evangelizadora da Igreja, a expressão “educação evangelizadora”, foi aceita por ser uma expressão que suporta duas interpretações e atende às duas correntes de pensamento. Libânio escreve sobre a força de expressão, relativamente fraca do tema libertação em Puebla, pois houve muito mais vigor em Medellín:

Na verdade, porém a expressão não teve força suficiente para se impor, porque ela se inclinou demasiadamente para o lado religioso e não contemplou suficientemente o aspecto libertador. O texto de Puebla sobre educação não teve, nem de longe, a força inspiradora de Medellín. (LIBÂNIO, 1997, p. 19)

Como em Medellín, teve repercussão também em Puebla, a reflexão pedagógica de Paulo Freire, com suas obras: *Educação para a Liberdade*, e *Pedagogia do Oprimido*. O oprimido é sujeito que deve libertar-se agindo responsabilmente. Em Puebla não basta libertar, é necessário libertar *para...e, de* condições menos humanas *para* condições mais humanas. O caminho para a libertação está em que são os oprimidos que se libertam. Essa é a verdadeira

libertação! Os escritos de Paulo Freire são uma forma de se evitar a marginalização da cultura brasileira.

Para Freire, a alfabetização deve propiciar ao educando, pensar o mundo expressando juízos de valor, sendo esse método, o alicerce do povo que se educa para civilizar-se, pois nós só nos tornamos éticos quando somos capazes de comparar, escolher, valorar, intervir, decidir e romper. Nós somente somos, porque estamos sendo e estarmos sendo é o que faz de nós, seres históricos. Necessário se faz repensar esse fazer, avaliar o caminho percorrido tendo como referência a análise feita pelo ângulo de Medellín e Puebla, para então traçar os rumos da educação futura, colocando-se sob o ponto de vista dos povos da América Latina e para nós, especialmente do povo brasileiro, percebendo os sinais de Deus no tempo. São estas, ainda hoje as preocupações dos educadores da libertação.

O pedagogo libertador, nas palavras de Libânio, fez nascer a educação conscientizadora, alma da educação libertadora de Medellín, que faz vir à tona o tema da dignidade humana, resgatando a autoestima da pessoa, na consciência de ser agente de transformação, com suas possibilidades de agir e de influenciar a realidade social que implica em mudança. É bom lembrar que desde o Vaticano II em 1968, havia já um clima de abertura e ousadia nas diversas áreas da Igreja que se definia como servidora dos pobres, o que significava um compromisso e um desafio, que em Medellín os Bispos procuraram responder e em Puebla, embora de uma forma diversificada, não se perdeu nenhum dos pontos importantes.

No Brasil, apesar do esforço da Igreja, dos religiosos e dos educadores, trabalhar com a Educação Libertadora nas escolas é uma atividade enfraquecida, principalmente por haver o medo do enfrentamento da situação de desigualdade social, que certamente causa o desconforto dos mais favorecidos em relação à situação dos menos favorecidos, os que estão em situação de maior vulnerabilidade social e escolar. Pelo receio de enfrentar este conflito, muitos dos responsáveis pelas instituições educacionais e muitos educadores, deixam de realizar o compromisso libertador.

Recentemente, na última Conferência Episcopal da América Latina, em Aparecida ficou muito forte a questão de que em cada pessoa e em cada cultura existe um desejo de infinito e é através da educação cristã que se pode cultivar a reflexão crítica sobre a prática que estabelece significados, sendo compreendida

como compromisso histórico diante da vida e do Transcendente: “Portanto, quando falamos de educação cristã, entendemos que o mestre educa para um projeto de ser humano em que habite Jesus Cristo com o poder transformador de sua vida nova.” (CELAM, 2007, p. 151, n. 332)

Outro assunto que mereceu a atenção dos Bispos em Aparecida foi com relação ao privilégio dos espaços educacionais que precisam ser bem direcionados, a fim de não perder oportunidades de crescimento. O Documento de Aparecida deixa transparecer essa preocupação com os centros educativos como excelentes oportunidades para a promoção da vida e abertura ao transcendente: “Tais centros educativos não deveriam ignorar que a abertura à transcendência é uma dimensão da vida humana e por isso a formação integral das pessoas reivindica a inclusão de conteúdos religiosos.” (CELAM, 2007, p. 217-218, n. 10.2)

Esses espaços educacionais devem ajudar a compreender os fatores que historicamente contribuem para a negação dos mais elementares direitos humanos e sociais, recuperando a confiança na possibilidade de uma sociedade baseada em critérios de igualdade e justiça, onde a diferença seja um mecanismo de construção da autonomia e liberdade e não a desculpa para aprofundar as desigualdades sociais e econômicas. Ainda no Documento de Aparecida, lemos que: “É necessário apresentar a pessoa humana como centro de toda a vida social e cultural, resultando nela: a dignidade de ser imagem e semelhança de Deus e a vocação de ser filhos no Filho, chamados a compartilhar sua vida por toda a eternidade.” (CELAM, 217 n. 10.1)

A reflexão sobre este panorama conduz à busca constante por uma educação que liberta verdadeiramente, dando espaço para que o educando seja o sujeito do seu próprio desenvolvimento, despertando a consciência crítica que propicia inevitavelmente a criação de uma nova sociedade. Sabe-se que a educação efetivamente é o elemento chave para a libertação, quando propicia a saída de condições indignas para condições dignas de vida.

Educar é uma utopia! É colocar-se entre o já realizado e o irrealizável, tendo como fundamento a experiência, as possibilidades humanas, sociais e a fé que oferece os elementos necessários para criar a utopia, que permanentemente aguça a capacidade crítica e motiva a luta para a realização do Reino de Deus.

3.2.3. Educação Libertadora para a Igreja: envolvimento e características.

Quando se fala em educação, o panorama é de crescimento cultural, novas perspectivas e novas oportunidades, projeção e promoção humana, abertura ao novo e às pesquisas, novos desafios e novas descobertas, qualidade de vida e transformação da sociedade! Imagine-se então, o que pensar ao se falar em educação libertadora! Se, educação já transporta ao maior bem da sociedade, educação libertadora então mostra um enorme horizonte de benefícios sociais e de promoção de vida.

A educação verdadeira desde o início dos tempos sabe-se, foi e é libertadora, porque quando autêntica, passa a ser e a refletir um constante processo de libertação. Portanto, a educação libertadora tem o seu início a partir da tomada de consciência da necessidade que as pessoas possuem, de humanizar-se. Historicamente, o processo de libertação acompanhou diligentemente a caminhada da humanidade, e tornou-se cada vez maior o seu processo de aprofundar, conscientizar, refletir e tematizar.

A libertação se fez presente no decurso da história da humanidade, muitas vezes sem nome, com outro nome, muitas vezes negada, outras afirmadas. Porém veio sempre trazendo consigo, condições favoráveis para ser um fato de consciência histórica, que passa a ser significativo nas diversas áreas da sociedade.

As áreas em que se verifica maior influência do fator liberdade são: economia, política, medicina e saúde, religião e crenças no geral, pedagogia e em muitos outros setores que compõem a sociedade, exatamente por manifestar a extrema necessidade da consciência histórica, como maneira de compreender e situar-se face à totalidade do universo.

A temática da Educação Libertadora ocupou bastante os espaços e a atenção dos educadores e da Igreja Católica, tanto no Brasil quanto em toda a América Latina. Especialmente a partir de Medellín, os Bispos latino-americanos não poderiam deixar de se envolver, diante do triste panorama educacional de todo o Continente. No programa de Medellín o objetivo principal foi de que toda a educação deveria ser libertadora. Mas infelizmente não aconteceu o que em Medellín foi sugerido, e a questão ficou na angústia e na pergunta: *que luzes nos oferecem para iluminar a tarefa da educação libertadora?* Libânio faz a seguinte colocação ao falar

de fé e libertação: “Fé e libertação encontram-se na raiz de uma mesma experiência, ainda que historicamente se desentendam muitas vezes”. (LIBÂNIO, 1983, p. 144)

Em todas as experiências humanas, encontram-se pontos em que, sucessos e fracassos são comuns nos empreendimentos. Na área da educação é ainda mais surpreendente o resultado, por se tratar de pessoas que possuem pensamentos e posturas muito diversas e é aqui que as situações se complicam, sendo necessário discernimento para levar adiante o ideal a que se propõe.

O Primeiro Plano de Pastoral Orgânica (Plano de Emergência) para o Brasil aconteceu por ocasião da 5ª Assembleia Geral, convocada para atender ao apelo de João XXIII, em 02 de abril de 1962, quando a CNBB deu esse passo histórico, privilegiando as ciências sociais como mediação da pastoral e a presença de leigos no planejamento, sendo uma tomada de consciência da necessária dimensão política da fé, revertendo a situação de subdesenvolvimento e escravidão a que era submetida grande parte da população brasileira. Os Bispos escrevem: “Ninguém desconhece o clamor das massas que, martirizadas pelo espectro da fome, vão chegando, aqui e acolá, às raias do desespero.” (Plano de Emergência, Cadernos da CNBB, 1962, n. 1, p. 50)

Paralelamente ao Plano de Emergência, acontecia também a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.021 de 21 de dezembro de 1961) dando maior autonomia para as instituições educacionais. Foi então que a AEC teve um papel importante e decisivo auxiliando na implantação das propostas pedagógicas aproveitando o que a lei facultava e que o Plano de Emergência exigia. O objetivo conforme Stein é fortalecer, dinamizar e articular as instituições educacionais, “em vista da promoção da educação à luz dos valores evangélicos, da liberdade de ensino, do direito de os pais em escolherem a escola que desejam para seus filhos, valores e direitos estes, ameaçados pela onda liberal.” (STEIN, 2001, p. 135)

No ano de 1968, a Igreja do Brasil, sob impacto de uma tomada de consciência da realidade na América Latina, assumiu a proposta da Educação Libertadora sendo uma alternativa, a partir da análise da realidade educacional do país. Na reflexão de Antoncich o conflito social, sob qual tenha sido a forma histórica apresentada, “fez surgir na consciência cristã o grito de protesto: ‘isto não é cristão’. Sem este grito, os crentes teriam sido absorvidos pelos mil tentáculos do

materialismo, do paganismo, do ateísmo teórico e prático”. (ANTONCICH, 1986, p. 264)

A educação Libertadora quer antecipar uma nova sociedade, com seu conteúdo, métodos e relacionamentos, fazendo com que o ser humano seja o protagonista da própria história. Mas o grande desafio da Educação Libertadora na época, era enfrentar a situação política do país e a repressão dentro da ditadura, que tornava impossível realizar a ruptura que a educação libertadora exigia. Foi assim que se acentuaram outros aspectos em detrimento dos aspectos sociopolíticos, fazendo com que os educadores reforçassem o documento final do Sínodo de 1971, A Justiça no Mundo que enfatiza o empenho para a Justiça, e para a libertação da pessoa humana na sua integridade e com isso, novos caminhos para a educação católica brasileira foram abertos.

No ano de 1982, a reflexão feita durante a Campanha da Fraternidade foi exatamente sobre qual o ponto em que a educação estava contribuindo para que a sociedade assumisse uma postura mais fraternal. No documento *Educação e Fraternidade* se apresentam materiais fundamentados em outros documentos da Igreja que fazem referências à educação, desde o Concílio Vaticano II, Medellín e Puebla. E, tendo a mensagem de Jesus Cristo como referência do caminho para a fraternidade, a campanha buscou focalizar uma educação bem abrangente, de grande amplitude, envolvendo situações sociais das mais variadas, dentro das estruturas políticas da sociedade.

Em 1986, a Igreja também marcou presença, quando da preparação para a Assembleia Nacional Constituinte. Os Bispos analisam a realidade brasileira e apontam a marginalização do povo, os privilégios de uma minoria da população, os problemas da concentração do poder e de renda, a corrupção e a impunidade e manifestaram-se a respeito do conteúdo da nova Constituição, apresentando critérios básicos para o respeito às aspirações das comunidades, na perspectiva de uma sociedade justa e fraterna. Encontra-se aqui a educação de qualidade e cultura como direito de todos. Em 1988 e 1989, outros documentos sobre educação e escolas católicas, colocam em evidência a educação como o fator mais importante na transformação das estruturas, para a construção da cidadania.

O Documento de Puebla diz que “educar é, para a Igreja, parte integrante da sua missão evangelizadora; quando a Igreja evangeliza o homem, também o educa,

porque a adesão e o compromisso com o Reino, longe de desumanizar a pessoa, aperfeiçoa e a faz crescer em humanidade.” (CELAM, 1979, 1012, 1013)

Muitos foram os documentos que trataram da dimensão religiosa priorizando as reflexões sobre o que se podia fazer para que as escolas católicas correspondessem aos anseios da comunidade educacional e da Igreja. Importante também é o Documento *Educação Igreja e Sociedade* onde o enfoque está em que o problema da educação está estritamente relacionado aos aspectos da economia, cultura, política e principalmente na crise ética e também na religiosidade, é um problema de ordem estrutural, aonde o processo de democratização não chegou a alcançar nem a educação. Os Bispos, nesses documentos advertem sobre o descontrole da economia no país e a exclusão de milhões de brasileiros da condição de exercer sua cidadania, através da educação.

Educação é a prática da liberdade seguida por dois princípios que são o grande fundamento teológico da liberdade: o Dom do Espírito Santo e a prática de Jesus Cristo. Dentro dessa dinâmica, existe um critério básico que é a relação da prática educativa com a libertação dos oprimidos, na experiência espiritual e práticas concretas, dos diversos setores da sociedade. A intencionalidade na educação é fundamental para se alcançar os objetivos e assim, na relação de liberdade, encontrar a verdadeira fraternidade.

Neste processo de intencionalidade na educação e na relação de liberdade para se viver a verdadeira liberdade é preciso conquistar também, o diálogo entre as pessoas, para que possa haver a mediatização através da pronúncia do mundo, a fim de transformá-lo para o bem maior, conforme escreve Paulo Freire:

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Mas se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens. Precisamente por isso, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais. O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. (FREIRE, 2009, p. 90 - 91)

Nestas reflexões de Paulo Freire está claro que se não houver diálogo verdadeiro, ficará difícil a leitura e a pronúncia do mundo. E somente será possível a verdadeira conscientização, se houver o diálogo. Só haverá verdadeira libertação se houver a conscientização dentro da realidade de cada ser humano, na sua abertura ao social e ao valor da dignidade da pessoa, transformando-o em cidadão consciente. O respeito e a consideração para com a história de cada pessoa é fator que dará condições para que a libertação aconteça no individual e no coletivo.

Freire diz ser necessário compreender cada pessoa, pelo simples fato de ser pessoa. Uma pessoa que de repente acredita num ideal e persegue esse ideal até o fim da sua vida. E para isso é necessário o assumir-se como sujeito, a fim de ser capaz de reconhecer-se objeto. Capaz de acreditar que as pessoas, apesar de toda a sua irracionalidade, ainda podem um dia tornar-se racionais, no compromisso com o ideal, a militância, a luta transformadora e principalmente com a vida, porque o ser humano possui a capacidade da transformação e da aprendizagem.

Leandro Rossa fala sobre a originalidade da Educação Libertadora que, “quer na sua expressão de educação popular, quer na expressão de educação para a justiça, foi o que de mais original já se produziu em termos de educação na conscientização histórica da liberdade dos povos latino-americanos.” (ROSSA, 1988, p.16) O papel fundamental da educação, enquanto instrumento de emancipação e transformação social dentro da sociedade, recupera a dignidade humana, considerando a realidade concreta, singular e peculiar de cada educando. Freire fala sobre o assumir-se como ser social e histórico:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou com a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. (FREIRE, 1997, p. 46)

Freire mostra que através da autonomia o educando conquistará a sua originalidade, resgatará sua autoestima e se sentirá mais digno como pessoa, mais capacitado para transformar sua realidade em benefício da comunidade. Na educação é imprescindível despertar para a convivência saudável na sociedade pluralista atual, assumindo uma atitude dialógica, contribuindo com a formação da

identidade nacional e preservando este planeta, a fim de que o futuro seja garantido aos que estão começando sua vida. Todos os seres humanos vivem uma busca constante de sobrevivência e significação para sua existência. E é assim que se desenvolve uma série de formas de relacionamento tanto com a natureza, como com a sociedade e especialmente com o Transcendente, a fim de procurar superar a finitude e a limitação humana.

Este é o grande desafio, que diante dos avanços da ciência e diante da complexidade da tecnologia, a humanidade se questiona e se coloca diante do enorme e magnífico mistério: a razão e o significado da vida. Juliatto explicitando sobre a razão de viver, diz ser esta a maior aventura a ser descoberta: “Descobrir a razão de viver parece ser a maior aventura da vida.” (JULIATTO, 2009, p. 15) Quando se fala em educação não se pode perder de vista esta dimensão que se insere no desenvolvimento e que condiciona a plenitude da vida. Em Medellín os Bispos falam do esforço necessário para que a transformação e o desenvolvimento aconteçam, sendo sinal evidente da presença do Espírito conduzindo a história da humanidade.

Na área educacional deve-se especialmente cultivar a reverência, ressaltando que todos são irmãos e assim propiciar que a sociedade se conscientize de que alcançará seus objetivos no exemplo e na determinação do entendimento mútuo. É importante ressaltar que a educação tem muita responsabilidade na vivência da sociedade em geral, pois traz em si o dever de tentar eliminar a discriminação e a exclusão social e escolar. Para isso se faz necessário que as instituições em geral, possam alargar as discussões sobre o tema, tendo sempre como objetivo principal, a vida e a dignidade humana, pois assim as ações serão permeadas de fraternidade, solidariedade, ética e respeito.

3.2.4 Educação Católica Libertadora no Brasil

A Educação Católica em sua longa história apresenta nuances de avanços e retrocessos, idas e vindas com algumas tentativas bem sucedidas e outras não tanto, porém nunca faltaram pessoas corajosas para levantar e buscar novos caminhos. Nestes inúmeros caminhos encontrados foi necessário ainda, achar a

forma de melhor atender aos objetivos da educação evangelizadora, a fim de atender aos princípios do Evangelho de Jesus Cristo.

Surgiram na caminhada, diferentes e interessantes expressões para designar a educação libertadora que nascia e, ora crescia, ora estagnava. São estes alguns dos nomes que foram dados durante a trajetória desta forma de educar: Educação Libertadora, Educação Evangélico-libertadora, Educação Evangelizadora, Educação para a Justiça, Educação Popular, Educação Católica Libertadora, Educação para a Transformação e Educação Integral, todas sendo interpretadas como práticas educativas e consciência educacional, dentro de um processo pedagógico amplo, muitas vezes considerado resistência em virtude da história do país.

Nesse cenário a mais combatida das expressões foi a Libertadora, que precisou se debater muito, para sobreviver. Os termos muitas vezes precisavam ficar encobertos para que se pudessem trabalhar os seus conteúdos. O panorama brasileiro durante a década de 60 era de muita tensão e foi nesta década que a Educação Libertadora deu seus primeiros passos no Brasil.

A dificuldade econômica, a política repressiva, o desenraizamento da população, a desorganização social, o desmembramento familiar, e o êxodo rural, provocaram um crescimento vertiginoso nas cidades formando uma massa expressiva de pessoas em situação miserável e desumana, sem direitos e cada vez mais excluída. As favelas cresciam e com elas a discriminação aumentava.

Com o fim da ditadura política, foi instaurado um novo jogo, o de liberdades organizativas, sob a direção do empresariado e marcadamente orientado pela visão conservadora da transição. Mas não foram somente estes condicionamentos que formaram os impasses da Educação Libertadora. Houve também os impasses de ordem institucional, devido ao fator dicotomia, existente no sistema educacional que compreendia o ensino privado, predominantemente confessional e o ensino público, tornando extremamente complexo lidar com a relação entre a Educação Libertadora e as instituições educacionais.

A escola só caminha rumo a Educação Libertadora, a partir de um processo de participação entre todos os membros da instituição, onde estes se sentem solidários e comprometidos com os objetivos educacionais. Cria-se um clima de convivência escolar respeitador, com possibilidade de discutir ideias e projetos, com

o reconhecimento de igualdade, confiança e abertura, sem que isso anule os conflitos, mas estes conflitos serão de natureza digna e sempre por um bem maior.

Foram notáveis os avanços que ocorreram no final da década de 70 na área da Educação Libertadora. Um longo caminho havia sido percorrido, mas ainda restava muito para andar, quando na década de 80, passaram a ser refreados, ou redirecionados os passos no processo da Educação Libertadora. Para resgatar o espaço perdido, foi preciso ir além e esperar, mesmo contra toda a esperança. E na história, as realidades vão girando como que em círculos concêntricos, tantas são as voltas que os acontecimentos dão em torno de fatos decisivos. Freire exalta de maneira especial o papel da Igreja Católica durante os anos em que o povo brasileiro enfrentou momentos difíceis e como depois parou como se tivesse desanimado da luta:

Quem é que pode no Brasil hoje negar historicamente o papel extraordinário, político que a Igreja Católica teve a partir de um certo momento do regime militar para cá? Somente agora é que a Igreja resolveu ficar calada e recuar um pouco. Não sei porque é que ela deixou de falar. Eu não acredito que ela tenha pensado que a República nova já começou... – não é nova mesmo, não existe coisa mais velha do que isso que está aí - ... Mas o fato é que ela parou. É como se ela dissesse: eu falei muito num tempo em que podia ser presa e hoje não posso, não me prendem, então eu deixo de falar; vocês que tomem conta... Mas o que ninguém pode negar é o papel extraordinário de homens e de mulheres desta Igreja durante o momento mais difícil do regime militar. (FREIRE, 1988, p. 88)

A história se repete na sociedade, na Igreja, nas escolas, nos movimentos populares e em todos os setores da vida humana. A história é sempre uma possibilidade e como tal, nela está a esperança que impulsiona a humanidade para finalidades nobres e dignas de filhos de Deus. A Educação Católica Libertadora possibilita a vivência dessas qualificações, dentro da justiça, solidariedade e fraternidade, vividas e pedidas por Jesus Cristo no seu Evangelho. É necessário que haja conscientização desse compromisso, a fim de se cumprir o seu projeto de vida digna em favor da humanidade.

Haverá condições de ver realizada a Educação Católica Libertadora na sociedade atual?

Mesmo em uma sociedade renovada, solidária, justa e fraterna, a Educação Católica Libertadora se realizaria gradativamente, porém sem atingir por inteiro o

seu objetivo. Mas, sempre que algum grupo da educação agir numa dinâmica, buscando meios para a transformação social e humana na linha da justiça e da solidariedade, a Educação Católica Libertadora acontecerá. Sempre que se organiza conscientemente uma resistência à injustiça e ao verticalismo do poder, estará acontecendo a libertação.

É preciso lembrar que a consciência se forma e se desenvolve no concreto, na interação do ser humano com o conjunto de relações que faz o universo, com as pessoas, consigo mesmo e com o Transcendente. As condições de vida humana e sua consciência dependem das condições da natureza, das condições da cultura e das condições do universo. A Educação Católica Libertadora procura estar sempre atenta aos apelos dessa natureza, para atender a todos esses aspectos e suas aplicações na vida de cada ser humano. Antoncich escreve sobre a liberdade transcendente que fala do amor de Deus pela humanidade e seu apelo à vivência da fraternidade: “A liberdade transcendente nos fala do amor de um Deus Pai que criou toda a riqueza do mundo para que seja um serviço de fraternidade.” (ANTONCICH, 1969, p. 62)

São estes alguns pontos importantes que devem ser priorizados na efetivação de um trabalho educacional verdadeiramente libertador. A Educação Católica Libertadora no Brasil e em toda a América Latina quer ser fiel aos princípios do Evangelho para que se realize na sua totalidade o objetivo de libertar através da educação. Na visão de Antoncich a: “busca da liberdade não se soluciona pela dialética senhor-escravo, mas pela relação irmão-irmão. O projeto de Deus é a felicidade de seus filhos medida pela capacidade de partilhar e perdoar.” (ANTONCICH, 1969, p. 62)

A educação católica libertadora, na pessoa do educador, tem consciência clara de que será muito difícil chegar a uma situação ideal, pois conta com os inconvenientes e entraves da realidade, porém a esperança e a audácia sempre foram e continuam sendo o ponto forte do educador da libertação, que não desanima na busca da aproximação do ideal para a liberdade. Antoncich faz uma comparação que ilustra muito bem a situação entre a sociedade ideal e a sociedade real, com as possibilidades de aproximação destas duas realidades:

Quando comparamos a sociedade provável com a desejável, parece que escutamos duas linguagens diferentes: uma científica, que nasce da

experiência controlável e modificável; outra utópica, muito bonita, mas irreal. Acreditar na educação católica é ter certeza de que a diferença entre os dois futuros pode e deve ser superada. Porém, devemos falar em termos de futuro possível, isto é, daquele que realmente pode ser construído para sair do provável e chegar ao desejável. E este salto não acontece de uma só vez, mas através de um longo processo. Essa é a grande “pedagogia” ou processo educativo que acompanha não só a tarefa de educar uma pessoa, mas também de educarmos a nós mesmos dentro de uma sociedade que nos condiciona com dados reais, e de uma fé que nos desafia com seus ideais elevados. (ANTONCICH, 1989, p. 62)

O compromisso com a educação carece de abertura para todas as possibilidades de crescimento, e de atendimento aos movimentos da sociedade ideal e da sociedade real, procurando aproximar o mais possível essas duas realidades. Quanto mais próximas estiverem essas duas realidades na sociedade, mais perto estará de se realizar o projeto de Jesus Cristo, e mais próxima a missão de resgatar a dignidade de filhos de Deus, em cada ser humano.

Isto acontece no compromisso com o desafio das circunstâncias, tanto atuais quanto futuras, para dar à educação católica o sentido profundo do compromisso de ensinar e motivar a partilha dos bens deste mundo e os dons pessoais, num processo crescente de solidariedade e fraternidade que propicie em cada pessoa, o reconhecimento da bondade e do amor do Deus Criador. Escreve Antoncich, sobre a dignidade e nobreza da tarefa de educar: “A tarefa da educação é de grande valor e dignidade, pois se trata de capacitar a pessoa humana para viver com sentido sua própria vida, dentro do conjunto de uma sociedade que lhe permita crescer sempre mais a cada dia.” (ANTONCICH, 1989, p.58)

É este o grande desafio do educador da liberdade que busca criar autonomia, consciência crítica e cidadania, dignificando o ser humano e propiciando abertura, crescimento, esperança, liberdade e solidariedade, dentro da realidade social em que está inserido.

Juntamente com a Educação Libertadora surge, durante as décadas de 60, 70 e 80, a Teologia da Libertação que vinha ocupando o pensamento de teólogos e pesquisadores, no sentido de ser a Teologia que responderia aos anseios da população latino-americana.

3.2. EDUCAÇÃO LIBERTADORA E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Neste espaço será feita uma reflexão sobre a Educação Libertadora e a Teologia da Libertação, duas realidades que caminharam juntas no decorrer da história do Brasil dos anos 60, 70 e 80, por comungarem dos mesmos ideais e buscarem os mesmos objetivos de libertação através de projetos de conscientização e busca da justiça, solidariedade, fraternidade e cidadania. Foram estas duas realidades que muito contribuíram para que o povo brasileiro conquistasse um pouco de liberdade em meio a tanta opressão e sofrimento, vividos na época.

3.3.1. Reflexão sobre Teologia da Libertação e Educação Libertadora

Há uma dinâmica acentuada entre a realidade vivida no Brasil e a consciência de justiça manifestada por pessoas que trabalham especialmente com a Educação e a Religião e que precisam lutar em favor da libertação. Para um grupo se comprometer ativamente na problemática social, é preciso fazer uma reflexão em torno da fé e dos problemas da vida deles, seus conflitos e suas práticas. E é a partir da fé que a dimensão política, conforme escreve Clodovis Boff, vai se desenvolvendo até que aconteça a libertação, e afirma que: “é preciso fazer uma reflexão da fé em cima dos problemas da vida (conflitos e práticas). Quer dizer: é a partir de dentro da fé que a dimensão política, que lhe é conatural, vai se desenvolvendo.” (BOFF, 1984, p. 106)

A Educação Libertadora, no Brasil, teve o seu início em 1960, com o Movimento de Educação de Base. Este movimento é fundamentalmente do povo que está na base da sociedade e que são operários, camponeses, analfabetos, desempregados e tantos outros segregados da sociedade. Já no final dos anos 50, grandes educadores, pesquisadores e pensadores, discutiam essa teoria libertadora. E foi durante esta batalha, nos inícios dos anos 70, que nasceu a Teologia da Libertação, como prática libertadora, com todas as características do Projeto de vida digna, que Jesus Cristo veio trazer para todos os seres humanos. Aqui se juntam as duas forças: a Teologia da Libertação objetivando a parte cristã e a Educação Libertadora, objetivando o movimento cidadão.

O livro de Gustavo Gutiérrez sobre a Teologia da Libertação que vinha sendo preparado, pesquisado e elaborado desde o ano de 1968, foi editado por volta de 1971. Interessante ressaltar que isso aconteceu enquanto Gutiérrez escrevia o artigo *Rumo a uma teologia da libertação*. Esse artigo reinterpreta a tradição do pensamento cristão à luz das condições materiais de vida do povo latino-americano, e foi nessa época, motivação para o engajamento de inúmeros cristãos e teólogos, à causa do oprimido. Antes desse fato, já havia um pensar profundo sobre o assunto, justamente com Gutiérrez e também com o grande pensador Enrique Dussel.

Ao que podemos ver as duas situações, Teologia da Libertação e Educação Libertadora, nasceram na mesma época, embora uma delas tenha se debruçado mais na reflexão e a outra já tenha passado automaticamente da reflexão para a ação. A Teologia da Libertação praticamente encontra com a Educação Libertadora já constituída, através da sua pedagogia e prática libertadora, pela ação nos Sindicatos, Comunidades de Base, Associações de Bairros, aproveitando os encontros do povo para conscientizar e libertar, tendo como princípios, a vida do povo, fazendo a relação com o povo de Deus, também oprimido como lemos na Bíblia.

Gibellini faz uma definição bem apropriada sobre a linguagem da libertação na Teologia e suas implicações quando escreve sobre a introdução da linguagem da libertação na teologia que: “representa uma significativa inovação linguística, pois implica um deslocamento do eixo semântico da palavra liberdade e uma recuperação da força histórico-dinâmica da linguagem bíblica.” (GIBELLINI, 1998, p. 353) A relação entre a história do povo brasileiro e latino, com a história do povo hebreu, o povo Bíblico, dão um significado novo à luta do povo. Enrique Dussel mostra que acontece também uma nova forma de ver a humanidade quando diz que a Teologia se coloca no lugar do oprimido para, a partir dele, trabalhar pela sua libertação: “A Teologia da Libertação tende à interpretação da voz do oprimido para se jogar a partir da práxis em sua libertação.” (DUSSEL, 1984, p.29)

A verdadeira fé cristã, aos olhos da Teologia da Libertação, deveria perseverar nesse pensamento, lutando contra a opressão e a favor da justiça social. Alguns autores, trabalhando com a questão da política e suas diferentes teorias ao longo do tempo, ajudaram a ver como esse pensamento político cristão foi construído e fez com que duas esferas, a moral e a política antes separadas, se

encontrassem unidas não só na Teologia da Libertação, mas também em discursos políticos construídos fora dos muros eclesiais. Além disso, suas reflexões também proporcionaram um olhar mais heterogêneo para a Igreja Católica, na qual não apenas a Teologia da Libertação era atuante, mas também outros grupos cujos pensamentos cristãos não estavam envolvidos diretamente com a política.

Dentro da realidade do Brasil e da América Latina, a Educação Libertadora e a Teologia da Libertação trabalharam juntas pela mesma causa e com a metodologia que busca libertar a humanidade de situações opressoras. Pode-se definir a Teologia da Libertação sendo a fé colocada a serviço dos pobres e de sua libertação e a Educação Libertadora sendo a ação que busca a criação da consciência crítica com a finalidade da autonomia do ser humano.

Assim a Teologia da Libertação age em nome do Evangelho de Cristo e do humanismo cristão e a Educação Libertadora age em nome da cidadania, dos direitos humanos e da dignidade humana. Aprofundando mais um pouco é possível visualizar a Teologia da Libertação sendo uma reflexão crítica das ações humanas feita à luz das práxis de Jesus. E a Educação Libertadora, nesta perspectiva, mostrando que conscientizar é desocultar as verdades ideológicas escondidas, para que a partir da reflexão crítica do mundo, das coisas e dos seres, as pessoas possam realizar sua condição humana, vivendo a dignidade a que são chamados todos os seres humanos.

3.3.2. Diálogo entre Educação Libertadora e Teologia da Libertação

Procurando fazer o diálogo entre a Educação Libertadora e a Teologia da Libertação, retomamos sua história situando-as no contexto histórico do Brasil, durante as décadas de 60, 70 e 80, época em que as duas realidades estiveram mais evidenciadas, certamente pela necessidade de libertar-se da opressão em que vivia a população brasileira.

Durante esse tempo, a Educação Libertadora e a Teologia da Libertação foram crescendo lado a lado, uma reforçando a outra, e assim conseguiram dar passos largos e importantes em favor da humanidade. Justamente por apresentarem muitos aspectos em comum, e porque não dizer até tudo em comum, estas duas áreas se enriquecem e conseguem alcançar muitos dos seus objetivos. Sendo o seu

objetivo comum a libertação do oprimido, e sendo o seu destinatário, como também o seu sujeito o ser humano, tanto a Teologia da Libertação quanto a Educação Libertadora, caminharam na incerteza e na obscuridade até que alguns resultados foram aparecendo, no decorrer da história.

Na Teologia, a tomada de consciência se encontra no aspecto de sua missão libertadora, como realização do Plano de Deus, o plano de vida em plenitude para os seres humanos. E na Educação, surge ainda o aspecto de cidadania assumindo também, a luta social como meio de libertação. Clodovis Boff escreve que o mais importante é conservar a relação entre a fé e a vida, independentemente do ponto de partida, se fé ou vida: “Evidentemente, à medida que uma comunidade vai-se engajando nas questões sociais, mais fácil se torna a síntese transformadora entre fé/política, ou evangelho/vida.” (BOFF, 1984, p. 107)

Nos movimentos e organizações da época em que nasceu a Teologia da Libertação, a metodologia utilizada foi a da Educação Libertadora, adaptando seu conteúdo aos fundamentos da fé cristã. Tanto a Teologia da Libertação quanto a Educação Libertadora procuram manter uma linguagem compreensível, a fim de que todos possam assimilar seu conteúdo e assim torne-se possível a apropriação desses instrumentos.

As pessoas são, na verdade cidadãos e cristãos, participando da sociedade e frequentando a Igreja, o sindicato, as comunidades de base e também votam, participam dos movimentos políticos, dos partidos, do movimento dos sem terra e tantos outros envolvimento. Paulo Suess faz colocações sobre os temas de Medellín e evidencia a realidade dos movimentos sociais, como sinais emitidos e acolhidos. Diz também que a proximidade com os pobres no seu contexto, a necessidade de mudanças e transformações nascendo de uma discussão adulta sobre o projeto da humanidade, permanecem como tarefas de hoje: “O movimento estudantil e as greves de operários não abalaram a estrutura desequilibradas entre capital e trabalho.” (SUESS, 2007, p. 145)

A Teologia da Libertação quer libertar o ser humano em nome da fé, em nome de Jesus Cristo, em nome do Evangelho. A Educação Libertadora, em nome da cidadania, em nome dos direitos humanos, em nome da dignidade humana, dentro de um humanismo aberto e cristão. Teologia da Libertação e Educação libertadora se encontram e se completam, pois na verdade convergem para os

mesmos pontos, por terem os mesmos princípios, os mesmos métodos e as mesmas finalidades, teoria e prática se completam, conforme escreve Dussel: “Estar no povo, com o pobre, articulado organicamente com sua práxis de libertação, é ter o ouvido junto da história, auscultando suas batidas. É garantia de realismo, é o critério objetivo da verdade do discurso teórico.” (DUSSEL, 1984, p. 281)

Com o passar do tempo, surgem iniciativas de base, o povo se manifesta, a juventude se revolta, artistas, pensadores, estudantes, educadores e intelectuais mostram que estão dispostos a dar sua vida pelo ideal de libertação. Também a Igreja na pessoa dos religiosos e leigos engajados, inicia uma expressiva luta contra a falta de respeito para com a humanidade. Durante esta batalha cresce a Educação Libertadora e a Teologia da Libertação, com a missão de fazer acontecer o Projeto de Vida Digna, que Jesus Cristo veio trazer para todos os seres humanos. Aqui se juntam as duas forças: a Teologia da Libertação objetivando a parte cristã e a Educação Libertadora, objetivando o movimento cidadão.

Portanto, atuam juntos os dois movimentos, Teologia da Libertação e Educação Libertadora, e se forem diferenciadas será somente porque a Teologia segue o caminho da pastoral, o caminho da Igreja e a Educação pode-se dizer que é mais social, humana e política. Mas, como diz Clodovis Boff, estes são *dois instrumentos de luta* e de conscientização, que auxiliam na caminhada do povo. A Teologia da Libertação sempre se deu bem com a Educação Libertadora e a Educação Libertadora sempre se deu bem com a Teologia da Libertação.

A Teologia da Libertação e a Educação Libertadora são essencialmente a fé, o conhecimento cultural e a ação, colocadas a serviço da libertação dos oprimidos, dos marginalizados, dos ignorados, dos esquecidos da sociedade, a fim de libertá-los e torná-los cidadãos com dignidade de vida. Os mesmos mecanismos são utilizados para reafirmar a fé e a pastoral, a conscientização e a ação. O povo é sujeito e tem o saber pela tradição, pela experiência de vida e é preciso fazer emergir dele mesmo esse saber, *dele*, do povo.

Também a Teologia da Libertação afirma que o povo é sujeito de sua fé, ele crê e precisa assumir responsabilidades como Igreja e como cidadão. A Teologia da Libertação faz valer as qualidades do povo, no campo religioso e pastoral e no campo social em geral, assim como a Educação Libertadora trabalha em favor dos direitos e deveres do cidadão, da sua autonomia, de sua dignidade e integridade.

Desse modo a Teologia da Libertação, também avança pela parte mais pedagógica, dialogando com a Educação Libertadora, somando forças para alcançar seus objetivos. Pode-se dizer que como Teologia Libertadora, aqui é entendida toda a pastoral com base na fé e também como educação, sempre mais no sentido religioso e bem pedagógico, ao passo que, na Educação Libertadora, o mais importante não é só a postura acadêmica, letrada, culta, mas também a cultura humana, a cultura da consciência, a cultura da própria dignidade. Será transcrita a seguir a reflexão que em Puebla os Bispos fizeram afirmando que:

A cultura [...] abrange a totalidade da vida de um povo: o conjunto dos valores que o animam e dos que o enfraquecem e que, ao serem partilhados em comum por seus membros, os reúnem na base de uma mesma 'consciência coletiva'. A cultura abrange, outrossim, as formas através das quais estes valores ou desvalores se exprimem e configuram, isto é, os costumes, a língua, as instituições e estruturas de convivência social, quando não são impedidas ou reprimidas, pela intervenção de outras culturas dominantes. (CELAM, 1981, p. 387)

Tanto a Educação Libertadora quanto a Teologia da Libertação, buscam libertar os pobres e excluídos sociais da marginalização, da inconsciência política e da manipulação. Uma por meio da educação, outra por meio da fé, sempre na busca de possibilitar a conscientização e a condução a um pensar crítico da história e de tudo que marginaliza e oprime. As duas partem da vida do povo oprimido visando a sua libertação, buscando conduzir esse povo a assumir sua história, sendo sujeito atuante dela. Ambas são *instrumentos de luta do povo*. As duas: Teologia da Libertação e Educação Libertadora procuram aplicar uma linguagem popular compreensível.

Ambas são convergentes e possuem os mesmos princípios, as mesmas finalidades e os mesmos métodos, uma sempre complementando a outra. É importante ter bem presente o que Gutiérrez diz sobre a teologia: “uma teologia que não se situe no contexto de uma experiência de fé corre o risco de converter-se numa metafísica religiosa, numa roda que gira no ar, sem fazer com que o carro se mova para a frente.” (GUTIÉRREZ, 1999, p. 56)

Nesta dinâmica entre Educação Libertadora e Teologia Libertação, Leonardo Boff, que defende também os aspectos ecológicos, escreve sobre o tema do cuidado para com a vida:

Vivemos, hoje, a crise do projeto humano: sentimos a falta clamorosa de cuidado em toda parte. Suas ressonâncias negativas se mostram pela má qualidade de vida, pela penalização da maioria empobrecida da humanidade, pela degradação ecológica e pela exploração exacerbada da violência. Que o cuidado aflore em todos os âmbitos, que penetre na atmosfera humana e que prevaleça em todas as relações! O cuidado salvará a vida, fará justiça ao empobrecido e resgatará a Terra como pátria e matéria de todos. (BOFF, 1999, p.191)

Neste aspecto de cuidado com a vida, Boff expressa a importância da conscientização sobre a degradação ecológica e a exploração da violência, que torna a humanidade decadente, pois o resgate da vida digna depende da relação entre os seres humanos, a natureza e o Transcendente. A Educação Libertadora e a Teologia da Libertação encontraram expressão e espaço em muitos movimentos de luta pela vida no Brasil, especialmente nas décadas de 60, 70 e 80, realizando ações importantes para a sociedade e a Igreja, trabalhando na promoção humana e lutando pela libertação dos oprimidos.

3.3.3. Teologia da Libertação e Educação Libertadora no Brasil

A Teologia da libertação e a Educação Libertadora no Brasil tiveram o seu envolvimento especificamente no campo da conscientização, em vista da transformação da sociedade. A palavra conscientização é também uma chave de interpretação teológica a partir da Teologia da Libertação que usou muito este termo. A religião, que por sua natureza esteve sempre ligada aos conteúdos transcendentais, se aproxima da humanidade para participar de um processo de conscientização de sua historicidade. Para isso, re-interpreta a Sagrada Escritura e muitas questões importantes à tradição Teológica da Igreja estabelecida.

Diversos educadores e religiosos se inspiraram na nova Igreja a caminho da libertação e colocaram esses objetivos na sua prática, cheios de esperanças para a humanidade. Esperança, portanto, é o caminhar consciente da prática, tendo como ideal seguir na trilha da humanização do ser. A Igreja é o povo de Deus que caminha em busca de libertação. Os termos conscientização e esperança não carregam em si nenhuma contradição, pois no conceito de esperança é possível entender como acontece a conscientização e a conscientização geralmente conduz à ação.

Para compreender e transformar a sociedade, o ser humano tem necessidade de tomar consciência de sua historicidade, uma vez que ele não apenas está no seu meio, no meio da sociedade, mas nela, e com ela, nas relações com, e na realidade pela qual se possibilita o ato de conhecer. Refletindo numa perspectiva teológica e religiosa, vê-se que através da conscientização, se reconhece na criatura, o Criador.

Neste particular, entende-se a relação entre anúncio e denúncia como unidade indissociável, pois ao denunciar as estruturas que desumanizam busca-se anunciar a possibilidade de ser mais na história, lutando para chegar à plenitude de vida e assim, tornando-se verdadeiros profetas, ao pronunciar uma palavra autêntica de esperança. Pode-se perceber que as unidades denúncia e anúncio, ação e reflexão, estão fartamente marcadas pela visão de mundo religioso e na mais radical tradição bíblica e teológica do Antigo Testamento. Aqui se retoma a análise sobre a temática da unidade anúncio e denúncia na concepção do profetismo Bíblico e teológico, que influenciou a Teologia da Libertação e suas análises sobre a Igreja na América Latina. A humanidade marcada por sua cultura e sua existência, se envolve nas situações de opressão, nas décadas de 60, 70 e 80, com a efervescente discussão e debate do religioso na América Latina, sobre a Teologia da Libertação, versão católica e protestante.

É importante frisar as palavras de Freire ao se referir à Teologia, dizendo que, mesmo não sendo teólogo sabe muito bem que a Teologia tem uma grande função na vida e na sociedade e, aceitando a posição revolucionária que defendia cientificamente estava transformando a realidade e certamente seguindo o verdadeiro caminho cristão. Gutiérrez escreve sobre a Igreja no processo de libertação, quando a comunidade cristã começa a ler politicamente os sinais dos tempos, exigindo reflexão e esses esforços teológicos, “provirem mais dos grupos cristãos comprometidos com a libertação de seus povos, do que dos centros tradicionais de ensino da teologia. A riqueza de tais compromissos condicionará a fecundidade da reflexão.” (GUTIÉRREZ, 1975, p. 89)

Na medida em que se toma consciência da grandiosidade da dominação e das imensas carências em que se encontra o Brasil, na época em que se vivencia essa situação, percebe-se que não se trata de aspectos circunstanciais e sim estruturais. E aqui o papel da verdadeira educação passa a ser profundamente

questionado e os educadores da libertação precisam ser corajosos na sua ação. Foi devido a isso tudo que no Brasil em plena ditadura, houve um espetacular crescimento de práticas pedagógicas, ricas em criatividade e formas inovadoras, tendo como tema central a libertação.

Com essa consciência, torna-se clara a situação de que como diz Freire, "é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político" (FREIRE, 1982, p. 23) e vemos também que a Teologia da Libertação nasceu de uma profunda indignação ética, surgida diante do sofrimento, da pobreza e da marginalização do povo. Somente com esse espírito de intolerância em relação ao sofrimento, à pobreza, e à falta de dignidade do ser humano, é que se pode transformar uma sociedade decadente em sociedade fraterna.

3.3.4. Realidade da América Latina no contexto da libertação

A realidade vivida pelos povos da América Latina durante as décadas de 60, 70 e 80, foi o ponto forte para o florescimento das ações em vista da libertação. A relação de dependência produziu um desnível enorme entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. A distância entre estas duas realidades cresceu assustadoramente e a situação de dependência provocou nas pessoas, a busca de meios próprios para a sua libertação. Nessa busca aconteceram as mudanças necessárias, no sentido de se atentar mais para as causas das situações, consideradas em perspectiva histórica.

Assim é que se conseguiu entender o porquê de tanta desigualdade. Somente analisando as causas e as consequências é que se chega ao núcleo do problema e se consegue alcançar o verdadeiro objetivo através da ação. Pedro Casaldáliga, expressa sua visão desta realidade, dizendo que a nossa espiritualidade: "deve partir sempre da realidade e à realidade voltar, porque partimos do mistério da encarnação e vamos sempre para o mistério da Páscoa. A análise da realidade e a práxis são duas constantes da Teologia e da Espiritualidade da Libertação." (CASALDÁLIGA, 2003, p.39)

O povo oprimido busca a libertação destas situações de dependência e sofrimento em meio ao sistema de ditaduras militares desumanas, e degradantes,

juntamente com a gritante desigualdade e a exploração de mão de obra selvagem que assola todo o continente latino. Lentamente foram aparecendo alternativas de conscientização das realidades e surgiram pessoas em condições de fazer algo pelo bem da população, com meios, na verdade perigosos, mas com chances de luta e resistência através de espaços privilegiados para mobilizações sociais. Gutiérrez escreve sobre como deve ser assumida a libertação para que seja autêntica e plena: “Mas para que seja autêntica e plena, deverá a libertação ser assumida pelo próprio oprimido, e para isso deverá partir dos próprios valores do povo. Só nesse contexto pode ser levada a bom termo uma verdadeira revolução cultural.” (GUTIÉRREZ, 1975, p. 88)

No início de 1960 surge uma nova forma de perceber a realidade, graças ao impulso de pensadores da América Latina, justamente quando resplandece a dependência da própria Teologia, a partir da descoberta da dependência econômica e cultural. Aqui acontece também uma nova forma de ver a humanidade, conforme o pensamento de Dussel: “A Teologia da Libertação tende à interpretação da voz do oprimido para se jogar a partir da práxis em sua libertação.” (DUSSEL, 1984, p.29)

Quando surgiu a Teologia da Libertação, o tema principal da sua ação foi o compromisso libertador da opressão, assim escreve Gutiérrez:

A Teologia da Libertação que procura partir do compromisso para abolir a atual situação de injustiça e construir uma sociedade nova deve ser verificada, pela prática desse compromisso, pela participação ativa e eficaz na luta empreendida contra seus opressores pelas classes sociais exploradas. (GUTIÉRREZ, 1975, p. 250)

A Educação Libertadora também traz consigo o compromisso de libertação da opressão, que Paulo Freire diz ser “... um parto. E um parto doloroso.” (FREIRE, 2009, p. 38) Pode-se dizer que no momento em que a humanidade tomou consciência da necessidade de humanização, iniciou-se o caminho de conquista da liberdade. E, tanto a Teologia da Libertação, quanto a Educação Libertadora, ajudam na reinvenção dos valores humanos e cristãos, guardando as características típicas dos povos latino-americanos, fortemente dilacerados, numa época em que a cultura dominante e colonizadora tem poder sobre todo um país.

Vivendo num momento caracterizado como aparente fim de utopias e esperanças, é neste contexto que a Teologia da Libertação e Educação Libertadora

atestam, de forma surpreendente, a existência de um leque de alternativas no meio social e educacional. A caminhada e os esforços empreendidos nesse sentido evidenciam que o ideal de transformação, apesar de todas as dificuldades, permanece vivo e que o sonho de uma sociedade mais justa e democrática ainda é possível. No Brasil, as instituições religiosas, especialmente as católicas, deram início aos movimentos de conscientização, libertação e autonomia, possibilitando a discussão sobre esses temas e assim nasceu a AEC, como força na luta pela libertação através da educação.

No próximo capítulo, serão feitas reflexões sobre a caminhada da AEC (Associação de Educação Católica) do Brasil, que corajosamente assumiu todos os desafios das realidades mais difíceis vividas pelos educadores e pelas instituições de educação, principalmente as católicas. Trabalhou com afinco para fazer acontecer a Educação Libertadora nas escolas do Brasil e soube acolher os acontecimentos de cada época. A AEC do Brasil teve momentos de grandes alegrias, algumas crises profundas e momentos de expectativas nas diversas situações, mas a esperança e a fé na Providência Divina se fizeram presentes em todos esses momentos.

4 EDUCAÇÃO LIBERTADORA NAS ESCOLAS CATÓLICAS DO BRASIL

4.1. A EDUCAÇÃO LIBERTADORA NAS REALIDADES DAS ESCOLAS CATÓLICAS

A Educação Libertadora dentro da realidade das escolas católicas do Brasil durante a sua história teve repercussão muito tímida, devido ao fato de serem atendidos, na sua grande maioria, alunos da classe alta, havendo dificuldades em implantar uma educação com base na igualdade e na opção preferencial pelos pobres. Sendo este o elemento chave da Educação Libertadora, as instituições ficaram de mãos atadas na realização desta forma de educar. A AEC do Brasil muito se empenhou em fazer acontecer a libertação através da educação, principalmente nas escolas católicas, porém não teve sucesso devido ao impasse desta situação econômica e cultural. A história, a missão e a presença da AEC mostram como é grande o desafio de educar para a liberdade.

Este fator é muito forte no contexto educacional brasileiro e latino-americano, e de acordo com o posicionamento dos Bispos da América Latina, durante a Conferência em Medellín, toda a educação tem um relacionamento com o fazer cultural e político e infelizmente, na América Latina, a educação muitas vezes confirmou e até justificou a desigualdade social. Seria necessário fazer com que a Educação Libertadora nascesse, crescesse e se sustentasse, na justiça e equidade entre todos os povos da América Latina, e especialmente do Brasil.

4.1.1 Escolas Católicas do Brasil e o desafio da Educação Libertadora

O desafio educacional brasileiro necessita discernimento constante sobre o que nos processos educativos contribui para a humanização, e na sequência, as escolas precisariam tomar posições coerentes com as exigências do Evangelho, comprometendo-se com a transformação social e sendo elemento de articulação com entidades congêneres. Isto significa que a educação requer o desenvolvimento das pessoas através do pensar, planejar, conscientizar e viver a ação educativa, com os valores fundamentados no Evangelho.

Desde o final dos anos sessenta e início dos anos setenta até o final dos anos noventa, a Educação Libertadora e o planejamento participativo caminharam juntos no Brasil, sendo considerada a convicção de ser o planejamento participativo uma das melhores formas de se vivenciar o compromisso libertador. A ação educativa libertadora, parte e conduz a uma visão implícita e explícita de mundo, de pessoa, de sociedade e de história, destacando a centralidade da comunhão social. Esta comunhão social é entendida como critério fundamental e objetivo a ser alcançado na história, o objetivo a ser perseguido na luta por uma sociedade justa e solidária, a serviço da vida e da esperança. Gustavo Gutiérrez escreve que: “A participação no processo de libertação provoca em muitos uma dicotomia ruidosa, angustiante, profunda e insustentável entre sua vida de fé e seu compromisso revolucionário.” (GUTIÉRREZ, 1975, p. 115)

Na história das instituições educacionais das décadas pesquisadas, observa-se o pouco tempo dedicado ao estudo e reflexão dos problemas centrais da educação brasileira. As pessoas estão sempre envolvidas com os mesmos problemas e não encontram soluções adequadas por não se identificarem com as situações da área social. As ações educativas e as iniciativas acontecem a partir dos problemas do momento, do imediato, do emergencial, do circunstancial e não conseguem responder ao real das necessidades da educação e da sociedade. Tudo isso gera insatisfação, frustração e ineficácia na atuação dos educadores.

Vivendo em um tempo de mudanças profundas, necessário se faz assumir o desafio de procurar ações democráticas, participativas e conscientizadoras. Ações que possam abrir caminhos e possibilidades de se construir a civilização da comunhão social, solidária, fraterna e justa, e assim reinventar todas as formas de convivência entre os seres humanos, dentro da ótica da libertação, assumindo conforme Leandro Rossa, o compromisso libertador:

fundamentado numa tensão utópica, entendida como hipótese histórica fecunda, que não está segura da possibilidade de realizar o que procura, mas que está segura sim, de que este horizonte, este sonho, esta perspectiva é uma fonte de inspiração, constantemente renovada para buscar caminhos novos, para inventar formas de convivência humana mais fraternas e para estimular a imaginação criadora e a sensibilidade histórica. (ROSSA, 1993, p. 36)

Muitos educadores foram percebendo a situação e sentindo a necessidade de transformar a escola católica em uma escola mais aberta, mais coerente com os valores evangélicos, cujo objetivo era fazer da escola católica uma comunidade escolar animada pelo espírito evangélico de liberdade e caridade, como disse o Concílio Vaticano II. Esta posição foi avançando até que na Assembleia Geral da AEC (Associação das Escolas Católicas) em nível Nacional, no ano de 1965, a ideia foi assumida por muitos educadores.

Não querendo reproduzir o que é dominante na sociedade, por saber que a sociedade é injustamente organizada, os membros da AEC fazem a opção por uma sociedade fundamentada na dignidade da pessoa, escolhem o caminho e o processo de libertação, reconhecendo o pequeno, o fraco e o excluído para sua ação. Vendo no educando o sujeito da própria história e de seu desenvolvimento social, os educadores católicos fazem também a opção por uma sociedade justa, fraterna, solidária, democrática, a serviço da vida e da esperança.

O Concílio Vaticano II, 1962 a 1965 celebrado na expressão de Paulo VI, como um despertar para renovar, para modernizar, para intensificar, para debater a vida da Igreja, consegue ampliar a visão de todos e novas frentes se abrem. Em 1968, a 2ª Conferência Episcopal Latino-Americana, em Medellín, abriu caminhos novos para a educação católica. A AEC também opta por uma ação que percebe nas pessoas, a Pessoa de Jesus Cristo, no qual todos somos irmãos. Em Jesus Cristo, Deus se revelou como trindade, comunhão e unidade. Leônida Fávero escreve que: “A educação à luz dos valores evangélicos, é a utopia, o horizonte, o que há de comum em todos os momentos, em todas as pessoas e grupos ligados à AEC.” (FÁVERO, 1995, p.48)

Durante a sua caminhada, a AEC vivenciou uma diversidade enorme de experiências, que ao longo dos anos foram trazendo visão de conjunto e um grande amadurecimento para a Associação, que não permitiu desvios em sua missão de ser uma entidade séria e seguir os passos da educação evangelizadora e libertadora.

O contexto histórico em que a AEC se desenvolveu mostra que a proposta pedagógica nem sempre esteve a serviço da transformação. Em determinados momentos houve dificuldades em manter os princípios norteadores da Associação, mas a gravidade da situação social da América Latina e principalmente do Brasil,

trouxe questionamentos éticos, que despertaram a criticidade dos responsáveis, tornando o projeto de acordo com os objetivos da AEC.

Os representantes de algumas escolas católicas também se preocuparam com o aspecto da dignidade das pessoas e foram fazendo a passagem de uma posição cômoda, protegida pela classe dominadora, para a busca dos interesses e da causa dos pobres, oprimidos e excluídos da vida e da história. Rossa fala dessa travessia, como o ponto crucial para a transformação na educação: “Essa travessia importou, inicialmente uma profunda mudança interna para, em seguida, abrir também o leque de suas preocupações educacionais. Importa observar que se a travessia foi longa e difícil, trazia também, como consequência, longos e dolorosos períodos de adaptação aos horizontes novos descortinados.” (ROSSA, 1995, p.11)

Os educadores da libertação acreditam que todos nasceram para se humanizar e querem estar sempre onde está o aspecto novo, transformador! Estes educadores se solidarizam com os desumanizados e se indignam com a miséria e a injustiça dentro da sociedade. Sonham com uma sociedade da harmonia, da convivência em clima de fraternidade. Idealizam uma sociedade onde as diferenças sejam respeitadas e promovidas pela dinâmica da justiça, propiciando uma convivência pacífica e fecunda para todos. E foi nessa perspectiva que a AEC, juntamente com os Bispos do Brasil, envolveu-se com os órgãos governamentais, para assim conseguir colocar-se diante das situações de conflitos, sem ferir as leis vigentes.

No final do ano de 1961, após muito esforço da AEC juntamente com os Bispos do Brasil, foi promulgada a Lei que deixava para as escolas a possibilidade de determinar, em regimento, sua organização administrativa, disciplinar e didática. No início, a AEC auxiliou as escolas na aplicação adequada e na sua compreensão, a fim de que fosse bem aproveitado o espaço de liberdade existente, para uma nova proposta, com a participação da comunidade escolar.

A AEC também se empenhou muito na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e junto ao Ministério da Educação, durante os estudos do Decreto do Ensino Fundamental - *Primário*, e Médio - *Normal*, no projeto de regulamentação da Orientação Educacional e Educação Física. Opôs-se às exigências do Ministério em relação aos exames estatais a que foram obrigados os estabelecimentos particulares de ensino, para poderem obter o diploma e defendeu

com muito ardor, o reconhecimento sobre o direito dos colégios particulares oferecerem cursos de Magistério, denominado na época, *Curso Normal*.

Em meio a tantos desafios, a AEC ainda enfrentou certo descaso por parte de algumas instituições católicas, no sentido de assumirem uma postura mais radical quanto à Educação Libertadora e que com o temor de perder alunos, acabaram recuando trazendo consequências inimagináveis para a educação, até os dias de hoje. Paiva faz uma colocação séria sobre a conscientização através da educação, como resposta concreta na ação para o confronto nos conflitos sociais e:

como a escola não pode ignorar as demandas da sociedade, também não pode, sob qualquer pretexto, mesmo o de tranquilizar seus alunos ou camuflar, com explicações evasivas ou falsas, os conflitos sociais existentes. Não é o caso da escola libertadora. Ela quer uma resposta concreta à necessidade de educar para o confronto com os conflitos sociais. Pra isso quer dar condições culturais aos educandos. Deverão aproveitar-se dos meios intelectuais para analisar, compreender e criticar as contradições da realidade. Deverão ser agentes de transformação social, capazes e politizados. Ela é, nesse sentido, uma pedagogia dos conflitos. Aceita-os como fatos sociais normais. Sem se deixar submeter, ela os trabalha e elabora, para uma tomada de posição lúcida e eficiente. (PAIVA, 1993, p.59-60)

Essa consequência vem da prática transformadora da situação social, na justiça e na participação e também dos processos pedagógicos realizados para o ser, a pessoa, sujeito do próprio desenvolvimento, com tudo o que decorre daí, pedagógica e didaticamente.

4.1.2. História e Missão da Associação de Educação Católica do Brasil

A AEC, Associação das Escolas Católicas tem suas raízes na Associação dos Professores Particulares do Rio de Janeiro, que mais tarde passou a ter caráter nacional, transformando-se em Confederação Nacional de Escolas particulares, com a finalidade de reunir docentes na discussão dos problemas pedagógicos e na formulação de propostas de ação. Quando em 1944, a Confederação realizou o 1º Congresso Nacional de Escolas Particulares, surgiu a ideia da fundação da AEC, Associação das Escolas Católicas que mais tarde se tornaria Associação de Educação Católica do Brasil. Leandro Rossa escreve sobre a arte e o compromisso de historiar: “Historiar a vida de uma pessoa ou de uma entidade não é apenas

relatar fatos ou acontecimentos, mas também interpretá-los, porque a história se faz no encontro entre subjetividade e objetividade.” (ROSSA, 2005, p. 17)

A história da Associação que primeiro denominou-se das Escolas Católicas e posteriormente Associação de Educação Católica do Brasil, AEC / BR, uma sociedade civil de direito privado, com fins educacionais e culturais, composta por vinte e sete associações dos estados brasileiros e do Distrito Federal, cuja finalidade, em sua essência é promover a educação como evangelização para todos. Fazem parte da associação na grande maioria, as escolas católicas, porém a associação sempre esteve aberta a todas as escolas que quisessem participar de suas atividades.

A AEC começa a funcionar, a partir do I Congresso Nacional de Estabelecimentos Particulares de Ensino, em 1944, realizado no Rio de Janeiro. Nesse período iniciou-se o processo de criação da Associação de Educação Católica do Brasil. Sua fundação ocorreu em 24 de novembro de 1945, após o 1º Congresso Interamericano de Educação Católica, com o apoio de 77 Religiosos, Arcebispos, Bispos e Superiores de Congregações Religiosas, dedicadas à educação. Até 1954 teve sua sede no Rio de Janeiro, à Rua São Clemente, 117.

Em 1981 a sede da AEC do Brasil foi transferida para Brasília funcionando no mesmo prédio que o MEB (Movimento de Educação Básica) Inicialmente sua organização era muito centralizada na figura do presidente, embora sempre houvesse um colegiado. Aos poucos, a administração foi sendo descentralizada e regionalizada, chegando a possuir regionais em vinte e seis estados da federação. Com sede nacional em Brasília, a AEC se torna membro do Conselho da Confederação Interamericana de Educação Católica (CIEC) e da Organização Internacional de Educação Católica (OIEC). Com essa realidade dos fatos, temos plena ciência da grande missão desempenhada por esta Associação que reuniu as instituições católicas do Brasil, buscando a unidade através de encontros, congressos, simpósios e seminários, desenvolvendo temas importantes na atualidade.

A Associação de Educação Católica sempre quis ser lugar de encontro, instância crítica da realidade educativa, presença evangelizadora no sistema educacional e promotora da pastoral da educação, integrada na pastoral de conjunto da Igreja. O princípio enfatizado na organização da AEC marcou participação, em

suas dimensões de representatividade autêntica, de partilha do saber, de amplo envolvimento das bases e do planejamento participativo. Castejón define o que pretende ser a AEC: “local de estudo, de consciência crítica e debate sobre a educação nacional, onde os educadores das escolas públicas, particulares e católicas, a partir do Evangelho, possam criticar e analisar a situação educacional brasileira.” (CASTEJÓN, 2005, p. 126)

Durante todos esses anos, a AEC buscou construir um espaço de reflexão e apoio ao Educador, na descoberta conjunta de pistas e caminhos para sua ação. Detentora de uma proposta filosófico-pedagógica bem definida orienta-se na linha da educação evangélico-libertadora. A Associação de Educação Católica compreende que está dentro da sociedade e, portanto sofre todas as suas crises, assim também assume um projeto pedagógico que foi se tornando mais consistente e claro no decorrer dos anos, buscando respostas dentro dos princípios do Evangelho.

A AEC do Brasil, em toda a sua história teve sucessos e esperanças e isso se deve a todos os que participaram ativamente na busca e na realização desse sucesso. Entre eles estão os diversos presidentes, secretários, assessores e todos os funcionários que diretamente contribuíram para que a AEC cumprisse a sua missão. É bom enfatizar que muitos funcionários fizeram parte da história da AEC e seguramente também são responsáveis pelos avanços da Associação.

A Associação de Educação Católica do Brasil nasceu com um objetivo nobre, muito bem definido e foi sonhada por todos os educadores cristãos que sentiam a necessidade de um espaço para encontros educacionais e reflexões entre os educadores cristãos. Esta entidade foi pensada e idealizada durante a realização do I Congresso Nacional de Estabelecimentos Particulares de Ensino em 1944, no Rio de Janeiro. E em 1945 é fundada a Associação de Educação Católica do Brasil.

A data em que a AEC se instalou como instituição foi precisamente no dia 24 de novembro de 1945, em sessão solene presidida pelo Cardeal D. Jaime de Barros Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro e o local da solenidade foi o Palácio São Joaquim. Desde essa data a AEC se constituiu em ponto de união entre os educadores católicos e suas instituições, dando-lhes apoio e coesão. Fávero escreve sobre alguns dos objetivos da AEC sendo força e elo de união entre os educadores e escolas católicas: “A AEC é criada para reunir pessoas, em defesa da escola católica e aumentar a força das instituições escolares em vista da promoção

da educação, à luz dos valores evangélicos que caracterizam um tipo de sociedade.” (FÁVERO, 1995, p. 48)

A AEC assumiu a educação na linha de trabalho que tem como referência o projeto que entende o educando como sujeito de seu próprio desenvolvimento pessoal, comunitário e social, numa crescente compreensão crítica da realidade, no compromisso com a transformação social, dentro da justiça e na apropriação de instrumentos de participação. Essa educação requer participação ativa e crítica de toda a comunidade educacional e órgãos afins, no diálogo permanente, no processo contínuo de aprendizagem, no esforço constante de pensar, planejar e viver a ação educativa a partir da escala de valores fundamentados no Evangelho de Jesus Cristo.

A história da AEC do Brasil assim como o mundo é uma constante surpresa, um movimento e convite à criação, é luta, é dinamismo, é movimento da vida e por isso o percurso histórico da AEC deu consistência, dignidade e fecundidade às ações que a mantiveram firme na caminhada, até que chegou o tempo de mudar sua dinâmica. Em sua ação a AEC procurou sempre orientar-se pela causa e ótica do oprimido, pelo trabalho de equipe, pela dinâmica da ação-reflexão, pela democratização do ensino e pela promoção do caráter comunitário.

A AEC articulou-se e se fortaleceu como centro de reflexão e de ação, e formalizou o seu desempenho no campo da educação, também através de publicações e eventos, como os Cursos, os Seminários, os Projetos de Educação Popular, as Assessorias e outras formas de servir, e as publicações mensais como as Revistas, Boletins, Cadernos e Livros em coedição.

Também a AEC procurou estar presente na problemática educacional brasileira, dialogando, discutindo e somando forças com quem sistematicamente buscou soluções humanizadoras para a educação. Fávero afirma que em nenhum sentido valorativo ético, pode-se dizer que, em seus primeiros anos de existência, a: “AEC situa-se no momento do objeto no qual predomina a preocupação metafísica tradicional. A educação é quase identificada com a escola católica, que tem valor em si mesma e que é preciso defender.” (FÁVERO, 1995, p. 20)

Em uma época que as escolas particulares eram predominantemente católicas, a AEC sustentada pela Igreja, teve que defender a escola privada, pois se envolveu na luta entre os liberais e os católicos, uma batalha entre escola pública e

escola privada, e defendeu a liberdade de ensino e o direito da família de escolher a escola para seus filhos. A AEC assumiu com muito ardor a tarefa de melhorar e de aperfeiçoar a escola católica, com a finalidade de preparar pessoas com sensibilidades e possibilidades de influir na sociedade que vinha desembocando para o caos.

A caminhada da AEC aconteceu em unidade com a CNBB e em 1962 atendendo ao apelo do Papa João XXIII, iniciou um processo de planejamento de pastoral de conjunto, através do Plano de Emergência. O sopro de renovação pré-concílio Vaticano II, os movimentos litúrgicos, bíblicos e missionários marcaram a elaboração deste Plano.

Esses movimentos dão ênfase ao sujeito histórico, enquanto joga papel decisivo, até mesmo no ato de compreender o objeto. Valorizam-se os aspectos ligados à liberdade, à autenticidade, à livre aceitação e à vivência comunitária. Todas as atitudes e ações propostas pelo Plano de Emergência da CNBB traziam a ideia do novo, da mudança. Enfatizava-se que era necessária uma mudança de atitude e de ideias. Naturalmente houve reações da parte e alguns grupos da AEC que por não conseguir superar o *momento do objeto* viu com desconfiança essas propostas. Por outro lado, muitos outros grupos aderiram plenamente à nova visão e se empenharam em dar vida ao movimento de renovação da escola católica.

A Associação de Educação Católica do Brasil foi sendo fortalecida por pessoas como D. Helder Câmara, D. Luciano Mendes de Almeida e tantos outros religiosos, que juntos foram abrindo caminhos novos na educação, respaldados pelos Bispos do Brasil e de toda a América Latina e assim demonstraram que a união entre todas essas forças deu o vigor necessário para o sucesso das atividades e da missão realizada pela AEC do Brasil, durante todos os seus anos de existência. Edênio Valle escreve sobre o vínculo de fraternidade existente na organização da AEC. “Toda organização/associação sobrevive, hoje, com dignidade e fecundidade se, entre os seus membros, existir um nexo de sentido e um vínculo de fraternidade.” (VALLE, 2005, p. 07)

A AEC do Brasil, cuja missão de promover a Educação Católica em comunhão com a CNBB entende a educação como a busca da integridade da pessoa e sua relação consigo mesma, com os outros, com o Transcendente e com a natureza, sendo ele, sujeito e agente na construção de uma sociedade justa,

fraterna e solidária. E como consequência dessa dinâmica de interação e de relação, veio a libertação, a autonomia e a consciência de dignidade e de cidadania em cada ser humano. Com a consciência desta missão, a AEC assume suas linhas de ação e se compromete a:

- Ser uma instância crítica na realidade educacional;
- Ser presença evangelizadora nos sistemas educativos;
- Ser lugar de encontro, congregando e unindo forças para assumir uma educação libertadora;
- Articular-se com entidades semelhantes e com movimentos comprometidos com a justiça social;
- Dinamizar a Pastoral da Educação.

A AEC tem consciência de que a escola para cumprir o seu aspecto de ser missionária deve estar aberta à realidade social e aos problemas da Igreja. Deve ser pensada e orientada para encarnar a mensagem do Evangelho na sociedade, pois na verdade, estar em estado de missão é adquirir uma visão dinâmica e universalista da realidade, despertando a confiança em si e em cada pessoa da comunidade escolar, tendo profundo respeito para com o outro.

Para cumprir sua missão, a AEC do Brasil desenvolve atividades de estudos e pesquisas em educação, colocando-se na disponibilidade de assessoria ampla, em nível nacional, e ficando à disposição para as iniciativas das Associadas, facilitando-lhes a reflexão, a conscientização e a ação educativa. A AEC articulada com as forças educativas e com a Igreja, procura estar sempre em comunhão com todos os segmentos educacionais, construindo e visualizando o projeto educativo católico, mantendo sua identidade definida e reconhecida como tal.

Panini na hora de dar as bênçãos de Deus ao projeto da AEC, pede que se transforme “depois missionariamente, num projeto católico de educação, a fim de atingir o mundo amplo da educação, articulando-se com as demais forças educativas que se identificam com sua proposta evangélico-libertadora.” (PANINI,1995,P. 15) Pela sua opção evangélico-libertadora a AEC conserva um projeto organizado em unidade com toda a sociedade. Essa dinâmica garante a força e o poder de trabalhar na transformação da sociedade para o bem comum, através de uma vivência fraterna, justa e solidária, dentro do projeto de Jesus Cristo.

4.1.3. A E C do Brasil: presença católica na educação brasileira

A AEC é uma organização humana com uma cultura organizacional associativa do Brasil, que em sua qualidade de pioneira deste segmento, soube somar generosamente com os demais setores da sociedade, dialogando com os movimentos da sociedade civil e do governo, sobretudo como intérprete do pensamento e posições da Igreja. Sempre em constante unidade com a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) a AEC vivenciou a experiência de ser uma associação comprometida com os valores evangélicos, com a educação libertadora e com a opção preferencial pelos pobres. E também com a justiça, a participação, a cidadania, a história e o compromisso social, objetivando o assumir com plena consciência e responsabilidade, os desafios que a educação brasileira viveu e está vivendo. D. Luciano Mendes de Almeida diz que a AEC foi captando passo a passo o nervo das questões e exercendo fielmente sua função, apesar das dificuldades:

É fascinante ver como a AEC foi captando, passo a passo, o nervo das questões e propostas que iam emergindo, mantendo-se, ao mesmo tempo, fiel aos valores e objetivos cristãos que a norteiam. Foi precisamente esta sensibilidade que lhe permitiu exercer uma lúcida função de liderança junto aos educadores cristãos, malgrado as inumeráveis dificuldades do percurso. (ALMEIDA, 1995, p. 7)

Dom Luciano, sempre expressou sua preocupação com a educação, a Igreja e a AEC na sua caminhada histórica, na fidelidade à Pessoa de Cristo e sua mensagem, na sensibilidade às questões e propostas históricas emergentes e na fidelidade ao Deus da história que caminha com seu povo.

Nesta caminhada, que se apresenta complexa, a AEC procura não cair no risco de ler o passado com os olhos de hoje, pois tudo o que acontece, precisa ser contextualizado e ter o seu significado próprio, abrindo caminhos para os passos posteriores. Cada momento da caminhada da AEC trouxe consigo fluxos históricos que se entrecruzam em seu espaço cultural, educacional e de convivência. Na sua história como entidade católica estão contidos aspectos da evangelização e da comunhão fraterna desejada por Jesus Cristo para os seus.

A AEC fazendo a opção por uma sociedade fundamentada na dignidade da pessoa humana e tendo como meta a comunhão social, escolheu como sua postura

e caminho, o processo de libertação que reconhece o fraco, o excluído, o pequeno e desprovido como sujeito de seu próprio desenvolvimento e de seu processo histórico. A AEC sonha com uma sociedade justa, fraterna solidária, democrática, a serviço da vida e da esperança.

A opção da AEC, fundamentada na pessoa de Jesus Cristo que veio para “que todos tenham vida e vida em plenitude” (JOÃO, 10, 10) faz com que a educação popular seja a menina dos olhos da Associação de Educação Católica, que a partir da década de 1970 vai tomando bastante espaço, com um trabalho bem consistente nas periferias da sociedade. Havendo necessidade de um local específico para se tratar do assunto que ganhava enorme proporção, foram criados espaços tanto na sede nacional, como em várias afiliadas. O setor de educação popular trouxe consigo muitas riquezas para a área educacional.

Então surgiu a necessidade de se constituir um elo entre a educação formal e a educação popular, sendo este um dos sonhos mais acalentados pela AEC. Mas infelizmente este sonho não foi plenamente realizado devido aos entraves que vinham de alguns segmentos da própria área educacional. Muitos educadores assumiram essa causa, mesmo sem muito sucesso. Mas embora tenha sido grande o empenho, não foi suficiente o envolvimento. Na sociedade de classes a educação desempenha, na maioria das vezes, função diferenciadora. Esta é a outra luta que a AEC enfrentou e o seu maior sonho foi superar essa fase, que por diversas razões não conseguiu realizar.

O ponto crucial deve-se ao fato de a educação popular ter como característica, o estar comprometida com a elevação e a criação da consciência crítica nos segmentos populares da sociedade e, com suas potencialidades transformadoras, conduzir a caminhada, no sentido de fazer sujeitos construtores da própria história. E não podia ser diferente, pois é da sua natureza essa característica, mesmo sofrendo muita pressão por parte de alguns segmentos da sociedade que se sentiam ameaçados. Mas foi assim que a AEC buscou clarear sempre os pontos fundamentais de sua política de educação popular, na certeza de que a educação formal tem muito que aprender da popular e a popular tem muito que aprender com a formal.

O objetivo da AEC como associação de educação católica, foi o de construir uma sociedade fundamentada na dignidade da pessoa humana tendo como meta a

comunhão social. Uma sociedade sem classes se constrói aproveitando as riquezas materiais e espirituais acumuladas pela humanidade, como um todo ao longo de sua história. Esta construção será mais perfeita se for aproveitado o saber gerado, tanto na educação formal quanto na educação popular.

Bernier faz uma importante colocação sobre a linguagem do Filósofo Wittgentein, com a proposição de que o mundo é tudo o que acontece, é a totalidade dos fatos, não das coisas e por último, Bernier traz a significativa expressão teológica de *Gaudium et Spes*, que abre a consciência da Igreja para uma programação pastoral engajada na realidade:

Com a linguagem dos filósofos atuais Wittgentein começa seu *Tractatus lógico-philosophicus*, com a proposição de que o mundo é tudo o que acontece. Tese que se desdobra numa perspectiva dupla, pois para o gênio da Filosofia contemporânea, o mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas; o mundo está determinado pelos fatos porque é a totalidade deles. Essa distinção entre fato e coisa é-nos importantíssima. Serve para aclarar a extensão que atribuímos ao termo mundo. Podemos então, seguir afirmando que o mundo não é o receptáculo espacial em que nos movemos e no qual se encontra tudo aquilo de que dispomos ou utilizamos; não é algo, assim, o objetivo que está à frente ou que recebe o homem como sujeito. O mundo, se nos é permitida a expressão, é o espaço-temporal-causal. Ou como Heidegger diria, o campo das relações entre a existência e o ente, em que o homem se experimenta historicamente imerso. Não é pois, algo que se encontra; é simplesmente, o experimentado no acontecer. Daí o mundo implicar sempre elementos presentes e manifestos. Nesse particular é bem significativa a expressão teológica atual de sinais dos tempos. Na Constituição *Gaudium et Spes*, ela abre à consciência da Igreja uma programação pastoral engajada, nestes termos: “é necessário... conhecer e entender o mundo no qual vivemos, suas esperanças, suas aspirações e sua índole frequentemente dramática.” (BERNIER, 1975, p.35)

A realidade das desigualdades sociais do país pode ser vista a partir de duas perspectivas: uma a da modernidade que detêm o controle econômico, político e cultural e outra da maioria marginalizada, sem acesso às conquistas abertas pela modernização da sociedade. Existe uma perplexidade muito grande no período de transição, inovação e transformação social. Transição que vem carregada de potencialidades positivas para a sociedade, porém caracterizada por tensões, rupturas e quedas de valores, o que pode trazer insegurança, por estar presente em todas as áreas da sociedade e até transformar a concepção de vida de algumas pessoas.

Na Educação Libertadora, a proposta é suficientemente consistente e ampla, com todas as condições de se desenvolver junto com as mudanças da sociedade, visto que é a partir da realidade que ela acontece e vai tomando sua forma na dialética da prática e da reflexão. Nesta perspectiva, a Educação Libertadora vai atendendo aos anseios da comunidade educativa, em cada momento e em cada circunstância do desenvolvimento social e nesse sentido, torna-se força na aproximação entre a utopia e a realidade e propicia condições necessárias às respostas aos problemas educacionais.

É claro que não se coloca a Educação Libertadora como situação de milagres e resolução de todos os problemas da sociedade. O que se reconhece é o seu potencial como instrumento de transformação através de posturas responsáveis e compromissadas com a vida digna, a libertação da opressão, a autonomia das pessoas e a cidadania, conseguidas através do resgate da dignidade humana. D. Luciano Mendes de Almeida fala da dignidade na missão educacional e da coragem necessária para assumir a vivência do Evangelho, sendo luz e força transformadora através da educação, dentro da sociedade. Ele escreve:

Que sejamos dignos sucessores dos Apóstolos. Que tenhamos a mesma fé e coragem. Que não recuemos quando surgirem obstáculos. Que saibamos traduzir para os termos e as necessidades do Brasil de hoje a mensagem de vida que o Evangelho de Cristo tem para o mundo da educação. Que a AEC continue sendo, para o século XXI adentro, sinal de luz e uma força transformadora. (ALMEIDA, 1995, p. 9)

A presença católica na educação brasileira quer ser um dos pontos em que os educadores possam orgulhar-se de fazer parte, por trazer a Boa Nova do Evangelho com vistas ao cumprimento da missão de todo o cristão, conforme está escrito em Lucas: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos, e para proclamar um ano de graça do Senhor.” (LUCAS 4,18-19) É nessa dinâmica do Evangelho que o educador cristão se coloca em meio aos desafios de todos os tempos. O conhecimento quanto mais profundo da realidade na qual vivemos, oportuniza uma compreensão e apreensão do que é realmente importante na ação educativa que tem como objetivo, a consciência do ser histórico em cada pessoa e o seu poder de intervenção para o bem da sociedade.

4.2. ASPECTO IMPORTANTE: DESAFIO DO ENSINO RELIGIOSO NA AEC DO BRASIL

Outro aspecto importante dentro do grande desafio da AEC é a questão do Ensino Religioso nas escolas, tendo como princípio o respeito a todas as crenças e religiões. A proposta da Associação de Educação Católica para o Ensino Religioso tem como ponto de referência a Palavra de Deus e especialmente o Evangelho de Jesus Cristo, no resgate da dignidade do ser humano.

4.2.1. Ensino Religioso na AEC

Dentro desta proposta, o método a ser aplicado deve ser de um planejamento onde a interdisciplinaridade seja trabalhada no processo pedagógico, pois a riqueza da especificidade do Ensino Religioso acontece quando se percebe o específico como componente do todo. A compreensão da globalidade do processo pedagógico é uma das condições essenciais para se dinamizar o Ensino Religioso, numa dimensão interdisciplinar. A especificidade do ensino religioso vai permitindo a abordagem da realidade, que ao ser trabalhado dentro de uma visão crítica e também criativa, possibilitará o diálogo com todas as outras disciplinas, tornando a aprendizagem muito mais rica.

Quando se propicia o desenvolvimento do senso crítico, a capacidade de reflexão vai ficando mais aguçada e o processo de um juízo de valor sobre determinada questão ficará facilitado. A compreensão dos fatos com suas causas e consequências permite a apreensão da realidade em sua múltipla dimensionalidade. Junqueira e Alves, falam sobre a exigência de uma coerência ao se lecionar o Ensino Religioso, pois:

ao assumir o ensino religioso na perspectiva da formação, da busca de um significado de vida, do desenvolvimento da personalidade com critérios seguros, do compromisso com a plena realização, tem-se implicações com os conteúdos e as metodologias veiculadas. Isto é, exige-se a coerência e a consistência entre teoria e prática, intenções e ações, o que perpassa pela transformação de seu articulador, de seu interlocutor, de seu mediador que é a pessoa do educador, o professor de ensino religioso como catalisador, pela sua sensibilidade, perspicácia e criatividade. (JUNQUEIRA, ALVES, 2005, p. 229)

A Associação de Educação Católica traz em sua história a preocupação constante em relação ao preparo do professor de Ensino Religioso, que deve ter bem presente o objetivo do seu trabalho. Este trabalho constitui uma tarefa isenta de neutralidade. Totalmente atrelada às estruturas sociais, econômicas e políticas, concretas da realidade na qual está inserido. E nesta perspectiva, é obrigatória a definição de suas opções, a fim de possibilitar uma postura coerente, frente às questões próprias da sua missão educativa libertadora.

O educador do Ensino Religioso necessita ter consciência do seu importante papel na sociedade, pois para os educandos todos os educadores e em especial o educador de Ensino Religioso é modelo para sua ação. Junqueira escreve sobre a importância do ser na vida dos professores de Ensino Religioso e sua presença nas escolas especialmente nas confessionais. Junqueira afirma que, “a AECPR historicamente preocupou-se com a formação de professores para o Ensino Religioso nas escolas, especialmente no espaço confessional” (JUNQUEIRA, 2006, p.6)

Os objetivos do Ensino Religioso, dentro da dinâmica libertadora, devem explicitar uma intencionalidade educativa, estabelecendo objetivamente uma concepção bem definida de educação, entre seus educadores. Esclarecer como se deve proceder concretamente para libertar a humanidade, comprometendo-se inteiramente com essa tarefa. Refletir e fazer a análise constante das situações da sociedade e das condições de cada pessoa, a partir das necessidades, aspirações, anseios e esperanças da humanidade.

Na metodologia, encontra-se a forma de expressão do educador que manifesta o seu modo de pensar e agir na sociedade. Na prática educativa, pode-se perceber o estilo específico de como se lida com a cidadania, com a conscientização e com a criação da consciência crítica dos educandos. O método é o caminho pelo qual se visualiza o objetivo a que se quer chegar. Este é um caminho a ser percorrido em busca da verdade. Caminho que ao ser percorrido, deixa clara a ação e orienta na sua finalidade.

A metodologia libertadora deve ser problematizadora, integradora, crítica, impulsionadora da ação, dialogante, criativa e permanente. Ela será realmente educativa se partir das dúvidas e incertezas, das situações surgidas em sala de aula, sendo concretas reais e próximas da experiência e da realidade do grupo que

se empenhará na busca de respostas para o problema em questão. Toda essa dinâmica deve acontecer de modo participativo, democrático, confiante e esperançoso, a fim de atingir os objetivos libertadores. Costa relata como as condições de vida são importantes na ação educativa libertadora e que os conteúdos:

devem surgir das próprias condições de vida e estar relacionados diretamente com a realidade global onde vivem os educandos. Estes devem fundamentalmente, auxiliar no conhecimento da própria realidade e instrumentalizar cada educando a agir sobre a realidade, transformando-se em meio para o desenvolvimento de sua capacidade de pensar autenticamente sobre suas próprias condições de existência. As diversas matérias, a Língua Portuguesa, a Matemática, as Ciências Naturais e Sociais só ganham sentido na medida em que auxiliam professores e alunos a diminuir suas dúvidas a trabalharem construtivamente com seus anseios e angústias, a desenvolverem sua natural curiosidade acerca do que acontece à sua volta. Apenas quando os alunos descobrem para que serve a Ciência é que desenvolvem o gosto pelo saber verdadeiro, aquele que realmente encaminha à transformação. Só esse tipo de conhecimento, construído “a partir” e “pelo” grupo, tem valor, pois é o que ajuda o indivíduo a se autoconhecer, capaz de pensar e agir e, agindo, voltar a refletir sobre sua ação concreta, a se reconhecer como um membro participante de um grupo, a definir seu papel nesse grupo, num determinado lugar e num momento específico. (COSTA, 1991, p. 82 - 88)

O conteúdo próprio da educação que liberta é aquele que amplia a visão da pessoa no tempo e define o papel de cada ser humano na transformação social. Não pode ser nunca, uma imposição de uns sobre outros, mas resultar da busca organizada e ainda acrescentada dos elementos questionados e questionadores, das dúvidas e das contradições, dos anseios, dos conflitos e das realizações do grupo.

4.2.2. Congressos Nacionais na vida da AEC do Brasil

Os Congressos nacionais da AEC deram o ritmo e o tom na vida da Associação. Foram oportunidades ricas para perceber e discernir os rumos da educação brasileira e ouvir as grandes aspirações dos educadores. Estas foram também ocasiões para uma análise séria e sistemática da conjuntura educacional brasileira. Desses encontros com os educadores que tinham sua ação nas bases do processo educativo, buscaram-se os caminhos e as grandes orientações para a

ação educacional. A AEC foi fundada em 45 sob a inspiração do 1º Congresso Interamericano de Educação Católica, realizado em Bogotá. No mês de julho do mesmo ano decidiu-se pela realização anual dos congressos. Até 1951, um Congresso Nacional, por ocasião das Assembleias Gerais e Ordinárias. E a partir de 1952, tais acontecimentos passaram a se realizar de três em três anos.

Esses Congressos são um verdadeiro processo de mobilização educacional, espaço de conscientização social e ao mesmo tempo, um encontro festivo para os educadores. Mas não é suficiente somente a mobilização e o encontro. Faz-se necessário uma opção explícita pelo projeto histórico e uma organização para torná-lo viável através das práticas coerentes. Os Congressos assim como a vida da AEC vão sendo construídos conjuntamente, desdobrando-se no tempo, na esperança de responder às aspirações e necessidades da educação brasileira.

Os Congressos da Associação de Educação Católica do Brasil, sempre foram ocasiões de reunir milhares de educadores de todo o país, oportunizando estudos e reflexões sobre temas educacionais relevantes, atuais e de grande importância. O XIII Congresso Nacional de Educação em 1989, com o tema: Educação, Compromisso e Sociedade, procura relacionar educação e as condições de vida do povo, evidenciando o compromisso social dos educadores, nas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais. Nesta época se esboçava uma nova concretização da cidadania, através da organização de muitos setores da sociedade e os educadores foram chamados a repensar o projeto pedagógico a partir dos processos sociais, colocando-se as questões de como os processos sociais vigentes contribuem para a humanização.

Durante os Congressos da AEC, os Educadores discutem sobre os inúmeros desafios que a educação compromisso, propõe para a comunidade em geral. Desafios de novos tempos, novos métodos, novas descobertas, mentalidades e ideias diferentes, contextos em transição, oportunidades e riscos. E ao lado de tudo isso, o desafio e o compromisso de educar para uma sociedade mais fraterna, assumindo a opção de resgatar a dignidade da pessoa na sociedade, o que não vem oferecendo e que no momento ainda não tem ou não quer ter condições de oferecer. Os movimentos sociais sempre estiveram presentes na história do Brasil, mas geralmente foram localizados e limitados. Com isso não foi possível obter todos os resultados esperados.

O importante nas ações educativas é sempre o diálogo entre todas as instâncias da sociedade, a fim de que com a reflexão de importantes assuntos, especialmente os que ferem mais a comunidade educacional, seja possível dar os primeiros passos na construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária. No Documento n. 47, Educação, Igreja e Sociedade, todos os trabalhos de qualquer meio social, quando de cunho educativo e cristão necessita fazer a revisão: “a partir do lugar dos interesses sociais dos grupos historicamente colocados à margem da vida social, econômica, política, cultural e religiosa. Isso questiona a instituição e o educador cristão consciente. Exige deles uma opção.” (CNBB, 1992, n. 47)

A educação e o desenvolvimento do ser humano é a busca que as pessoas e os grupos fazem de sua identidade e a educação na linha libertadora é a busca da verdadeira identidade. Por isso, é nesse processo que o ser humano e os grupos vão se humanizando, se personalizando e crescendo no compromisso e na aquisição de meios para atuar na construção de uma sociedade justa, solidária e fraterna na sua essência. O ponto de referência da educação que liberta é a transformação de todos em alguém novo, imagem de Jesus Cristo, o homem perfeito. É a nova e verdadeira sociedade, permeada de valores evangélicos.

A AEC do Brasil publicou em agosto de 1998 o documento, *A Escola Católica no Limiar do Terceiro Milênio*, extraído do Osservatore Romano, n. 16, de 18/04/98, com uma exposição extremamente lúcida sobre os desafios que precisariam ser enfrentados, pois reconhece que a educação católica está a cada dia diante de novos desafios, que se acentuam, fruto dos contextos sociopolítico e cultural: “Trata-se especialmente da crise de valores que, sobretudo nas sociedades ricas e desenvolvidas, assume muitas vezes as formas de subjetivismo difuso, de relativismo moral e de niilismo, exaltados pelos meios de comunicação social.” (OSSERVATORE ROMANO, 1998, n. 16)

Assumir esta educação é assumir uma proposta político-pedagógica gerada nos valores evangélicos e geradora de valores de acordo com a proposta de Jesus Cristo, trazendo vida digna para cada ser humano. A compreensão das exigências da educação evangélico-libertadora vai se ampliando, na medida em que avança num processo de ação-reflexão-ação, assumindo todas as consequências da própria prática de ação evangélico-libertadora. Vemos a seguir, nas palavras de Leandro

Rossa, o apreço e a consideração por aqueles que fizeram a história da AEC e que vivem ainda hoje, para contar esta história:

Vivem ainda pessoas contemporâneas ao nascimento da AEC (1945), que acompanharam sua história. Essas pessoas ajudam a estabelecer laços importantes entre tempos e espaços para que a evocação histórica possa ser interessante para as gerações atuais e futuras. Não pouco conteúdo desta retomada histórica provém do testemunho escrito e oral dessas pessoas que fizeram a AEC ao longo destes 60 anos. (ROSSA, 2005, p.18)

A AEC do Brasil assumiu com garra esta proposta e conseguiu envolver um grande número de instituições educacionais para fazer acontecer a educação que liberta. Muitas pessoas que viveram na época da Associação de Educação Católica, ainda estão no nosso meio e alguns atuam como educadores, auxiliando no resgate histórico desta respeitada entidade. O compromisso com a educação que promove o ser humano na sua integridade, sempre teve papel de destaque na AEC e entre os seus educadores.

4.2.3. Compromisso dos Educadores da Libertação na AEC

“Se vocês guardarem minha palavra, vocês, de fato, serão meus discípulos; conhecerão a verdade e a verdade vos libertará.” (JOÃO 8, 31 - 32)

A mensagem de Jesus Cristo é sempre mensagem de vida plena, de fraternidade, de paz, justiça, verdade e liberdade, que enobrece e enriquece por ser uma mensagem cheia de esperança, que motiva a superar as tensões e os conflitos, através da compreensão dos valores, no pleno respeito à verdade. O compromisso com a verdade é o compromisso de todo educador que tem como princípio e objetivo a libertação e a dignidade do ser humano. E a AEC cumpriu com o nobre objetivo de conscientizar o educador sobre o seu compromisso, durante a longa caminhada junto aos educadores cristãos.

A verdade da qual Jesus fala, é o seu mandamento de amor. Por isso, a verdade pode encontrar muita resistência. Só quem sabe amar saberá o que é a verdade, conhecerá a verdade. A verdade é o caminho da sua própria libertação e da libertação de toda a sociedade. Para buscar a verdade é preciso ter coragem e ter claro qual é o objetivo na vida de cada ser humano. A verdade muitas vezes poderá ser fruto de sofrimento, e no processo de libertação a dimensão do

sofrimento é algo sublime. Grandes opções exigem grandes renúncias e só haverá libertação se houver algumas renúncias.

Reconhecendo o dinamismo, a dedicação e o esforço dos educadores em assumir sua missão, e renovando a sua confiança no Espírito Santo, foi que durante o XIII Congresso Nacional de Educação, Dom Luciano Mendes de Almeida, Presidente da CNBB no ano de 1989, disse: “É neste mesmo espírito de dinamismo que queremos situar o esforço da Pastoral da Educação para transmitir os valores cristãos e colaborar para o desenvolvimento integral da pessoa e da sociedade.” (ALMEIDA, 1989, p. 34)

São estes movimentos do Espírito que trazem força e luz para a árdua caminhada dos educadores da libertação e os anima a continuarem na sua luta por dias melhores, e por espaços onde a dignidade das pessoas aconteça através do respeito mútuo e da fraternidade vivida e experimentada entre todos os irmãos.

Cada pessoa é responsável por si mesma e pelo mundo, e é isto o que será necessário reforçar na educação. A cultura, a sociedade, o ambiente em que se vive, não são fatalmente colocados na vida das pessoas, ou impostos na sua caminhada. O fundamento e a responsabilidade pela qualidade da vida e da história pessoal estão na liberdade que deve estar a serviço da aprendizagem na vivência da verdade e na busca da dignidade, terminando na abertura para uma ação humanizadora. Segundo Brighenti, “Ser pessoa é abrir-se no respeito ao outro, a todos, considerando-os iguais e irmãos em dignidade humana. Dignidade que se expressa na igualdade de oportunidades, nas relações sociais e políticas.” (BRIGHENTI, 2006, p. 160)

Mesmo que seja marcada pela contradição, a pessoa é eticamente orientada para a justiça e a fraternidade e possui uma dimensão política, pois o natural nas pessoas é que exista a busca do bem comum. Nessa busca do bem comum, Ricardo Antoncich fala sobre três aspectos da liberdade que o processo educativo deve promover:

Podemos falar sobre três espaços da liberdade que o processo educativo deve promover: o transcendente que é a fonte e o fim de nossa liberdade na comunhão com o Deus trinitário; o exterior, enquanto nele encontramos as outras pessoas, na construção da convivência; o interior, enquanto nele encontramos a nós mesmos nas experiências profundas de nossa consciência. A harmonia das dimensões do nosso conhecer, amar e

escolher é um reflexo do Deus trinitário, e a construção da fraternidade humana, através do encontro interpessoal, é o reflexo do mesmo Deus trinitário na convivência social. A liberdade humana, em seu encontro com o outro, pode ser vivida de duas maneiras: como liberdade que escolhe entre possibilidades que lhe são dadas, ou como liberdades que cria novas possibilidades. Educar é oferecer as melhores oportunidades para a auto-realização e fazer com que o fruto desse processo seja a dedicação à criação das melhores oportunidades para a realização dos demais. (ANTONCICH, 1989, p. 61 - 62)

Esta colocação faz perceber o quanto é necessário situar-se na realidade, à luz do Evangelho, considerando cuidadosamente o comportamento de Jesus Cristo frente às circunstâncias da vida. Esse Jesus histórico revela o que há de mais divino nas pessoas e o que há de mais humano em Deus. Portanto, as atitudes e o comportamento de Jesus Cristo são exemplo de vida para educadores empenhados na educação libertadora.

A pessoa de Cristo é livre de preconceitos, tem os olhos abertos para o que é essencial, dedica-se à causa dos oprimidos e tem como principal objetivo, fazer acontecer o Reino de Deus. Sua mensagem é radical quando trata da libertação da condição da humanidade e seus elementos alienantes. Ele traz a nova criação, a nova humanidade reconciliada consigo mesma e com Deus. Consegue ver com clareza as realidades mais complexas e também as realidades mais simples, e se fixa no essencial. Em Jesus Cristo, o grande pedagogo, se encontra a verdadeira libertação. Agenor Brighenti escreve sobre a liberdade como elemento essencial da identidade pessoal:

Elemento essencial da identidade pessoal é a liberdade, que faz dela, ao mesmo tempo única e um fim em si mesma. A pessoa é o ser 'irrepetível', e diferente de qualquer outro e incapaz de ser suprimido, com uma vocação e tarefa própria na história. Na pessoa, dá-se a conexão entre o universal e o particular, a unidade do universal e do infinito, constituindo-se na base de direitos inalienáveis e fundamento de sua dignidade. A pessoa é um ser que comporta em si mesmo um destino a uma finalidade. É o eterno do temporal, o infinito do finito, o espírito da matéria. E tudo isto por causa da liberdade que lhe é constitutiva e o torna sujeito de responsabilidades. (BRIGHENTI, 2006, p. 160)

Em relação à busca da verdadeira liberdade através da educação, a AEC do Brasil também foi destaque. Muitos fatos marcaram e manifestaram a visibilidade da AEC diante dos desafios educacionais nos tempos em que se fizeram necessárias

posturas firmes e de ação-reflexão. Principalmente em encontros onde a constante análise da realidade nacional, ou em momentos de tomada de decisões sérias, ficou evidenciada a capacidade crítica desta associação de educação católica do Brasil.

Em momentos decisivos para a educação nacional, a AEC se posicionou enfrentando os responsáveis por órgãos do governo na área educacional, conseguindo atuar em favor dos projetos de vida digna dentro das instituições católicas de ensino. De forma ainda mais clara isto foi constatado na derrocada do socialismo real, quando defendeu o processo de planejamento participativo e a educação libertadora, como caminhos mais adequados para a superação das situações de opressão, agravados pela violenta exclusão de um número enorme de pessoas, que foi propiciado pela predominância mundial da ideologia do mercado. Sempre tendo como ponto de referência o Projeto de Jesus Cristo que é a vida em plenitude, a AEC lutou pela vida digna das pessoas.

A missão primordial da educação católica libertadora é trabalhar e lutar para que a verdade do Evangelho seja vivida e espalhada por todos os setores da sociedade, com o objetivo de trazer a liberdade, a autonomia, a integridade e a dignidade de filho de Deus para todas as pessoas, vivendo numa relação serena consigo, com o Transcendente, com os outros, com a natureza. E acrescentamos também o fator situação, pois o ser humano necessita estar bem com as situações da vida para ser feliz e viver o projeto de Jesus Cristo para toda a humanidade.

A felicidade do ser humano é o Projeto de Deus para as pessoas e este somente será realizado se cada um fizer bem a sua parte, dentro da verdade e da fraternidade sonhada e desejada por Deus. E, portanto é em Cristo que encontramos o ideal da verdade e da fraternidade. Ele é a fonte mais segura para alimentar o desejo dos educadores em fazer da educação um verdadeiro processo de libertação.

É possível seguir o caminho que Ele indicou, através de atitudes simples que traçaram o seu projeto de vida e que dão as linhas mestras para a verdadeira libertação, que resgata a dignidade das pessoas e dá condições de cidadania e de atenção para o valor da vida. Através da missão educativa libertadora, atentamos para a *interdependência dos ecossistemas*, motivamos a partilha, a honestidade e o sentido ético-religioso da vida. Com relação a esses aspectos, a AEC encontrou

muitos impasses enquanto buscou o ideal de uma educação como processo de libertação. Esta realidade será apresentada a seguir.

4.2.4. Desencontros na caminhada educacional libertadora da AEC do Brasil

A história conta que nem sempre a AEC foi acolhida por todas as instituições de ensino, quando tratou da Educação Libertadora e essa atitude tem uma razão. Por atender a elite, na sua grande maioria, as instituições educacionais ficavam divididas entre arriscar perder muitos alunos assumindo a opção da educação para a libertação, ou ficar na alienação e continuar crescendo como instituição diante da concorrência.

A educação do Brasil e os educadores da libertação encontraram muitas dificuldades durante a caminhada educacional libertadora, juntamente com a AEC do Brasil. Por ser este um desafio que tornava as instituições educacionais fragilizadas, muitos educadores também se viam obrigados a exercer sua função de ensinar somente, e ensinar só o que seria aceito por todos. A opção pelos desfavorecidos fatalmente feria os frequentadores das escolas confessionais e a reação certamente seria imediata, ficando as escolas reféns dos seus alunos, pais e comunidade escolar. Conforme escreve Rossa:

Na década de setenta presenciamos o fortalecimento do discurso e da prática da educação libertadora, ainda que com resistência por parte de alguns setores da Igreja e de forma especial por parte das forças repressoras de uma minoria privilegiada não interessada na mudança das estruturas econômicas, políticas e culturais, que lhes garantem os privilégios, mesmo com o sacrifício das camadas populares. De modo geral, os intelectuais, sobretudo progressistas, não regatearam seu apoio à educação libertadora. Número significativo de educadores, movimentos e instituições, ensaiaram seus passos iniciais na prática da educação libertadora. A necessidade de uma nova sociedade [...] de uma nova educação e de uma nova escola começa a se tornar reflexão diária de muitos educadores. (ROSSA, 1988, 13)

Nesse clima de repressão, resistências e medos, a AEC procurou formas de intervir positivamente em cada situação, nunca deixando de assumir sua missão de ser estância crítica na realidade educacional, ajudando a discernir o que nos processos educativos contribui para a realização de posturas coerentes com as exigências do Evangelho. Ser presença evangelizadora nos sistemas educativos,

comprometida com a transformação da sociedade e ser um espaço em que educadores e instituições, possam debater assuntos relacionados à educação.

O conflito surgia sempre que a AEC explicitava seu projeto utópico, inserido num processo libertador e, portanto processo aberto para o futuro, e quando afirmava que esse processo estava acontecendo nas lutas populares, na educação conscientizadora, na luta contra as desigualdades sociais e a marginalização de uma grande maioria sem acesso às conquistas abertas pela modernização da sociedade. Os sinais do Reino de Deus são encontrados no movimento de libertação, no movimento contrário a toda forma de opressão. E o que as instituições educativas não poderiam fazer, era assumir uma postura que instrumentalizasse a educação a objetivos e estratégias que ferissem sua função e natureza sociais.

Barbosa escreve sobre a prática educativa diferenciada da AEC: “Quando se estabelece a relação entre o Projeto de Deus e o Projeto Histórico, a AEC propõe um projeto político, porque acredita na possibilidade de realizá-lo. Acredita num projeto factível, que exige uma prática educativa diferenciada.” (BARBOZA, 2005, p. 66) O grande desafio das instituições educacionais seria conseguir criar condições para que fosse possível unir fé, cultura e vida. Cabia-lhes assumir a dupla missão: o aprofundamento do saber humano e a preparação de profissionais a serviço das necessidades e aspirações das pessoas e comunidades. Também era sua tarefa partilhar o conhecimento promovendo programas de colaboração e intercâmbio. Um pequeno grupo de instituições assumiu o desafio, mas a grande maioria teve receio e acabou ficando à margem das propostas da AEC. Rossa afirma que diante dessa reação muitos abandonaram a causa libertadora:

Diante desse tipo de reação, educadores e escolas que se tinham engajado na luta pela libertação através da educação, sentiram-se pressionados ou a abandonar a causa ou assumí-la com mais lucidez e mais decisão, aguentando o acirramento da oposição e da repressão. A educação libertadora começa a ser responsabilizada pela queda da qualidade do ensino e pela desordem instaurada em muitas escolas. É severamente acusada de interferência moral deletéria na consciência ingênua de crianças, adolescentes e jovens através da releitura da história e da análise da estrutura e funcionamento do sistema capitalista; de deixar de se preocupar com a formação e o saber para se embrenhar no campo da organização da sociedade e da política; de só se preocupar com as atitudes e com o processo, subestimando os conteúdos que precisam ser transmitidos e os resultados que precisam ser alcançados. (ROSSA, 1988, p. 14)

Foi muito difícil para estas escolas e para estes educadores, pois suas posições provocaram muitos desencontros entre os grupos. Observar os valores evangélicos, os critérios e experiências das classes populares e o saber constituído, na medida em que a escola é instrumento de comunicação e de compreensão da realidade em sua totalidade, é missão que se consegue somente com muito esforço.

Essa tensão foi assumida pelos educadores, com a finalidade de ser meio de capacitação e de compromisso transformador da sociedade. Fávero escreve sobre como foi essa luta e as dificuldades enfrentadas pela AEC: “a implantação de uma educação evangélico-libertadora tem sido difícil, exigente, porém mais árdua ainda é a luta para manter, enquanto Associação de Educação Católica, uma postura evangélico-libertadora, com todas as suas consequências.” (FÁVERO, 1995, P.32)

Assim, muitas pessoas aprofundaram a teoria e a prática desta educação que liberta, debatendo sobre o pensamento de Paulo Freire e Enrique Dussel. E juntamente com a AEC, que sempre esteve atenta à evolução da Educação Libertadora, conquistaram inúmeros adeptos, que de forma discreta e democrática conseguiram conscientizar um grande número de educadores e até hoje levam em frente essa forma de libertar através da educação. A Educação Libertadora quer contribuir para a realização do Plano de Deus, plano de fraternidade e justiça, que vai acontecendo através do processo educativo de libertação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas considerações reforçamos a grande importância de resgatar os pontos relevantes da História da Educação Católica Libertadora no Brasil, em um tempo e momento tão especiais para a nação, que foram as décadas de 60, 70 e 80, deixando marcas profundas na sociedade brasileira e muitas consequências para o futuro do país. São estes pontos importantes, que deverão ser lembrados e, portanto registrados, a fim de se manter viva na memória a história vivida e sofrida pelo povo brasileiro, onde a Educação Católica Libertadora teve importante papel na busca da cidadania e da vida digna.

Precisamos escrever muitas vezes e de diversas formas esta história de verdadeiros guerreiros, para que seja conhecida e lembrada pela maioria dos brasileiros. É necessário ler, falar e escrever sobre os fatos ocorridos trazendo até as atuais e as futuras gerações essa parte da história do povo brasileiro. O resgate histórico mostra o quanto esta nação caminhou na esperança, e quanta gente acreditou na transformação da sociedade, através da educação que liberta.

Nesta pesquisa, o ponto forte está na busca da dignidade das pessoas e no compromisso com a realidade social e política do país, como fator essencial para que a justiça seja vivenciada pela maioria da população. Ao perpassarmos a História do Brasil com a ditadura militar, os avanços e recuos vividos na sociedade da época, com suas lutas e sofrimentos, buscamos compreender as diversas posturas assumidas pelo povo brasileiro em suas inúmeras situações e assim visualizar o que se passou no coração e na mente de cada pessoa.

O ser humano é um universo desconhecido, sempre à procura de melhores condições de vida e, portanto sempre atento ao que possa servir como benefício para a humanidade. Esta é a situação natural de sentimento para o ser humano, porém lembramos que muitas vezes o ideal está bem longe do real. Neste sentido, a educação tem um papel importantíssimo e especialmente a Educação Libertadora, quando cumpre sua missão e assume o desafio de conscientizar as pessoas e com elas lutar pela sua libertação. O que nos impressiona é o fato de, justamente durante a ditadura militar, a Educação Libertadora se manifestar com toda a força e se fazer sentir nos espaços da sociedade, com audácia, coragem e vigor.

Os passos dados em relação à Educação Católica Libertadora e os reflexos dessa caminhada na sociedade nos fazem acreditar que realmente, só houve avanço considerável, nos momentos em que a opressão estava insuportável e se fazia necessária a libertação. Quando essa situação ficava amenizada, parece que a motivação acabava e havia o retrocesso atrofiando o processo de libertação. Mesmo as instituições religiosas que tanto lutaram durante o tempo da repressão, deixaram de lado essa luta quando tudo ficou mais fácil, dando a impressão de que sem a dificuldade não vale a pena lutar. Certamente houve um esmorecer diante dos perigos e das poucas conquistas, faltando “fôlego” para continuar na luta, devido aos pequenos resultados.

Embora seja a Educação Libertadora muito complexa e abrangente exigindo decisão política, opção tanto pessoal quanto institucional, e ainda disciplina intelectual, rigor, seriedade, consciência de cidadania, compromisso social, e tantos outros atributos e valores que não se encontram facilmente nos dias de hoje, é este um dos caminhos que a sociedade precisa trilhar para se emancipar.

Infelizmente os atributos e valores acima citados, são atributos menos valorizados pela maioria das pessoas, e até por algumas instituições de ensino, que muitas vezes estão mais preocupadas em sobreviver, em ter como se manter, do que em educar, libertar e transformar.

Mas ainda assim, temos esperanças de que pelo menos aqueles poucos que se dedicam à educação que liberta, tenham seus objetivos atingidos pela força do ideal, pois existe um esforço significativo de algumas instituições de ensino que procuram resgatar os valores e os princípios da Educação Libertadora na tentativa de aproximar o mais possível a prática do seu discurso.

É bem mais difícil educar para a libertação e transformação, pois as resistências encontradas nos meios educacionais são muito fortes, mas por outro lado também são fortes os educadores comprometidos com a vida em sua plenitude. É interessante observar que durante todos os anos de democracia, quando tudo parecia ter ficado mais fácil, o povo brasileiro perdeu a perspectiva de luta por melhorias na sociedade.

É difícil ver nos jovens o ideal de vida, a expectativa pelo sucesso, a esperança de um futuro promissor e pouquíssimas pessoas buscam conscientizar-se dos problemas sociais. Há uma grande acomodação e ainda contamos com o

agravante do uso indiscriminado das drogas, acabando com a nossa juventude, desestruturando as famílias e com isso, a luta pela sobrevivência ganha outro enfoque na atualidade.

Hoje como nos anos 1960, 1970 e 1980, nós estamos vivendo um ir e vir, não tão intenso quanto nas décadas de 60 e 70 com seus fortes acontecimentos, e nem tão variados quanto na década de 80, mas estamos vivendo transformações muito rápidas e profundas, trazendo mudanças substanciais nas diversas áreas da sociedade. A era da informação e da informatização, está deixando as pessoas num estado de individualismo preocupante.

Nosso cuidado está especialmente no que se refere aos princípios fundamentais, como a valorização da vida, a ética, a integridade, a honestidade e tantos outros princípios e valores, que exigem da sociedade e da Igreja, uma postura de suporte dando segurança às iniciativas de grupos envolvidos com essa grande parcela de pessoas, que vive em situação de maior vulnerabilidade social.

Assim como o Concílio Vaticano II e as Conferências Episcopais da América Latina, deram novo vigor para a Igreja e para a educação, talvez estejamos precisando revigorar o projeto de uma vida mais fraterna e solidária, no resgate da dignidade de filhos de Deus, para a humanidade. Precisamos juntos trabalhar para o crescente interesse nas mudanças sociais estruturais, rumo aos novos momentos da caminhada para a libertação, pois o pensamento e a prática libertadora continuarão na origem das mudanças e nas ações que libertam.

Quando os bispos em Medellín se permitiram tomar posição a favor de uma educação libertadora, estavam conscientes da necessidade de interferência no processo de mudança social através da educação. Nos anos 60, quando foi realizada a reflexão entre os cristãos envolvidos na Ação Católica, estes com muita firmeza, voltaram seu pensamento para a transformação das estruturas injustas e, inspirados pelo Espírito Santo, conseguiram ler os sinais dos tempos.

A educação é uma das práticas mais humanas, quando considerada na sua profundidade e na amplitude de sua influência no existir da humanidade. O nosso primeiro desafio, portanto, é o da libertação e da transformação dos corações e mentes, começando com a substituição de hábitos, atitudes e posturas, diante de situações concretas. Nesse novo quadro, visto pela ótica da mudança, a sociedade

caminhará, para o convívio democrático, solidário e fraterno, e haverá maior crescimento na busca de justiça para todos.

O grande momento do pensar grande aconteceu e acontece, com o pensamento sobre a educação conscientização, a educação transformadora e libertadora proposta pelos educadores, juntamente com as importantes conclusões de Medellín e posteriormente de Puebla. Nestes eventos foi evidenciado o projeto de Paulo Freire, com a educação emancipadora, através do método de alfabetização de adultos. Este educador, como tantos outros, não desistiu de lutar, e através da prática construiu sua teoria, através da militância espalhou conhecimentos e por meio da ação, preservou a esperança e conquistou a autonomia para muitas pessoas.

O diferencial de Freire foi a sua ação prática junto aos analfabetos, às comunidades da periferia, aos núcleos de favelas, aos lascados e abandonados da vida e aos esquecidos da humanidade. É esta sua ação, que o credencia como educador destacado pela militância concreta, ligado à realidade sofrida das populações. Este educador menciona e repete sempre o caráter essencialmente político da Educação Libertadora.

A educação para liberdade e autonomia, implica uma opção política que se constrói através de toda a sociedade, alunos, professores, pais, artistas, jornalistas, políticos e enfim, a comunidade em geral. Freire fazendo crítica à educação desvinculada dos reais interesses do país reafirma e reforça a necessidade de um processo educativo, estabelecendo uma forte relação com o social, a relação de organicidade, que implica em consciência crítica e conhecimento profundo da sociedade.

E é no olhar do outro que podemos vislumbrar a liberdade do ser humano onde o diálogo de aproximação deste, contribui para a sua própria inserção ao meio. Ouvir a voz de quem vai à escola e a partir da sua realidade, produzir o conhecimento que brota da sua necessidade, torna a educação um ato político e a educação por não ser neutra, implica em opção e em conscientização que se dá através do conhecimento que cria domínios, nas condições de vida.

O objetivo maior da Educação Libertadora é despertar para uma nova forma de relação com a experiência vivida e atingir um grau de consciência capaz de levar o educando a atuar dentro da realidade, a fim de transformá-la, produzindo

comunitariamente o saber. A educação tendo como um dos principais objetivos, a dimensão imprevisível da autonomia e da libertação, capacita o educando a situar-se frente a uma sociedade dinâmica, em um mundo de constantes modificações.

Quando dizemos que a educação é um ato político, significa dizer que no quadro social, a educação não está separada das características da sociedade, pois é determinada por essas características, visto que na sociedade, a educação está totalmente inserida. Podemos observar que muitas vezes a educação serve aos interesses de uma ou de outra classe social e, portanto a consciência de justiça e equidade deve ser o compromisso maior de todos os educadores.

Estando totalmente inserida na sociedade, as grandes características da Educação Libertadora são a abertura ao diálogo, a oferta de possibilidade criadora, a afirmação das peculiaridades locais e nacionais, que capacitam a pessoa para a transformação com aspecto redentor, criando assim a nova educação exigida pelo povo da América Latina no despertar para o novo, a novidade do Reino de Deus.

A grande complexidade destas situações nos faz refletir sobre as posturas a serem assumidas pelos educadores, os religiosos e pessoas ligadas ao projeto de vida digna para os filhos de Deus. Uma vida pautada nos valores evangélicos de solidariedade, fraternidade e paz, tendo como referência o Evangelho com o projeto de Jesus Cristo, no qual encontramos a sua missão e também a nossa, de promover vida em plenitude para todos os irmãos.

A Educação Católica Libertadora tem suas raízes na conscientização transformadora. Medellín, Puebla e Paulo Freire foram o momento e a presença decisivos na realização de uma transformação social, através da tomada de consciência das injustiças sociais geradas pelo capitalismo, provocando o clamor do povo em favor das classes populares em relação às minorias privilegiadas.

A religião que sempre foi o porto seguro para as famílias precisa juntar forças e ajudar a sociedade na vivência dos valores essenciais da vida humana. É impressionante ver o quanto nossa gente perdeu seus valores, seus princípios, seus ideais e conseqüentemente a sua dignidade de filhos de Deus.

E a humanidade continua sofrendo e lutando para sobreviver no meio de todos os acontecimentos mundiais. Nas últimas décadas, já experimentamos os efeitos da globalização. Tudo afeta o mundo todo, a bolsa de valores influencia no comportamento das diversas áreas e setores da economia mundial e nos dois anos,

2008 e 2009, vivemos os efeitos da crise econômica mundial que mudou o comportamento de muitos países. Juntamente com essa realidade, vivenciamos a pandemia da Influenza tipo A H1 N1, “gripe suína”, que apavorou a população e mudou os hábitos de higiene e os cuidados com a saúde no mundo inteiro.

Em 2010 e 2011 aparentemente as situações começam a se equilibrar, pelo menos em alguns países, a China desponta economicamente no panorama mundial, deixando outros países fortes em *estado de alerta*. E, principalmente os Estados Unidos com toda a sua tradição, passam a se preocupar com a queda na sua colocação entre os mais poderosos.

Recentemente o Japão sofreu com o terremoto seguido do tsunami, fragilizando a população de um país que embora permaneça rico, está sofrendo com a situação de doenças e muitas mortes. Com os fenômenos da natureza e o perigo surgido a partir das usinas nucleares, não só o Japão, mas o mundo inteiro está em estado de alerta. Esse desastre ambiental afeta todo planeta de forma assustadora!

As décadas pesquisadas neste trabalho são na verdade, períodos agitados por grandes causas. Muitas coisas aconteceram durante as três décadas, 1960, 1970 e 1980, e hoje temos ainda muitas transformações acontecendo no Brasil e no mundo, que nos reportam aos acontecimentos da década de 80.

Fazendo uma comparação entre o momento atual e as décadas estudadas, podemos perceber que a partir de 1980 houve muita evolução para melhor, principalmente nas áreas de Tecnologias e Ciências. E assim hoje, muitas décadas depois de todos esses acontecimentos, estamos vivenciando as mudanças da sociedade que a cada momento se transforma e serão necessárias posturas firmes, para não se perder o que foi conquistado em todos os aspectos sociais e culturais.

Nos acontecimentos do passado, encontramos ressonâncias em nossos dias e quando contemplamos a evolução, fazemos logo nossos questionamentos e reconhecemos que a capacidade meramente tecnológica da humanidade pode levar o mundo inteiro a mudar o cenário, para um viver sem ética e sem solidariedade. Portanto, temos a missão de juntamente com a evolução primarmos pela educação que resgata os valores fundamentais da vida humana.

Pensamos que um dos caminhos indicados para se alcançar esses objetivos seja o da educação libertadora, agora com outros enfoques trazendo para a atualidade, o que a diferencia por ser esta uma forma de criar ambiente propício,

onde a solidariedade possa ser vivenciada e a justiça para todos seja buscada. A esperança precisa ser preservada na vida da humanidade, a fim de projetarmos um Brasil socialmente justo, culturalmente plural, politicamente democrático e ético, espiritualmente aberto ao Transcendente e às dimensões da dignidade de vida, da fraternidade entre os irmãos e do respeito para com a natureza.

Esta retrospectiva histórica buscou situar a Educação Católica Libertadora, no contexto histórico, educacional e social do Brasil nos anos 60, 70 e 80, com o objetivo de dar novo impulso ao resgate histórico da libertação pela educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciano Mendes de. Educação, condições de vida do povo: compromisso social do educador. v. 2, n. 13, p. 22 - 34, jul / set. **Cadernos da AEC do Brasil**, Brasília: AEC do Brasil, 1989.

ANTONCICH, Ricardo; SANS, José Miguel Munarriz. **Ensino social da Igreja: a igreja, sacramento de libertação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

ANTONCICH, Ricardo. **Temas de doutrina social da Igreja: teologia da libertação**. São Paulo: Loyola, 1985.

_____. **Temas urgentes de la doctrina social de la Iglesia**. Bogotá, CLAR (Confederação Latino Americana de Religiosos), 1985.

_____. Educador e compromisso sócio-econômico. Educação, condições de vida do povo: compromisso social do educador. v. 2, n. 13, p. 58 - 67, jul / set. **Cadernos da AEC do Brasil**, XIII Congresso Nacional de Educação, Brasília: AEC do Brasil, 1989.

_____. **Direção dos exercícios** : uma resposta aos problemas do nosso meio Latino- Americano. São Paulo: Loyola, 1982.

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil, nunca mais: um relato para a história**. Petrópolis: Vozes, 1989.

ASSMANN, Hugo. SUNG, Jung Mo. **Competência e sensibilidade solidária: Educar para a esperança**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARBOSA, Maria Aparecida. **O desencontro entre a AEC e as escolas católicas: uma análise da proposta pedagógica e projeto histórico da associação educação católica do Brasil**. Dissertação de Mestrado em Ciência da Religião da PUC/SP: São Paulo, 2005.

BATISTIOLE, João Valdecir. **Juventude e dominação cultural: Juventude, desejo e realidade**. São Paulo: Paulinas, 1982.

BERNIER, Gilles. Dimensionamento da educação libertadora. **Boletim da AEC do Brasil**, v. 4, n. 16, p. 33 - 45, abr / jun, 1975.

BOFF, Clodovis. **Como trabalhar com o povo**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do ser humano – compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **O despertar da águia: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1889.

BONETTI, Lindomar Wessler. **Exclusão e inclusão social** - teoria e método. contexto e educação, v. 4, n. 75, p. 187- 206, Jan/Jun. Ijuí: Unijuí, 2006.

BRANDÃO, Zaia. Manifesto: trabalho pedagógico e democratização do ensino. Educação Libertadora, **Revista de Educação**, v. 17, n. 67, p. 91 - 92, jan/ mar, Brasília: AEC do Brasil, 1995.

BRIGHENTI, Agenor. **A igreja perplexa: a novas perguntas, novas respostas.** Coleção Soter, São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. **A pastoral dá o que falar: A inteligência da prática transformadora da fé.** Coleção Siquem, São Paulo:Paulinas, 2006.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Nossa espiritualidade.** São Paulo: Paulus, 2003.

CELAM. **Conclusões de Medellín.** II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. São Paulo: Paulinas, 1975.

CELAM, (Conselho Episcopal Latino-Americano). **Educação evangelizadora: um desafio na América Latina.** São Paulo: Loyola, 1981.

_____. **A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio: Conclusões de Medellín.** Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Petrópolis: Vozes. 1973.

_____. **D. A. Documento de Aparecida.** Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília: CNBB. São Paulo: Paulinas, Paulus, 2007.

CNBB. (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) **Educação, Igreja e sociedade.** São Paulo, Paulinas, 1992.

_____. **Plano de emergência para a Igreja do Brasil.** Cadernos da CNBB, São Paulo: Paulinas, 1963.

COSTA, Vera Marília G. da. Dia a dia da escola que optou pela educação libertadora. **Revista de Educação**, v. 20, n. 80, p. 81 – 90, jul / set. Brasília: AEC do Brasil, 1991.

CRB, (Conferência dos Religiosos do Brasil) **Puebla: a evangelização no presente e no futuro da América Latina,** Texto Oficial da CNBB. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

CUNHA, Rogério. I. A. Teologia da Libertação e Pedagogia Libertadora. **Revista de Educação**, v. 17, n. 67, p.37 – 50, jan / mar, Brasília: AEC do Brasil, 1988.

DUSSEL, Enrique D. **História da Igreja Latino-Americana.** (1930 a 1985) São Paulo: Paulinas, 1989.

_____. **Caminhos de libertação Latino-Americana: reflexões para uma teologia**

da libertação. São Paulo: Paulinas, 1985.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se complementam. São Paulo, Autores Associados: Cortez, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

_____. **Uma só escola para todos**: caminhos da autonomia escolar. Petrópolis, Vozes, 1990.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GANDIN, Danilo. Horizonte e Caminho. **Revista de Educação**, v. 17, n. 67, p. 51 - 57, jan/ mar, Brasília: AEC do Brasil, 1988.

GIBELLINI, Rosino. **A teologia do século xx**. São Paulo: Loyola, 1998.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. **Beber do próprio poço**. São Paulo: Loyola, 1999.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2005 - : Bento XVI). **Caritas in veritate**: Carta Encíclica, sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade. São Paulo: Paulinas, 2009.

JOÃO. in: **Bíblia Sagrada**. Edição Pastoral. Tradução de Storniolo, Ivo. Blancin, Euclides Martins. São Paulo, Paulinas, 1986, capítulo: 08, versículos: 31-32, capítulo: 10, versículo:10, páginas: 152 - 157.

JULIATTO, Clemente Ivo. **O horizonte da educação**. Curitiba: Champagnat, 2009.

JUNQUEIRA, Sérgio R. A. e ALVES, Luiz A. S. O contexto pluralista para a formação do professor de ensino religioso. **Revista Diálogo Educacional**, v. 5, n.16, p. 229 -246. PPGE PUC-PR. Curitiba: Champagnat, 2005.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. **A pastoral escolar: conquista de uma identidade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Educação e religião**. Champagnat, 2002.

KÜNG, Hans. **Projeto de ética mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana**. São Paulo: Paulinas, 1998.

LIBÂNIO, João Batista. **Educação católica: atuais tendências**. São Paulo: Loyola, 1983.

LIMA, Severina Alves. **Caminhos novos na educação**. São Paulo: FTD, 1995.

LUCAS. in: **Bíblia Sagrada**. Edição Pastoral. Tradução de Storniolo, Ivo. Blancin, Euclides Martins. São Paulo, Paulinas, 1986, capítulo: 4, versículos: 18-19, páginas: 93-94.

MARINS, José e equipe. **De Medellín a Puebla: a práxis dos padres da América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1979.

MONTE, D. Nivaldo. O MEB: origem, experiência e visão do episcopado, **Cadernos da AEC do Brasil**, Brasília: AEC do Brasil, 1985.

MOURA, Laércio Dias de. **A educação católica no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2000.

PAIVA, Hugo de Vasconcelos. Educação libertadora numa sociedade em conflitos. educação libertadora, participação e justiça. **Revista de Educação**, v. 22, n. 87, Abr/Jun, p. 59 - 68, Brasília: AEC do Brasil, 1993.

PAIVA, Raul P. **O Concílio, Medellín, Puebla e a educação**. São Paulo: Loyola, 1980

PANINI, Joaquim. Hidalgo P. Hugo. **Educacion liberadora. dimension pastoral**, Colección Educación Hoy, Perspectivas Latinoamericanas. Bogotá, Clombia , Asociacion de Publicaciones Educativas, Editorial Stella: 1975.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Campinas: Autores Associados, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

ROSSA, Leandro. **AEC do Brasil, 60 anos**. Uma Presença Católica na Educação Brasileira. Brasília-DF, AEC do Brasil, 2005.

_____. Educação Libertadora Aspecto Histórico. **Revista de Educação**, v. 17, n.67, p. 07-16, jan / mar, Brasília: AEC do Brasil, 1988.

SANCHES, Mário Antônio. **Brincando de Deus: bioética e as marcas sociais da genética**, São Paulo: Ave Maria, 2007.

SIQUEIRA, Ethevaldo. **Tecnologias que mudam nossa vida**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SOARES, Ismar de Oliveira. FLEURI, Reinaldo Matias. CÂMARA Dom Hélder. **Juventude e dominação cultural**, São Paulo: Paulinas, 1982.

SOARES, Dayrimoraes. Marco Originário da Educação Libertadora. **Boletim da AEC do Brasil**, v. 4, n. 16, p. 5 - 16, abr /jun, Brasília, AEC do Brasil, 1975.

_____. Os Objetivos da Educação Libertadora. **Boletim da AEC do Brasil**, v. 4 n. 16, p. 32-32, abr / jun, Brasília AEC do Brasil, 1975.

SPEYER, Anne Marie. **Educação e campesinato: uma educação para o meio rural**. São Paulo: Lyola, 1983.

STEIN, Gesuína Burin. **A educação nos documentos da Igreja Católica Apostólica Romana**. Brasília: Universa, 2001.

SUESS, Paulo. **Introdução à teologia da missão- convocar e enviar: servos e testemunhas do Reino**. Petrópolis: Vozes, 2007.

TEPE, Valfredo. **O Sentido da vida**. Petrópolis: Vozes, 1977.

TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira**. São Paulo: IBRASA, 1991.

TORRES, Carlos Alberto. **A práxis educativa de Paulo Freire: consciência e História**. São Paulo: Loyola, 1979.

VASCONCELOS, Celso. Educação Libertadora, Participação e Justiça. **Revista de Educação**, v. 22, n. 87, p. 82 - 8, Abr /Jun, Brasília: AEC do Brasil, 1993.

VELOSO, Maria do Socorro. Princípios Doutrinários da Educação Libertadora. **Boletim da AEC**, v. 4, n. 16 p. 17- 21, abr / jun, Brasília: AEC do Brasil, 1975.

VENTURA, Zuenir. **1968: O Ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

